UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA - PPGSP

SAULO LOBO

INTERAÇÃO NA ZONA RURAL:
Uma abordagem teórica da socialização e sociabilidade juvenil

Campos dos Goytacazes - RJ
2025

SAULO LOBO

INTERAÇÃO NA ZONA RURAL:
Uma abordagem teórica da socialização e sociabilidade juvenil

Dissertação de Mestrado apresentado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGSP/UENF) como parte das exigências do programa para obtenção do título de mestre.

Orientadora:
Prof. Drª. Wania Amélia Mesquita Belchior.

Campos dos Goytacazes - RJ
2025

FICHA CATALOGRÁFICA
UENF - Bibliotecas
Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

L799 Lobo, Saulo de Oliveira.

INTERAÇÃO NA ZONA RURAL : Uma abordagem teórica da socialização e sociabilidade juvenil / Saulo de Oliveira Lobo. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2025.

127 f.
Bibliografia: 125 - 127.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2025.
Orientadora: Wania Amelia Belchior Mesquita.

1. Teoria da Estruturação. 2. Sociologia da Experiência. 3. Juventudes. 4. Ruralidades. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

INTERAÇÃO NA ZONA RURAL:
Uma abordagem teórica da socialização e sociabilidade juvenil

Saulo Lobo

Dissertação de Mestrado apresentado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGSP/UENF) como parte das exigências do programa para obtenção do título de mestre.

Aprovada:___/__/__

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br ERICA TAVARES DA SILVA ROCHA
Data: 18/08/2025 14:32:59-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Drª. Érica Tavares da Silva Rocha (Planejamento Urbano e Regional e Ciências Sociais - IPPUR/UFRJ) Universidade Federal Fluminense - UFF

Documento assinado digitalmente
gov.br MANUELA VIEIRA BLANC
Data: 18/08/2025 13:05:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Drª. Manuela Vieira Blanc (Ciências Sociais e Sociologia Política - UENF) Universidade Federal do Espírito Santos - UFES

Documento assinado digitalmente
gov.br SHIRLENA CAMPOS DE SOUZA AMARAL
Data: 18/08/2025 11:34:13-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Drª. Shirlena Campos de Souza Amaral (Ciências Sociais e Jurídicas - UFF) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Documento assinado digitalmente
gov.br WANIA AMELIA BELCHIOR MESQUITA
Data: 15/08/2025 12:11:34-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Drª. Wania Amélia Mesquita Belchior (Sociologia - IUPERJ) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF (Orientadora)

RESUMO:

LOBO, Saulo de Oliveira. **INTERAÇÃO NA ZONA RURAL:** Uma abordagem teórica da socialização e sociabilidade juvenil. Dissertação (Mestrado de Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2025

A atual dissertação visou analisar as interações juvenis no contexto rural, a partir de pesquisas e teorias sociais. Utilizando do método de análise teórica, me propus em abordar o processo de socialização e o desenvolvimento da sociabilidade na construção da consciência individual e da experimentação social, que passa a ser desenvolvida por sujeitos que compartilham um contexto sócio-espacial. Além disso, mudanças decorrentes da modernidade, como processos histórico-sociais e tecnológicos, foram apresentados, como conceitos sociológicos, discutindo sua influência nas interações sociais. Foi analisado, e teoricamente proposto, a *consciência coletiva,* como discutido por Anthony Giddens (2003), sendo uma estrutura que ordena e articula práticas e discursos, que são apreendida e desenvolvida pelos sujeitos, durante o seguimento de suas rotinas, influenciando a cognoscitividade e a capacidade reflexiva dos mesmos. Também, com auxílio da *Sociologia da Experiência* (DUBET, 1994)*,* considera-se que as *experiências subjetivas* incidem na *consciência,* no *agenciamento* e na própria *experimentação* da realidade social. Foi apresentado como o espaço da zona rural surge como categoria teórica de análise, partindo de autores e autoras brasileiras, onde as concepções sobre *ruralidades* podem influenciar o processo de socialização, o desenvolvimento da sociabilidade e a construção da consciência subjetiva. Para que, assim, discutir as *juventudes* como categoria social, que se constrói e desenvolve a partir de lógicas e significados que a perpassam, permitindo ao sujeito reflexividade e agenciamento do "eu", sua *identidade*. No mais, seguindo com o embasamento teórico e as análises feitas por outros autores, apresentei formas que as interações podem ser desenvolvidas pelos sujeitos, como podem ser analisadas, de acordo com as *equipes* de *representação* que estes fazem parte*,* onde ordenam e articulam lógicas, práticas e discursos compartilhados por contexto tempo-espacial.

Palavras-chave: Teoria da Estruturação; Sociologia da Experiência; Juventudes; Ruralidades.

ABSTRACT:

LOBO, Saulo de Oliveira. **INTERACTION IN RURAL AREAS:** A theoretical approach of youth socialization and sociability. Dissertation (Mestrado de Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2025

The current dissertation aimed to analyze youth interactions in a rural context, based on social research and theories. Using the theoretical analysis method, I proposed to address the process of socialization and the development of sociability in the construction of individual consciousness and social experimentation, which begins to be developed by subjects who share a socio-spatial context. Furthermore, changes resulting from modernity, such as historical-social and technological processes, were presented as sociological concepts, discussing their influence on social interactions. Collective consciousness was analyzed and theoretically proposed, as discussed by Anthony Giddens (2003), as a structure that orders and articulates practices and discourses, which are learned and developed by subjects, during the course of their routines, influencing their cognitive ability and reflective capacity. Also, with the help of the Sociology of Experience (DUBET, 1994), it is considered that subjective experiences affect consciousness, agency and the very experimentation of social reality. It was presented how the space of the rural area emerges as a theoretical category of analysis, based on Brazilian authors, where conceptions about ruralities can influence the process of socialization, the development of sociability and the construction of subjective consciousness. In order to discuss youth as a social category, which is constructed and developed based on logics and meanings that permeate it, allowing the subject to reflect and have agency over the "I", their identity. Furthermore, following the theoretical basis and analyses made by other authors, I presented ways in which interactions can be developed by subjects, how they can be analyzed, according to the representation teams they are part of, where they order and articulate logics, practices and discourses shared by time-spatial context.

Keywords: Structural Theory; Sociology of Experience; Youth; Ruralities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO….....8
JUSTIFICATIVA.....9
METODOLOGIA….....11
MARCO TEÓRICO….....13
1. SOCIALIZAÇÃO, SOCIABILIDADE e SUBJETIVIDADE….....15
1.1. Dos Processos de Socialização….....15
1.1.1. Visão Clássica….....16
1.1.2. Outra Abordagem….....18
1.1.3. Foco na Multiplicidade….....20
1.2. À Experiência Social….....26
1.2.1. Individual e Coletivo….....26
1.2.2. Para o Conflito….....29
1.3. Pela Reflexão….....36
1.3.1. Cognoscitividade….....36
1.3.2. Recursos Sociais….....39
1.3.3. O Caráter da Ação….....43
2. ESPAÇO E EXPERIÊNCIA SOCIAL….....46
2.1. Influência Espacial….....47
2.1.1. A lógica do espaço rural….....47
2.1.2. Sociabilidade no espaço rural….....50
2.1.3. Contrastes no espaço rural.....53
2.2. Indivíduo Rural….....55
2.2.1. Construção do "Roceiro"….....55
2.2.2. Considerar Ruralidades….....59
2.2.3. Pluralidade do Rural….....63
3. JUVENTUDES, EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS….....66
3.1. A Multiplicidade no Sentido de "Ser".....66
3.1.1. Identidade ou Pertencimento….....67
3.1.2. Jovem ou Juventude….....72
3.1.3. Identidade Juvenil ou Juventudes Localizadas….....75
3.2. Subjetividade e Objetividade na Estrutura Social….....79
3.2.1. Desinstitucionalização ou Sociedade de Risco.....79
3.2.2. Ser Da Roça ou Estar Na Roça….....84
3.2.3. Juventude Rural ou Jovem e Roceiro….....88
4. SOCIABILIDADE, CÍRCULO E REPRESENTAÇÃO….....94
4.1. Rotinização e Experiência….....94
4.1.1. Socialização Deslocada….....95
4.1.2. Sociabilidade Circular….....98
4.2. Co-Presença e Consciência….....102
4.3. Representação e Consequências….....108
4.3.1. Entre Carreira e Hierarquia….....109
4.3.2. Entre Conflito e Segurança….....114
CONCLUSÃO….....120

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....125

INTRODUÇÃO

O atual texto tem a pretensão de dissertar sobre as interações sociais dentro de uma proposta metodológica teórico-analitica. O objetivo dessa pesquisa é traçar uma narrativa, relacionando autores da sociologia, para estabelecer uma conexão das propostas conceituais, descrevendo propriedades dos processos que ordenam o mundo social. Tendo como foco a *juventude*, essa pesquisa visa compreender as interações sociais construídas por este grupo geracional e entre os sujeitos que o compõem. É levado em consideração, para esta análise, as transformações histórico-sociais, os cenários que esses compartilham e experimentam, as existência de estruturas e instituições contemporâneas e seus desdobramentos nas experiências desenvolvidas, durante o processo de socialização e a prática de sociabilidade, que influencia, de modo objetivo e subjetivo, os sujeitos e a própria coletividade. Aqui, não se tem a pretensão de estabelecer um esquema conceitual que vise identificar as diversas formas de dimensões analíticas que uma teoria geral possa alcançar, ainda mais considerando que mais de um autor será utilizado para desenvolver essa narrativa. Compreende-se que os conceitos levantados são usados para denominar processos que podem se relacionar objetivamente no mundo social.

Logo, para melhor definir as dimensões que pretendo apresentar e estabelecer nessa narrativa teórica-analitica, serão delimitadas e identificadas categorias que se constituíram como espaços de teorização para efeitos de explicação. Ambos os recortes são categorias sociais que serão usadas, por meio metodológico de análise teórica, para se observar e descrever olhares distintos, como teórico e político, que afetam o que se compreende por *Juventudes* e *Ruralidades.*

A primeira delimitação é o aspecto *Juventudes*. Esse conceito incorpora características específicas e servem como objeto de análise, considerando-os como sujeitos, que estabelecem interações que, articulando, por meio da subjetividade, práticas e lógicas existentes, se tornam agentes e atores frente às estruturas e instituições sociais. Exalta-se o valor social desta categoria, que se encontra permeada por interesses e realidades díspares, “mas, ao mesmo tempo, a reflexão sobre as propostas e projetos de políticas públicas e as diversas formas de auto-expressão e auto-organização reforçam e sustentam uma categoria que se constrói e se reconstrói enquanto ator social” (CASTRO, 2009b, pág. 189)

O segundo recorte, feito para pensar o objeto de interação social, é a categoria de *Ruralidades.* Sendo o espaço objetivamente materializado, existindo recursos e estruturas que perpassam por ordenamentos sistêmicos, sendo pré-estabelecidos, sendo factível no e para os

grupos e indivíduos que compartilham o mesmo espaço-tempo, influenciando as experiências compartilhadas e a consciência dos sujeitos. Logo, têm-se em mente que o meio rural é um espaço objetivado, possuindo especificidades próprias, com seus ordenamentos lógicos e práticos da vida social, servindo de instância primeira e última para o sujeito que nela vive e estabelece vínculos e *redes de interconhecimento* (WANDERLEY, 2009).

No decorrer do desenvolvimento teórico, por intermédio da metodologia abaixo descrita, busco analisar como são realizados os processos de socialização no cenário da modernidade; com ênfase na sociabilidade - sendo o ato de pôr em atividade o que se apreende na socialização, proveniente das experiências sociais; e a importância da capacidade de reflexividade cognoscente presente nos indivíduos. Viso discutir, a partir de Paulo Roberto Alentejano (1997; 2015) e Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2009), as estruturas espaciais e como são utilizadas pelos agentes e atores presentes na zona rural, junto a apresentação da confluência dos espaços rurais e urbanos e como isso influencia as perspectivas dos indivíduos. No fim, abordar o que é a juventude(s), em seu sentido teórico, como categoria na sociologia, e prático, como os indivíduos à compreendem, por intermédio de análises levantadas e pesquisas de campo feitas por Juarez Dayrell (2003; 2007) e Elisa Guaraná de Castro (2009; 2013).

No mais, a pesquisa se forma na tentativa de entender como as interações sociais desenvolvem construções de concepções coletivas e na construção de lógicas compartilhadas que orientam normas e práticas de comportamento. Há sentidos que podem ser lidos e observados estruturados de modo a existir e perpassar por uma coletividade, como uma consciência, que opera o modo que se desenvolvem práticas e normas e se entendem signos e lógicas, como descreve Anthony Giddens (1991; 2002; 2003). Assim, durante o processo de socialização (Simmel, 2006), as experiências compartilhadas, de acordo com François Dubet (1994), evidenciam a importância da subjetividade no desenvolvimento de sua consciência prática e discursiva. Que, por sua vez, influencia como o sujeito venha a representar seu papel nas equipes e cenários durante a sociabilidade, utilizando dos conceitos de Erving Goffman (2002). Logo, o objetivo geral é compreender e analisar a construção e constituição de lógicas compartilhadas durante as interações sociais.

JUSTIFICATIVA

Discussões sobre socialização e sociabilidade juvenil são encontradas na bibliografia das ciências sociais brasileiras. No que consta fundamentações teóricas, Maria da Graça

Jacintho Setton (2005; 2011) conceitualiza os cenários e relações sociais em vários aspectos, seja este entre instituições e indivíduos ou entre os próprios indivíduos; já Juarez Dayrell (2003; 2007) desenvolve um trabalho que observa cuidadosamente as relações e conceitos que perpassam pela lógica de *juventude*; o mesmo faz Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2005) em seus textos a perceber o espaço(s) rural(s) como uma categoria de demasiada importância para se perceber as relações nele predispostas.

Ao abordar o assunto de interação social juvenil na zona rural, certos aspectos surgem no desenvolvimento teórico e metodológico. Para justificar a abordagem teórico-metodológica, faço uso dos escritos de Anthony Giddens (2002), com sua teoria da estruturação, para o desenvolvimento da minha pesquisa. Sigo a argumentação giddensiana sobre o movimento dualístico presente na teoria da estruturação, na teorização do empírico. Ora, a partir da reflexão da realidade, se fazendo da teoria e da cognoscitividade, podem ser estabelecidos ordenamentos e apreensões da vida social, que acabam por dar sentido a essa mesma realidade. Isto é, a partir da reflexão, é possível desenvolver análises conceituais e teóricas que se enquadram no cenário, nas formas que as interações se desenrolam no espaço-tempo observável. Não apenas descrever modos e jeitos que as interações sociais ocorrem, mas entendê-las além de práticas e códigos de conduta.

A justificativa da análise se dá por dois aspectos específicos. Servindo como variáveis para o objeto principal - interação social - o espaço definido como zona rural e o grupo geracional social da juventude acaba por, e não apenas só, delimitar o objeto que pode ser amplamente discutido e de formas díspares, mas como um catalisador de análise e argumentação teórica. Delimitar o grupo pela lógica da *juventude* permite abordagens lógicas e conceituais, assim, o momento pelo qual o grupo passa é compreendido como um período de mudança (DAYRELL, 2007) e desenvolvedora de novos sentidos contra dominação (DUBET, 1994), servindo na compreensão de forma cuidadosa do processo de inserção social e na influência que as interações sociais promovem nos jovens que compõem uma comunidade ou coletividade.

Além disso, é percebido, mediante a outros trabalhos, como a abordagem de Dayrell (2003; 2007) e Groppo (2016) que a construção da juventude se torna importante para estabelecer uma estratégia de desenvolvimento espacial que visa não apenas por o indivíduo como mediador e ator de suas práticas, mas também em entender que as interações sociais, mersas à processos de socialização e as formas da sociabilidade desenvolvidas nos espaços e por grupos, promovem arrebatamentos nas experiências e nas vivências que os jovens possam desenvolver e promover. Também observo que o uso do conceito *juventude* como variável da

pesquisa pode soar como uma inquietação pessoal - no sentido de traduzir um desconforto ao espaço ou a grupos por uma inquietação crítica-afetiva - porém a tentativa aqui é delimitar um grupo específico que, ao meu ver, se encontra imerso às transformações contemporâneas, no sentido tecnológico e comunicacional, na apreensão e assimilação de novas lógicas e concepções de forma discursivas pelos indivíduos juvenis, por estes estarem em constante transformação no cenário moderno, além das relações intergeracionais que promovem um contraponto entre as mudanças sentidas e vividas pelas experiências juvenis e aquilo que é passado e ressarcido por valores e lógicas que constituem normas e signos por grupos geracionais diferentes.

METODOLOGIA

A pesquisa se encontra fundamentada pela análise teórica sociológica, servindo como referencial para analisar o objeto - as interações sociais - entendendo o objetivo principal - como são ordenados lógicas e práticas pela cognitividade - observados durante o processo de socialização e na atividade da sociabilidade. Assim, podemos entender não só como ocorrem as práticas sociais, imersas nas interações sociais, mas os motivos delas serem fundamentadas e ordenadas na consciência dos sujeitos.

Ter como objeto as interações sociais pode ser um problema pela proporção, algo muito vasto, por isso surge a necessidade de levantar dois delimitadores cruciais, a juventude e a ruralidade. Mesmo que possa ganhar outros contornos dentro dos mais diversos tipos e características presentes dentro da modernidade, analisar teoricamente a interação social, objetificado no processo de socialização e na sociabilidade, possibilita uma possível "generalização" teórica do objeto, onde a aplicabilidade sirva para alcançar outros objetivos, até mesmo a partir de outras delimitações. Ora, usar o método da análise teórica sociológica, prediz um maior desenvolvimento para com o objeto pesquisado e os objetivos traçados, "as relações de reforço mútuo entre variedade e generalização não constituem apenas uma propriedade do mundo social, prolongam-se também no domínio do conhecimento deste" (PIRES, 2014, pág. 31).

Um parêntese precisa ser aberto aqui, retomando a conceitual, de forma simples, do que entendo quando discorro sobre *modernidade*. Ora, como um momento delimitado no tempo, a partir de conceitos sociais-históricos, que escancaram mudanças que atualmente perpassam pela vida social o uso do conceito serve para evidenciar o papel, não só das estruturas e instituições sociais, mas do espaço-tempo, nas interações sociais, no processo de

socialização e na sociabilidade. Por entender que mudanças políticas, sociais e econômicas ocorreram, junto com transformações estruturais e instituições, que, perpassando por lógicas posta por François Dubet (1994) e Anthony Giddens (1999;2002;2003), "[...] a modernidade caracteriza-se por oferecer um ambiente em que o indivíduo encontra condições de forjar [...] um sistema de esquemas coerente, mas mesclado e fragmentado" (SETTON, 2011, pág. 719).

Retomando a base teórico-analitica metodológica que irei seguir nesta dissertação, o autor identifica três tipos de relações sociais que podem ser levantadas a partir das dimensões analíticas mais abstratas. Há as "[...] relações intersubjetivas e entre atos individuais (micro), relações de coordenação e, eventualmente, estabilização de atos interativamente combinados, e relações entre atores coletivos e atos coletivos (meso) e relações entre propriedades das relações entre pessoas e entre grupos (macro)" (PIRES, 2014, pág. 334). Levando em consideração a metodologia de análise teórica sociológica, ponho a presumir, tento o objeto em mente - as interações sociais - que o macro desse panorama teórico-analítico são à socialização e a sociabilidade dos sujeitos - o meso as relações dentro do contexto rural (a consciência e identidade existentes em sentido coletivo e compartilhadas) - a micro nas agências e representações subjetivas e individuais.

Seguindo a lógica metodológica teórica-analitica, partindo da sociologia, têm-se as dimensões micro-meso-macro. Para a conceituação e narrativa, muito utilizarei da abordagem "estruturacionista", pois, "por estruturação entende-se o conjunto dos efeitos padronizados de condicionamento fático e de orientação normativa da ação nos níveis meso e micro [...]" (PIRES, 2014, pág. 41; 42). Também se entende que o nível meso se configura como dimensão das "relações entre relações", onde não se configura interações de intersubjetividade. Já em "nível micro", as interações possuem sentido subjetivo, atos individuais, mas, mesmo assim, são relativas às dimensões macro e meso de interação, "[...] das quais emergem efeitos de agregação e de poder constitutivos dos níveis meso e macro" (PIRES, 2014, pág. 46).

Além desse modelo a ser seguido, exalto o caráter estruturacionista do trabalho. Seguindo, em grande parte, a Teoria da Estruturação, formulada por Anthony Giddens (1999; 2002; 2003), lançarei luz, por meio dos seus conceitos teóricos, nas formas e práticas da vida social, para que, assim, possa desenvolver uma apreensão e descrição sobre as interações sociais, em sentidos subjetivos e objetivos. Compreender as relações existentes entre as dimensões macro-meso-micro, na realidade objetiva, e suas posições dentro do plano de pesquisa, permite uma melhor descrição dos efeitos das estruturas e das lógicas ordenadas na consciência coletiva (GIDDENS, 2003). Assim, justifica-se a ênfase na *estruturação* como

forma metodológica e teórica de analisar os contextos e as relações sociais, desenvolvidas na modernidade, descrita e conceituada pelos autores, por compreender o condicionamento normativo de práticas e normas dentro de interações sociais, ordenadas, internalizadas e compartilhadas pelas estruturas da realidade social.

MARCO TEÓRICO

Inicio a discussão teórica analisando a dimensão macro da realidade social, a socialização e sociabilidade na modernidade - caracterizada a partir de Anthony Giddens e François Dubet. Baseando-me nos escritos de Georg Simmel (2006) para discorrer sobre os *processos de sociação* (Vergesellschaftung), que são derivados das interações e estruturas sociais, junto com suas qualidades subjetivas, possuem a capacidade de alterar e influenciar a sociabilidade, durante a contínua socialização do sujeito (Simmel, 2006). Além disso, pretendo evidenciar a importância das experiências sociais, como observa François Dubet (1994), nas complexidades do cenário da sociedade moderna, evidenciando o sujeito durante o desdobramento e as consequências da sociabilidade. Também, tenho a desenvolver a conceitualização das lógicas de *consciências, reflexividade* e *cognoscitividade,* como capacidades do indivíduo perceber a realidade e dar *sentido* às suas práticas sociais.

Em nível meso, na dimensão de análise teórico, me debruço nos conceitos de espaço para melhor compreender a estruturação da zona rural. Usarei os trabalhos da Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2005) para desenvolver discussões sobre a importância da vida rural para aqueles que nela habitam é de suma importância para se entender os processos de socialização e de familiaridade que são criados e desenvolvidos na vida social dos indivíduos. Tentarei compreender as consequências das mudanças espaciais, observando-as como complexas ações articuladas. Além dos desdobramentos promovidos pelo desenvolvimento econômico-tecnológico que marca a vida social na modernidade, entendo que é preciso analisar as interjeições produzidas pela aproximação do que é compreendido por zona rural e zona urbana.

Na dimensão micro da interação social, abordo o conceito de *juventude*s. Na tentativa de compreender o modo pelo qual se promove as relações e internalização nos jovens, busco as pesquisas de Juarez Dayrell (2003 e 2007) para desenvolver a importância da subjetividade juvenil, como aspecto relevante no ordenamento da vida social. Entender as mudanças e significados que o processo de socialização e sociabilidade se dá. Perceber a juventude para além de uma delimitação biológica e temporal na vida dos indivíduos, ou como uma lógica

alterada por forças históricas ou mediante processos sociais. Assim, mais que complexar e pluralizar a lógica em torno da categoria *juventude*, por essa em destaque, como espaço de disputa social e política, do agenciamento da identidade e autonomia, frente às relações de autoridade e lógicas e práticas ordenadas de modo hierárquico (CASTRO, 2005; 2009a; 2009b; 2016).

No mais, finalizo observando as interações *face-a-face* e as consequências do atual cenário contemporâneo nas relações micro. Levando em conta o modo que os *jovens* estabelecem suas relações e seus papéis mediante as interações sociais, venho analisar, a partir dos conceitos de Erving Goffman (2002), as práticas que o sujeito estabelece, seja para apresentar seu *papel*, seja em qual *cenário* ou *região* for, mas que ainda influencia aspectos que agem, de modo objetivo e subjetivo, na consciência, na experiência e representação social.

1. SOCIALIZAÇÃO, SOCIABILIDADE E SUBJETIVIDADE

O primeiro capítulo tem o foco de discorrer sobre a dimensão *macro* da interação social, diante de uma perspectiva *estruturacionista*, para compreender o processo de socialização, a atividade de sociabilidade, ambos desenvolvidos na *modernidade.* Por conceber que seja a melhor forma de desenvolver a pesquisa - busquei estipular durante estas páginas conceitos e descrições teóricas das ciências sociais.

Assim, inicio a discussão teórica no que fundamenta a pesquisa, os processos de socialização. Busco basear-me nos escritos de Georg Simmel (2006) para discorrer sobre as relações entre indivíduo e sociedade. Mais do que descrever as relações dessas duas categorias, analiso como a modalidade da sociedade moderna se constrói sobre uma lógica de autonomia individual, que promove interferência na condução da vida dos indivíduos. *Os processos de sociação* (Vergesellschaftung) descritos pelo autor se dão por intermédio de qualquer forma de interação que o ser humano possa desenvolver. Estes são descritos como um complexo conjunto derivados de processos sem forma pré-estabelecidas, ao passo que, junto com suas qualidades subjetivas, possuem a capacidade de se auto diferenciar durante a socialização (Simmel, 2006). E pensar a socialização, não em sentido puro, mas como processos, sempre no plural e nunca cessado, em movimento, derivadas pelas interações sociais dos agentes que compartilham do mesmo *espaço-tempo.*

Mas o compartilhamento de vivências não modifica, por si só, a realidade. Assim, é evidente a importância da *consciência* e da *reflexividade* presente nos indivíduos, para que, por meio de qualidades e mecanismos produzidos e reproduzidos pelos agentes e atores, se torne possível influenciar a realidade social. Na teoria da estruturação, Anthony Giddens (2001), desenvolve a conceitualização das lógicas de consciências práticas e discursivas como as capacidades dos indivíduos de perceber a realidade circundante e dar sentido às suas práticas sociais. É importante observar que essas consciências não são dadas e inalteráveis, mas passíveis à mudança, ao passo que ocorrem os processos de reflexão promovidos pelo *espaço-tempo* em que os agentes e atores se relacionam na rotinização de suas vidas sociais.

1.1. DOS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO

Partiremos do início seguindo uma lógica narrativa temporal. Não que um apanhado histórico do desenvolvimento do pensamento social seja necessário nesse momento, esse trabalho visa evidenciar o cunho social dos processos de socialização, não apresentar uma historiografia sobre o tema e seus avanços em trabalhos de autores díspares e suas

concordâncias e discordâncias nos mais diversos aspectos da sociedade moderna, do indivíduo e de sua consciência. Mas, acredito que se faz necessário, apresentar o meio pelo qual se pode desenvolver a teoria para que o atual trabalho seja realizado de forma mais assertiva possível, sem menosprezar o que cada teoria tem a oferecer e sem esconder as diversas problemáticas e deficiências que estas mesmas teorias possuem em suas abordagem.

1.1.1. Visão Clássica

Dito isso, mesmo que em cenário contemporâneo as propostas descritivas durkheimianas estejam em certa medida defasadas, ainda há muito que se possa recorrer para compreender, não só o desenvolvimento do pensamento social e antropológico, como a realidade da sociedade moderna. Não pretendo basear a pesquisa numa sobreposição da sociedade sobre o indivíduo, nem mesmo recorrer ao estruturalismo para apresentar esta mesma de modo que se pareça "harmoniosa" ou que seu fluxo e suas divisões estruturais sejam necessárias para a manutenção da mesma. Porém, a compreensão de que em cenário público as relações possuem "pesos" divergentes, isto é, há uma sobreposição do que é individualmente pensado sobre o que é publicamente aceito, ainda se mantém em diversas teorias, mesmo tendo outra abordagem conceitual-explicativa.

Assim, apresento algo que aparecerá mais vezes no decorrer do texto - com algumas melhoras, evidente - a ideia de que há um "*julgamento social*" que age coercitivamente sobre o "*julgamento pessoal*", um *controle*. É importante pensar que, mesmo que se apresente de modo quase que orgânico ou teológico, a coercitividade que age sobre os tais julgamento é derivada de um processo histórico emaranhado ao desenvolvimento - ou "produção" - da sociedade, que ganha características de *modernidade* pelos autores utilizados nesta dissertação, "isso porque a opinião pública traz de suas origens uma autoridade moral pela qual se impõe aos particulares" (DURKHEIM, 1984, pág. 54). Não como uma decisão prévia de modos de agir e práticas vistas como aceitáveis, mas como um processo que "normaliza" e "enquadra" normas e práticas sociais numa dada sociedade ou grupo social, uma *estruturação*.

Essa mesma normalização de pensamentos ou atividades se derivam pelo compartilhamento entre os tais indivíduos em um espaço em comum. É mais do que normas e práticas derivadas dessas relações e como se baseia as interações interpessoais, o compartilhamento do espaço, das relações, das normas e práticas, produz e promove uma "solidariedade" social, não que esta seja dotada de empatia e respeito entre as partes, mas há uma expectativa de comportamento que seja socialmente aceitável entre os indivíduos, o que pode-se esperar das ações tomada pelos outros e isso "[...] não pode jamais existir entre outrem e nós, a não ser que a imagem desse outrem se una a nossa" (DURKHEIM, 1984,

pág.65). Isto é, se faz necessário também um compartilhamento de pertencimento, algo que, a certa medida, se compreende como uma *identidade* que é compartilhada pelos integrantes da coletividade, consequência das interações constantemente desenvolvidas por atores/agentes e estruturas sociais.

No decorrer dessa explicação, surge um conceito que será de grande valia para o desenvolver da narrativa, o de "consciência coletiva" (DURKHEIM, 1984, pág. 77). Émile Durkheim - de acordo com a tradução utilizada - usa os termos "coletiva ou comum" como adjetivos a essa lógica, utilizarei "coletiva" por acreditar que seja mais apropriado no que venho a desenvolver logo em seguida. De qualquer forma, a apresentação desse conceito descreve um conjunto de normas e práticas presente nas relações interpessoais de indivíduos que compartilham de uma mesma sociedade. Mas é preciso ter em mente que a descrição do autor antropomorfiza, em certa medida, essa ideia, possuidora de "vida própria",coisa que não pretendo acentuar, mas trazê-la como uma categoria derivada da abstração, para uma análise-teórica metodológica. A *consciência coletiva* é um produto derivado das interações encontradas em um ambiente compartilhado, fornece aspectos prévios ao indivíduo para a realização de atividades, de modo que este deva se comportar frente ao grupo, que está inserido.

As teorias de Émile Durkheim, como irá se apresentar cada vez mais a partir daqui, possui uma visão muito mais otimista da realidade, comparando-a com algumas teorias sociais mais modernas. Talvez, seja anacrônico acreditar que suas descrições sejam ou deveriam ainda imperar na sociedade, ou nas teorias contemporâneas, mas suas contribuições para o avanço da mesma se apresentam de formas inegáveis. A *visão estruturalista* presente em sua teoria, talvez por otimismo na expectativa de uma "melhora" ou "avanço" social, narra uma conformidade ou estágio em que as parcelas da sociedade se encontrariam em harmonia, podendo haver desequilíbrios, mas que logo seriam superadas, mesmo com certas "perdas". Entre as críticas ao autor fica evidente a força da estrutura social e o respaldo que essa possui na realidade social, até mesmo sobre a consciência e ação individual, mesmo assim, é preciso utilizar o autor para elucidar o ponto de partida teórica, sem menosprezar suas contribuições. Se faz necessário ponderar a descrição da sobreposição da sociedade acima do indivíduo, em que a manutenção de uma harmonia social deva prevalecer em detrimento da estagnação do indivíduo ou um alienamento das suas práticas e consciência. Atualmente, no que se faz presente nas teorias sociais contemporâneas - algo que será aprofundado no decorrer do trabalho - o indivíduo é posto em lugar de destaque como condutor do "avanço" e do "desenvolvimento" social, rompendo com a lógica durkheimiana que prediz o individual sob o

coletivo.

1.1.2. Outra Abordagem

Deixaremos de lado o estruturalismo durkheimiano para focar mais na construção do papel individual na sociedade moderna. Evidente que, o trabalho conceitual até o momento, não é descartado de forma alguma, porém o papel de atores/agentes e estruturas serão repensados.

Em sua conceitualização, Max Weber aproxima sua abordagem sociológica à observar o indivíduo mais atentamente. A *sociologia compreensiva* do autor, não possui uma visão que a sociedade se encontra, em certo sentido, "viva", distanciando do método de "coisificar" aspectos sociais - como defendido por Durkheim. Ao discutir sobre o que se continha nas normas e práticas sociais, o autor trabalha a construção da racionalidade nos indivíduos. No momento não pretendo entrar no profundo debate conceitual de racionalidade para as ciências sociais, porém é preciso observar que, para Weber, normas e práticas sociais são derivadas da necessidade que os indivíduos possuem para realizar objetivos, se perpetuam socialmente não por uma "consciência" da sociedade "viva", nem por um viés teológico, divino, mas por pura "necessidade" dos agentes de alcançar objetivos. É preciso deixar esse aspecto weberiano da consciência prática bem estabelecido.

Ora, verdade que o modo em que se aborda específicos casos podem produzir banalizações e/ou a vulgarização de normas e práticas que agentes recorrem em sua rotina, pois "[...] muitas vezes não conseguimos compreender, com plena evidência, alguns dos 'fins' últimos e 'valores' pelos quais podem orientar-se, segundo a experiência, as ações de uma pessoa" (WEBER, 2015, pág. 4). Assim é que se desdobram a construção da - utilizando o termo de Durkheim - tal *consciência coletiva*, onde, a experiência compartilhada e vivida pelos indivíduos, orienta as ações na realização de fins necessários e/ou pretendidos e na construção de valores sociais.

Há diversos conceitos descritivos que explicam essa tal noção que norteia normas e práticas sociais, dentre elas, utilizarei a do mesmo autor, a chamada *ação social*. Esse conceito funciona para "simplificar" o modo pelo qual a *consciência coletiva* se origina e se reproduz, ao passo que, as relações interpessoais são construídas no *espaço-tempo* em que elas existem. É preciso fincar que estas normas e práticas que orientam, por intermédio da experiência vivida dos indivíduos, não são de origem alheia à própria vivência, mas se desdobram socialmente a partir do que é "subjetivamente visado" pelos atores/agentes em suas rotinas sociais.

Esse aspecto rompe com as abordagens estruturalistas clássicas e evidencia o caráter

transformador da realidade social. Passa-se a enfatizar a vivência, as relações e o papel do próprio indivíduo - sua consciência individual e subjetividade. Aborda-se a construção da *consciência coletiva* e da *ação social* não sendo alheia às vontades individuais, nem mesmo imutáveis no cerne da realidade social. O otimismo de que o alcance da harmonia social pode e deve ser almejada é, neste sentido, algo não puramente necessário, já que estas mesmas normas e práticas estão em constante transformação, de acordo com essa abordagem. Pois, a consciência coletiva, a *ação social* "[...] orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado futuro", a autoridade que respalda normas e práticas não é imutável e desejável por si só, mas se respalda a partir da experiência vivida dos agentes e compartilhada por meio das relações construídas em decorrência da aproximação entre indivíduos, sendo que, "[...] os 'outros' podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas" (WEBER, 2015, pág. 13; 14), onde a "identidade social" se torna mais abrangente do que no primeiro momento, mas, de certa forma, não perde o "poder" de promover a sua manutenção ou a transformação de normas e práticas sociais.

Ora, mesmo que venha a enfatizar o conceito da *consciência coletiva*, trarei uma discussão importante na diferenciação da *ação social* e da subjetividade individual. Mesmo que vontades e opiniões internas circulam na consciência individual que o agente possui, o que torna foco para essa explanação é a prática e o discurso utilizado na realização das ações objetivamente direcionadas na vida cotidiana, o que é de fato transposto do indivíduo, sendo agora este agente e promotor de ação, na realidade social objetiva, isto é, o que a pessoa de fato faz e compreende. Tenho por explanar isso - darei mais ênfase no caminhar discursivo - pois vejo que há necessidade de entender que, parafraseando Weber, "o comportamento interno só é ação social quando se orienta pela ação dos outros" (WEBER, 2015, pág.14), e o foco, no atual momento, são as discussões sobre a consciência coletiva e no que promove as relações humanas.

E por se orientar a partir da expectativa do indivíduo por outrem, voltamos a refletir a ideia de *solidariedade*. Nesse momento podemos observar, com ajuda teórica de Max Weber, que não há, de fato, reciprocidade ou solidariedade - como dito anteriormente - objetiva entre as relações sociais, o que há é o pressuposto que o outro agirá de certo modo perante a si, orientando-se na expectativa fundada na relação histórica e socialmente constituída, estruturada nas interações. No fim, "a relação é, assim, por ambos os lados, objetivamente unilateral" (WEBER, 2015, pág.17), só há expectativa e coerção de comportamento interno que leva a agir de forma que, sua própria experiência social, dita.

Como descrito, a interação entre os indivíduos não é findada em si, isto é, não se encontra "coisificada" na realidade, não se respalda por si e, menos ainda, é imutável. O estabelecimento de normas e práticas sociais são construídas a partir de relações interpessoais, de experiências vividas e compartilhadas na realidade objetiva. Como visto, elas são orientadas não apenas pelo seu tempo presente, mas constituídas pelo passado lembrado e o esperado futuro; por relações próximas, cotidianas, como familiares e/ou conhecidos, ou por pessoas distintas que a muito podem estar distantes, seja espacialmente ou temporalmente.

Deste modo é possível perceber que a manutenção e a reprodução de normas e práticas podem ser consolidadas por características espaciais ou temporais e, como o autor descreve, "o curso de uma ação repete-se sempre com o mesmo agente ou é comum entre muitos agentes" (WEBER, 2015, pág.17;18) por predispor do espaço compartilhado e da consciência coletiva, isto é, as mesmas normas e práticas orientadas pela experiência compartilhada e expectativa social.

Ora, mesmo com as diversas contribuições do autor, vejo que sua abordagem pode trazer problemas conceituais. As lógicas e o papel da racionalidade no desenvolvimento de escolhas e na realização de práticas não é, de forma claramente descritiva, na consciência individual daqueles que não refletem sobre a mesma - algo que será posto mais tarde a debate. Mas o foco nesse momento é discutir a importância da expectativa e das experiências na orientação da *ação social*, observar que as normas e práticas podem sofrer mudanças durante a realização das interações entre indivíduos, que os processos históricos-sociais são importantes condutores na construção da consciência coletiva. Logo, Max Weber se faz importante por promover uma ruptura conceitual da passividade que o indivíduo se encontra em frente à estrutura, na realização de práticas e ações sociais, que a existência do agente na sociedade não é inerte, mas se desenvolve a partir das relações e no que aprende por elas.

1.1.2. *Foco na Multiplicidade*

Chegamos no cerne do subcapítulo, os tais processos de socialização. Até o momento o que muito foi exposto é que a consciência coletiva por si só não possui "vida" e não impera como "lei" imutável da realidade objetiva, apenas possui "vida" ao passo que possa compreendê-la como algo que se desenvolve - não em sentido qualitativo de melhora - durante as interações sociais e por meio delas. As experiências e expectativas compartilhadas durante as relações sociais, por intermédio de lógicas *espaço-temporais*, promovem uma orientação sobre o curso da ação tomada pelo agente para a realização de atividades durante sua rotina social.

Abrangendo a perspectiva da "construção" da tal "consciência coletiva", não sendo

mera estrutura que se perpetua por uma autoridade e se respalda por si, observa-se que essa é derivada de um *processo*. O similar ocorre com a *ação social* que, mesmo se utilizando de expectativas e experiências sociais, e viabilizada por intermédio das relações estabelecidas no *espaço-tempo*, que introduzir o indivíduo na vivência cotidiana na sociedade que se vai "pertencer", ou até mesmo, compartilhar de uma mesma "*identidade*", isto é, um *processo socialização*.

Dito isso, darei ênfase neste *processo.* Ao levar em consideração as aproximações espaço-temporais que predispõe as interações sociais, consideramos, farei uso de termos das teorias de Georg Simmel, as *formas* e os *conteúdos* presentes na sociedade moderna. Essas são constituídas por meio das interações de indivíduos, composta por múltiplos de aspectos que ditam ou regulam normas e práticas compartilhadas e "(surgem) sempre a partir de determinados impulsos ou da busca de certas finalidades" (Simmel, 2006, pág. 59). A *sociação* é a forma pela qual as interações são construídas, se utilizando dos *conteúdos* individuais, isto é, dos "impulsos" ou das "intenções", elas organizam formas que servem para construir uma posição de "ser" e de "estar para o outro".

A partir disso percebemos como as *formas* em que a interação, ou *sociação*, ocorrem e os *conteúdos*, os tais impulsos, são importantes para a *estruturação* da sociedade. Os *conteúdos* que se manifestam a partir das necessidades e vontades, configuradas a partir de normas e práticas sabidas e compreendidas, por meio de experiências e expectativas compartilhadas, são motivadores para que "[...] o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros" (SIMMEL, 2006, pág. 60). Essa "referência" pode ser vista como "identidade social", que é compartilhada pela *forma* sociedade, operando por meio de uma *ação social* articulada numa consciência coletiva, servindo, assim, "[...] de modo a engendrar ou mediatizar os efeitos sobre os outros, ou a receber esses efeitos dos outros" (*Ibid.*, pág. 60).

O objetivo não é argumentar que os *conteúdos* por si só são produtos "puros" da sociedade, mas, por meio dessas, suas manifestações e/ou formas de se alcançar interesses, podem tomar diversos "caminhos". E aqui surgem diversos sentidos e interpretações que podem - em sua maioria - contribuir para a validação de críticas já expostas da ideia de *consciência e identidade coletiva.* Ora, como discutido quando falado sobre os trabalhos durkheimianos, a compreensão das normas e regras da sociedade, como algo imutável e dotado de autoridade prévia, surge aqui como um processo derivado da própria consciência. Pois, como Simmel denomina de *autonomização de conteúdos* (2006), derivadas da

necessidade e condição humana, seja para sua vida prática e/ou discursiva, é elaborada uma forma que se possa captar e entender o mundo objetivo. Mas, sem um tratamento reflexivo por parte do indivíduo, essas formas de captação e entendimento podem se tornar autônomas, no sentido de não se tornarem mais dissociáveis entre o que é de fato e como é apreendido perante as estruturas sociais. Assim, "essas interpretações tornam-se fins em si mesmas e exercem seu efeito por sua própria força e sua própria lei, seletivas e criativas, independentemente de seu emaranhado com a vida prática, e não por causa dela" (SIMMEL, 2006, pág. 62).

Na tentativa de romper com a abstração metodológica, trarei um exemplo para melhor elucidar a explanação. Como Georg Simmel - para não me desviar do atual foco - utilizarei a construção do "direito" para melhor trabalhar com essas categorias de *autonomização* promovida pela *consciência coletiva* e na *ação social*. A construção do "direito" como regulador de normas e práticas funciona, a partir de ser entendido como dotado de autoridade na realidade objetiva, conservando suas próprias "razões", encontrando legitimidade em si. Similar à lógica do "direito", a *consciência* e a *ação social* pode parecer ao indivíduo como estruturas possuidoras de autoridade prévias, mas, em seu sentido puro, abstrato, foram apenas construídas por intermédio da sociação humana, nas necessidades individuais, traduzidas em coletivas, ordenadas por expectativas e experiências de relações, socialmente estabelecidas no *espaço-tempo*. E, "a partir das exigências impostas pela existência da sociedade, firmam-se certos modos de conduta individuais que, nesse estágio, são válidos e ocorrem exclusivamente por essas imposições práticas" (SIMMEL, 2006, pág. 62), mas sempre passíveis de transformação por meio das necessidades e das ações sociais. Para além dos "desejos" e "necessidades" sendo condutores da *sociação*, há o desenvolvimento da sociabilidade. Na teoria de Simmel esse caráter opera em sentido subjetivo e individual, pois as pessoas mesmos estando imersas a diversas formas de *sociação*, com interesses e necessidades previamente estabelecidas, "são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal" (Simmel, 2006, pág. 64). É o processo de sociabilidade que promove, pois é a atividade desenvolvida nas interações interpessoais, nos espaços sociais. Nesse sentido, compreende-se como uma *solidariedade* entre as partes, isto porque a construção e a perpetuação de uma tal *sociação*, mesmo previamente definida para alcançar objetivos e benefícios pessoais, configura-se de forma a "criar" um sentimento individual de compartilhamento de identidade e consciência com os outros.

Mas a sociabilidade não se restringe a um único espaço ou *sociação* de indivíduos.

Esse processo é desenvolvido a todo momento e de diversas formas onde há interação social, enquanto o indivíduo se encontra com outros, promovendo maiores influência e consequências se estes se veem e se entendem como igual. É, em certa medida, um processo "lúdico" de formação, onde o indivíduo se afasta de certas "personalidades" internas para abraçar o que surge como socialmente aceitável. É um processo derivado das interações sociais e das necessidades individuais que se tornam coletivas, "as qualidades pessoais de amabilidade, educação, cordialidade e carisma de todo tipo decidem sobre o caráter do ser em comunidade" (SIMMEL, 2006, pág. 66).

Essa construção do "ser para o outro" é uma forma em que a consciência coletiva se manifesta como uma posição a ser tomada e respeitada por entre as partes, como uma norma de convívio. Émile Durkheim (1984), observa que a identidade coletiva cria laços que são fortalecidos pela sociabilidade e estabelecem a solidariedade entre os sujeitos, outorgadas pela consciência sobre lógicas que operam normas e práticas sociais. Porém, Georg Simmel observa que o “ser para o outro” é decorrente do caráter regularizador estabelecido nas interações sociais, que "[...] o sentido do tato tem um grande significado na sociedade, uma vez que leva à autorregulação do indivíduo em sua relação com os outros, e num nível em que nenhum interesse egoísta, externo ou imediato, possa assumir a função reguladora" (SIMMEL, 2006, pág. 66). A experiência vivida e compartilhada, a expectativa que regula o comportamento próprio indivíduo e do outro, aspectos que se conectam num emaranhado complexo da realidade humana, no desenvolvimento das interações rotineiras e presentes no espaço-tempo.

E há importância, não apenas da pretensão individual e/ou coletiva, ou da forma de sociação manifestada. Todo o processo de sociabilidade, sendo algo "vantajoso" e buscado pelo indivíduo, de se ver na criação de círculos de interação e sua perpetuação, é tratado de forma cuidadosa pelo autor, e isso fica mais evidente quando há a afirmação que, "se a sociação é sobretudo interação, então o caso mais puro de sociação é aquele que ocorre entre iguais, assim como simetria e equilíbrio são os elementos mais visíveis e ilustrativos das formas artísticas de estilização" (Simmel, 2006, pág. 71).

Porém, essa identidade, a consciência e a ação social, derivadas pela "complexidade do ser social", acaba por estar imersa em diversas variabilidades que devem ser postas aqui. Uma que mais chama atenção nos escritos de Simmel é a diferença evidente dos indivíduos que se encontram em espaços com características díspares. Ora, em seu texto a *Metrópole e A Vida Mental* (1973), o autor constrói explicações simples, entre as construções que o indivíduo que reside ou frequenta grandes centros, em comparação com aqueles que circulam

pequenas cidades ou espaços com diminutas interações sociais, isto é, diferenciação de consciência, comportamento e identidade entre os habitantes de zonas urbanas e rurais. Diversas variabilidades sociais existem nesses cenários, contribuindo para o desenvolvimento e na existência de *conteúdos* ou *formas* díspares, círculos de sociação e sociabilidade diversos, compostos por indivíduos diferentes, possuindo normas e práticas, podendo ser, diferentes umas das outras. E o mesmo vale para a formação de novas necessidades e vontades individuais que buscam a ser alcançadas e realizadas, que podem surgir mediante as interações interpessoais, com novas formas de se poder atingir objetivos coletivos estabelecidos.

Mas derivado dos grandes centros urbanos, o conceito de *atitude blasé*, pode não ser de suma importância para a "melhora" do indivíduo. Ora, para Simmel, “esse processo promove a diferenciação, o refinamento e o enriquecimento das necessidades do público, que obviamente deve conduzir ao crescimento das diferenças pessoais no interior desse público.” (SIMMEL, 1973, pág. 22). Claro que o maior diálogo promovido por indivíduos, ou melhor, grupos díspares, podem promover mudanças e melhorias para estes mesmos grupos e indivíduos. Mas, a existência de melhora a partir do diálogo e da diferenciação, não se manifesta puramente pela estrutura social que o indivíduo e/ou grupo compartilham, talvez o próprio argumento que válida que a "melhora" ou o "desenvolvimento" social virá mais facilmente, em qualquer que seja o espaço e tempo objetivado, é constituído a partir da mesma lógica do "direito", uma *autonomização de conteúdos* que respalda a mesma lógica que o estabeleceu, mediante a uma necessidade prática e discursiva.

Partindo desse exemplo, vemos que como os processos de introdução de um indivíduo a uma sociedade, quando este passa a ser ator e agente em seu meio, é algo profundo e modelador de comportamentos e da consciência individual. Em seu livro *O Processo Civilizatório* (1994), Norbert Elias traduz a realidade, fazendo uso de uma "historiografia dos costumes", numa argumentação que apresenta o processo de socialização dos indivíduos imerso à atmosfera que colabora para a formação de um *status quo* vigente, isto é, uma construção prévia da *identidade e da consciência.* Não que o processo de "civilizar", isto é, torna o indivíduo socialmente adaptado, aquele que segue o "caráter comunal da sociedade", que possui "tato" no desenvolvimento de suas relações interpessoais - como apresentado, anteriormente, por Simmel (2006). Mas é algo manejado por aqueles presentes no espaço-tempo, de modo elaborado e/ou intencional, é desenvolvida por processos histórico-sociais inculcados pelo mesmo *processo de sociação* e fortalecido pela *sociabilidade* articuladas pelas interações cotidianas, nas palavras do autor, "a história coletiva neles se

cristalizou e ressoa" (ELIAS, 1994, pág. 26).

Como dito, não é que os processos conduzidos pela *sociação* seja um produto consciente e nefasto - em sua forma pura, em sentido simmineano - organizados por atores e agentes anteriores, mas é desenvolvido e transformado durante as relações que estes desenvolvem. Aqueles já introduzidos numa relação cotidiana não possui, em primeira instância - isto é, sem uma prática reflexiva de si e para si - uma crítica de comportamento sobre sua própria ação (se esta é regulada por meio de experiências e expectativas prévias), da construção da identidade e da consciência que circunda seu grupo ou sociedade. O indivíduo, imerso às normas e práticas sociais, já estruturadas no espaço-tempo em que se encontra, "usa-as porque lhe parece uma coisa natural, porque desde a infância aprende a ver o mundo através da lente desses conceitos" (ELIAS, 1994, pág. 26).

Dessa forma é preciso enfatizar os valores mutáveis e objetivos do processo de socialização. De novo, como já foi posto, as interações e aproximação social são fortes indutores de transformação das próprias interações, das necessidades e dos objetivos individuais, que levam à sociação, podendo se alterar e, nesse sentido, alterar a própria *forma* que se manifesta na realidade social. Esse caráter mutável que a realidade social possui interfere a própria consciência coletiva que opera na produção de sentido, na elaboração de normas e práticas a serem seguidas, no tratamento do "tato" que opera as relações interpessoais, na constituição do caráter comunal que se estrutura. E, não obstante disso, "a 'civilização' [...] é um processo ou parte de um processo em que nós mesmos estamos envolvidos" (ELIAS, 1994, pág. 73), desenvolve-se a partir das relações e causa alterações nelas próprias. O processo pode mudar ganhando outras formas e conteúdos, mas "os conceitos sobrevivem enquanto esta [...] retiver um valor existente" (ELIAS, 1994, pág. 26), onde a própria consciência e identidade de uma coletividade se mantém estruturada.

Mas esses valores e conceitos, mesmo mutáveis, possuem uma história longa na realidade social. Em seu trabalho, Elias traça o desenvolvimento histórico-social do tal processo civilizatório, recorrendo à linguística para mostrar que as origens dos termos "civilização" e "cultura", em alemão, surgem em sentido a provocar uma identidade social entre aqueles vistos como iguais, um processo conduzido pela sociabilidade e socialização dos atores/agentes, "e aponta para as diferenças de autolegitimação, em caráter de comportamento total que, no início [...] entre determinadas classes e, em seguida, entre a nação alemã e outras nações" (ELIAS, 1994, pág. 50). É fruto da sociação humana, mas é afirmada e outorgada pela consciência e identidade estruturada no espaço-tempo que interações são desenvolvidas.

1.2. À EXPERIÊNCIA SOCIAL

As rupturas epistemológicas, promovidas pelo caminhar do pensamento sociológico, possibilitaram observar o indivíduo, a trajetória social e os processos de socialização, de modo mais abrangente em comparação com as teorias sociais clássicas. Entre diversos autores que surgiram no século XX, François Dubet se destaca com sua abordagem denominada Sociologia da Experiência (1994), que observa o indivíduo social para além de estruturas e normas/práticas realizadas dentro de uma coletividade social. Para o autor há uma crise que se manifesta no cerne do pensamento sociológico clássico, onde as mudanças históricas-sociais ocorridas pela modernidade transformaram as relações e, assim, tornaram as teorias descritivas um tanto quanto limitadas para a compreensão da realidade social.

As mudanças desenvolvidas com o advento da modernidade possibilitaram abranger a abordagem e apreensão da realidade social compartilhada pela vivência dos indivíduos. A Sociologia da Experiência cumpre a função de não mais observar como puras relações e ações realizadas e compartilhadas por indivíduos próximos, estruturadas cadenciadamente. Nessa perspectiva, as normas e práticas desenvolvidas pelos atores sociais perdem seus valores estáveis e prévios, ao passo de perceber que estes mesmos não se encontram de forma apática ou alheia às atividades realizadas, ou regras seguidas.

Mas, essa abordagem não negligencia a presença e as influências de estruturas e seus ordenamento predisposto pelo meio. Como Setton (2011) enfatiza em seus textos, não mais cabe a descrição de uma estrutura pura que age exclusivamente sobre o indivíduo e na configuração da ação e da consciência do mesmo. Similar aos processos de sociação (SIMMEL, 2006), a sociologia da experiência permanece a abranger a lógica entre o que é vivido pelos indivíduos, isto é, o que subjetivamente é captado pelas experiências acumuladas durante as interações sociais, e o que é objetivamente conceituado e articulado mediante a consciência discursiva.

1.2.1. Individual e Coletivo

Ora, mesmo abrangendo as possibilidades presentes no ordenamento de normas e práticas mediante a experiência vivida, os tais grupos ou coletividades sociais na modernidade permanecem operando. Não é possível negligenciar os aspectos coletivos presentes na vida social, porém a prerrogativa de se traçar ações e lógicas mediante a configuração e ordenamento de um grupo/coletividade, não mais servem para a compreensão do cenário social moderno. As trajetórias e experiências vividas e compartilhadas entre grupos sociais díspares enfatizam a fluidez, não apenas nas relações, mas nas construções que são interiorizadas pelos indivíduos em cada um dos espaços e/ou coletividade específica. Os

significados de ações realizadas individualmente não podem mais, a partir dessa abordagem, serem respaldadas sobre o indivíduo, unicamente fixado em um grupo apenas, ou no papel desempenhado por ele nesse mesmo (DUBET, 1994).

Existe um papel crucial que deve ser cumprido pelo indivíduo, a necessidade de se fazer ser ator. A passividade, que tanto era operada na sociologia durkheimiana, é superada quando o sujeito passa a agenciar e refletir sobre o desenvolvimento de suas práticas e atividades. A sociologia que tem como foco a *experiência* vivida, precisa conceber o próprio indivíduo como dotado de capacidade de estar consciente e ser intelectualmente responsável na realização de seus papéis e em suas atividades cotidianas, não estando à mercê de implicações previamente estabelecidas. O indivíduo só se tornará ator a partir da compreensão de que, em certa medida, ele pode operar na realidade onde se encontra, "[...] a experiência social não é uma 'esponja' [...] mas uma maneira de construir o mundo. É uma actividade que estrutura o carácter fluido de 'vida'". (DUBET, 1994, pág. 95). E, a partir disso, "este (ator) tem como tarefa articular lógicas de ação, as quais se ligam a cada uma das dimensões de um sistema. O ator é obrigado a combinar lógicas de ação diferentes, e é dinâmica gerada por essa atividade que constitui sua subjetividade e reflexividade" (SETTON, 2011, pág. 719), é o papel intelectual do indivíduo como ator social.

As experiências vividas pelos indivíduos configuram o que é entendido como "condutas sociais". Essas não são passíveis de compreensão em seu sentido puro, isto é, devido a heterogeneidade das relações e dos princípios subjetivos no âmago de suas práticas sociais. As orientações individuais e coletivas, que articulam as condutas sociais, se apresentam para além de símbolos socialmente apropriados e inspirações objetivas que, a certa medida, se configuram de forma racional. Há, na sociologia da experiência (DUBET, 1994, pág. 93), um "princípio estável" que colaboram para a articulação na condução de normas e práticas, porém suas origens são díspares e heterogêneas, tornando-as, em certo sentido, únicas a partir das experiências vividas pelos indivíduos, num amálgama promovida por lógicas e ações sociais e cotidianas.

Em medida única, a condução de práticas e lógicas não é dada. Isto é, é necessário observar que, a subjetividade gerada pelo amálgama de variações articuladas, a partir de experiências sociais, é plural ao passo de suas origens, seja através de grupos sociais díspares ou aspirações individuais. E é nesse sentido que, para o autor, há uma possibilidade de se alterar estruturas do mundo, partindo da constituição interna subjetiva de lógicas e ações que podem ser tomadas. Por essa pluralidade, empregada pelas relações coletivas e grupais, existentes na realidade social, que o indivíduo não se pode encontrar-se em sentido

"totalmente socializado". A ação não se encontra restrita em unidade, não é redutível a uma lógica ou prática pura. Nesse sentido, é um processo entre a subjetividade do ator e a objetividade configurada na realidade. A essência da experiência como foco é abordar tal aspecto com instaurado em múltiplas origens e processos díspares (DUBET, 1994, pág. 94-96).

Pela mesma constituição de multiplicidade de lógicas que imprimem ação e/ou aspirações, há heterogeneidade sobre as instituições presentes no meio. É possível conceber, partindo de toda reflexão feita até o momento, que as práticas realizadas e as experiências vividas pelo indivíduo são manifestadas no espaço-tempo como um processo onde se faz combinação de diversas lógicas díspares, que se interpõem entre espaços e estruturas próximas. Logo, na sociedade moderna, que, de acordo com Dubet, se encontra caracterizada em fluxo contínuo de informações heterogêneas, oriundas de instituições possuidoras de lógicas específicas, a tal proposta de "identidade social e individual" não se encontra tão artificialmente delimitada na consciência prática e discursiva dos indivíduos e atores. A correspondência entre papéis e instituições integrados socialmente dão espaço para uma ruptura por intermédio da perspectiva subjetiva do indivíduo. Assim, "o que se observa é uma tendência à articulação e à negociação constante entre valores e referências institucionais diferenciados e as biografias dos sujeitos" (SETTON, 2005, pág. 345).

Em meio a propostas de se evidenciar a experiência social, Setton descreve a heterogeneidade das lógicas discursivas e práticas e o complexo fluxo contínuo de informações similar ao fato social total. Ora, pois é "[...] uma ação social vivida por uma dinâmica processual, com base na troca de mensagens simbólicas entre agências e agentes socializados [...]" (SETTON, 2011, pág. 719).

Mas essa experiência é apenas adquirida no momento pela qual a vida social se manifesta atualmente. Dito isso, é possível dizer que concepções anacrônicas devem ser cuidadosamente trabalhadas, que não se devem ser cometidas injúrias críticas ao se comparar as experiências vividas por autores clássicos com o atual cenário social e com o desdobramentos das discussões contemporâneas. Assim, vemos que "[...] a modernidade caracteriza-se por oferecer um ambiente em que o indivíduo encontra condições de forjar [...] um sistema de esquemas coerente, mas mesclado e fragmentado" (SETTON, 2011, pág. 719), pois esta é composta por uma existência de diversas instituições, mecanismos e estímulos - como descrito por Simmel (1973) - que compõem um cenário propício para a promoção de mudanças sobre trajetória e na elaboração subjetiva de lógicas internas dos indivíduos.

De novo, é necessária uma atenção da diversidade que o processo de socialização se

encontra. As instituições e as relações predispostas no espaço-tempo correspondem a um cenário que funciona em diversos estágios e momentos da vida do indivíduo, este pode nem mesmo se encontrar diretamente ligado ou próximo do fluxo contínuo que é compartilhado cotidianamente pelos indivíduos e/ou grupos. Dito isso, essa característica do valor da experiência vivida "[...] é concebida não como uma realidade bruta, mas como um processo eficaz de reciprocidades de símbolos, ou uma rede diversificada de valores que se insere no mais profundo dos indivíduos, em suas disposições de cultura" (SETTON, 2011, pág. 720).

Assim, o caráter subjetivo e heterogêneo que aspirações e lógicas são compostas não devem ser consideradas, em certo sentido, "expressões puras" do indivíduo. Ora, a experiência desencadeada, pela aproximação espaço-tempo, em relações cotidianas, devem ser postas para a compreensão da realidade social "[...] não porque ele seja a expressão de uma 'verdadeira liberdade', mas porque é testemunha da própria experiência, da necessidade de gerir várias lógicas, da percepção da ação como uma experiência e como um 'drama' [...]" (DUBET, 1994, pág. 101). Esse é o aspecto vivo das mudanças e da possibilidade de alteração que os indivíduos, podendo ser atores, podem intervir no fluxo da vida social.

É necessário ter o indivíduo social não como apático às relações, sendo apenas um reprodutor das lógicas e práticas predispostas no espaço-tempo. Alain Touraine traça uma lógica em relação ao indivíduo, pondo-o mais ativo a realidade objetiva, onde:

> "O sujeito se forma na vontade de escapar às forças, às regras, aos poderes que nos impedem de sermos nós mesmos, que procuram reduzir-nos ao estado de componente de seu sistema e de seu controle sobre a atividade, as intenções e as interações de todos. Estas lutas contra o que nos rouba o sentido de nossa existência são sempre lutas desiguais contra um poder, contra uma ordem. Não há sujeito senão rebelde, dividido entre a raiva e a esperança" (TOURAINE, 2006, apud Silva, 2008, pág. 285).

Mesmo que a tentativa do trabalho não seja em discutir o que consistiria a atividade e/ou inspirações humanas, podemos entender que - mesmo podendo soar otimista à frente da realidade objetiva - o valor do ator social, ainda mais na abordagem da sociologia da experiência, é calculado pela capacidade de provocar mudança. Este é dotado de discernimento intelectual, que opera e transforma a consciência do indivíduo, podendo, assim, transformar suas práticas e discursos.

1.2.2. Para o Conflito

Além do indivíduo "rebelde" ou causador do "drama", a própria sociedade colabora para a manutenção desta sensação. Na Sociologia da Experiência (1994) a sociedade moderna contemporânea é compreendida por interações instáveis onde conflitos sociais são negociados entre aqueles que compartilham do espaço. Decorrente do processo histórico-social, as

mudanças institucionais e o aumento de estímulo interpelam as lógicas e práticas sociais. Se pode perceber que, atualmente, há uma queda na constância de referências que delimitam o status quo do comportamento social. A estabilidade e a normalização promovida pela aproximação, que é reforçada pela força institucional, já estabelecida no espaço-tempo, entra em declínio frente às enormes mudanças acometidas no seio social, com o aumento do fluxo de estímulos que, nesse cenário, interpelam o sujeito.

E por meio das transformações histórico-sociais que possibilitam alterações de consciência, que desenvolvem experiências individuais, e promovem um cenário de *conflito*. A mudança da abordagem sociológica permite observar a sociedade não mais como sistemas integrados e necessários de manutenção, mas como um espaço onde conflitos são organizados e ministrados durante as relações presentes no espaço-tempo. "Assim, o campo social já não tem unidade central, se faz objetivamente nos confrontos entre o poder e o sujeito, entre a imposição de uma ordem, de uma hierarquia ou de um discurso e os mecanismos de contestação dos sujeitos" (SILVA, 2009, pág. 285).

Ganha destaque com o avançar da modernidade, se intensificando em cenário contemporâneo. A partir da abordagem de Dubet, que "[...] a sociedade é um sistema e a sociedade é um conflito regulado" (SILVA, 2009, pág. 280). Mas esse sistema se configura, em sua forma original, como "[...] um conjunto estratificado, dividido em classes sociais, baseado em trocas desiguais de recursos e contribuições, de maneira que quanto mais se efetiva a retórica da igualdade, mais segmentadas são as relações entre os indivíduos" (SILVA, 2009, pág. 283), onde a estrutura lógica que estabiliza os papéis desempenhados pelos atores se válida em seu próprio argumento, onde configura a consciência que promovem a manutenção desse sistema.

A partir disso podemos compreender certas circunstâncias que promovem alterações na articulações de lógicas e ações de grupos e atores, sejam essas operadas individualmente ou coletivamente. O cenário, onde o fluxo de estímulos se interpõem, e o cotidiano das interações, são mais que o espaço onde se encontram os indivíduos, é o "campo social" onde o conflito se organiza e torna-se meio de movimento, tornando possível a promoção de mudanças por meio da ação.

> "E a acção não é só decisão: é desígnio de orientações culturais, através das relações sociais conflituais. O conflito não é nem contradição nem revolta, mas forma social da historicidade, da produção da sociedade por si mesma. Pouco a pouco, para lá do evolucionismo, forma-se a análise de sociedades que por um longo período de crescimentos e de crises, de ameaças atómicas, de totalitarismos e de revoluções, convenceu que deveriam descobrir-se como produto de sua acção e não como a manifestação de uma natureza

> humana, de um sentido da história ou de uma contradição original" (TOURAINE, 1984, apud Silva, 2008, pág. 286).

Temos que ter em mente que o *conflito* não é um "estar", mas a forma que se opera a realidade objetiva. Ora, ao recorrer da *sociologia da experiência*, percebe-se que "no seio da sociedade, o conflito cumpre uma função de adaptação e de integração dos actores do conflito, reforçando assim suas próprias normas, estabelecendo fronteiras mais nítidas entre os diversos grupos" (DUBET, 1994, pág. 49).

Junto a essa lógica de compreensão do *conflito,* surge a ideia da *hibridação*. O conceito "[...] designa um processo intercultural dinâmico, fragmentado, mas também criativo; individual e coletivo, mas, ao mesmo tempo, contraditório e tenso [...]" (SETTON, 2011, pág. 721). Deve ser entendido que o cenário econômico-social não promove uniformidade no modo em que a *hibridação* ocorre, assim "[...] em uma sociedade injusta e constituída pela distribuição desigual de recursos não pode ser pensado apenas como uma fusão de valores interculturais" (SETTON, 2011, pág. 722 - grifo meu). Ainda se opera o conflito mesmo nesse estado de "fusão", até mesmo construindo uma "hierarquia" entre *formas* e *conteúdos*, proveniente de certas culturas que se apresentam para os indivíduos no cenário social.

Devido a abordagem teórica analítica, um mesmo aspecto social pode ser sentido de diversas formas, assim é o *conflito*. Na Sociologia da Experiência é o conflito que proporciona alteração e autonomia do ator ou do grupo de constituir especificidades próprias, promovendo heterogeneidade do cenário social. Configura-se, assim, uma nova perspectiva sobre o indivíduo moderno, onde "a figura clássica de um indivíduo constituído por um todo social homogêneo não se afigura aceitável" (DUBET, 1994, pág. 73).

As mudanças promovidas pelo avanço do capitalismo e dos ordenamentos burocráticos dos Estados-nação contribuíram para a nova "figura" do indivíduo social. No "sistema social" atual, que se torna cerne para a abordagem da sociologia da experiência, compreende que houve:

> "O enfraquecimento da ideia clássica de sociedade leva a que considerem que não sendo já um conjunto social estruturado por um princípio de coerência interna, ele é formado pela justaposição de três grandes tipos de sistema: o primeiro é um sistema de integração, aquilo que durante muito tempo se chamou uma «comunidade». O segundo é um sistema de competição, um mercado ou vários mercados - a noção de mercado extravasa, neste caso, para lá do mero domínio econômico. O último destes elementos é um sistema cultural, a definição de uma criatividade humana não totalmente redutível a tradição e a utilidade" (DUBET, 1994, pág. 113).

Em sentido prático, esses sistemas se apresentam de modos organizados e imperativos para a vivência social do indivíduo. Por intermédio da articulação e da justaposição dos

sistemas, de forma aleatória à cada indivíduo, tendendo para mais ou menos dependendo de suas próprias experiência subjetivas, as três lógicas, em sentido prático, pode ser compreendida como: "[...] a integração: o ator é definido pelos seus vínculos na comunidade [...] a estratégia: o ator é definido por seus interesses num mercado [...] a subjetivação: o ator é um sujeito crítico frente a uma sistemática de produção/dominação, de alienação" (WAUTIER, 2003, pág. 182).

Ao comparar a sociologia da experiência com teorias clássicas, há o primeiro rompimento quanto à compreensão do "sistema de integração" como "comunidade". Ora, as posições previamente estabelecidas se configuram de modo a promover a socialização e a construção de vínculos do indivíduo com a comunidade a que este pertence, as lógicas culturais promovem integração. Porém, nas teorias clássicas "[...] a lógica da integração considera as condutas de crise, como patológicas, como falhas da socialização e da integração ao sistema. Nessa lógica, que domina a visão clássica da sociedade, os indivíduos têm como objetivo manter a continuidade de sua identidade" (WAUTIER, 2003, pág. 183), ao passo que mantém a sua própria comunidade.

A segunda lógica se torna uma compreensão de mercado e competitiva não restrita apenas no sistema econômico. Ora, a estratégia é trabalhada na identidade do indivíduo e serve como recurso entre as trocas econômicas, em sentido mercadológico, e sobre a vida social, entre as competições objetivas entre indivíduos que compartilham do espaço, que se opera uma hierarquia de valores/práticas pré-existentes, uma estratégia competitiva que perpassa todas as relações compartilhadas entre indivíduos. Se há, na sociedade contemporânea, a compreensão que "a identidade é vinculada ao conceito de status e não mais a um papel [...] é o meio para atingir determinados fins, e a integração é substituída pela regulação: as regras do jogo" (WAUTIER, 2003, pág. 183), que funcionam de modo competitivo frente ao indivíduo ou em uma coletividade ou grupo social.

Já o terceiro elemento é a *subjetividade*. Sendo interferido pela necessidade econômica ou disposições de competição social, amalgamado a compreensões culturais e oriundas da tradição. A subjetividade trabalha para gerenciar esses aspectos e promover a criatividade e a reflexão individual. Diferente das linhas teóricas clássicas da sociologia, ao se abordar a experiência como foco, se tem a premissa de romper com a perspectiva romântica da integração social que tanto é descrita em tempos passados. O processo da *hibridação* promove alterações nas formas de se abordar a cultura e as práticas que pertencem a grupos ou coletividades. E mais, há no cenário contemporâneo a possibilidade de se criar diversos vínculos que podem se encontrar desprendidos do espaço-tempo do ator, distanciando ou se

aproximando cada vez mais da "comunidade" propriamente dita.

Podemos entender certas coisas desse terceiro elemento. A partir dessa descrição, sobre o elemento subjetivo articulado na consciência prática e discursiva dos atores, que "[...] a ação coletiva é mais mobilização que adesão, os movimentos sociais são uma ação racional e não espontânea [...]" (WAUTIER, 2003, pág. 183). Há um sentido intrínseco para o ato da ação, pela compreensão de querer fazer e ser ouvido. É possível, assim, pensar que "o conflito social não é nem defesa da identidade nem mobilização racional; é a luta contra a alienação, no sentido da impotência, do sentimento de não ser nada mais do que o espectador de sua própria vida" (WAUTIER, 2003, pág. 184), é a experiência, a subjetividade e a reflexão agindo uma sobre a outra, trabalhando o que existe coletivamente e o que apreendido pela vivência subjetivo de "ser".

Mas essas três posições podem receber diversas frentes ao serem destrinchadas como sistemas específicos. Todos esses estão intrínsecos a realidade em que o ator está inserido, seja na: sua construção com a comunidade, que podem configurar em ligações familiares e/ou afetivas, grupos ou identidades traçadas que proporcionam integração, uma sociabilidade produzida pela vivência individual; no estabelecimento de vínculos comerciais e de troca ou espaços possuidores dos mesmos fins, como instituições públicas e privadas; ou com a própria cultura que antevêem a vivência individual do ator. Essas características proporcionam cenários para ser posto em práticas o que se é em entendimento individual, logo "o actor é obrigado a articular lógicas de acção diferentes, e é a dinâmica gerada por esta actividade que constitui a subjetividade do actor e a sua refletividade" (DUBET, 1994, pág. 107).

São cenários onde o ator articula o que é sabido e administrado pelos sistemas que o indivíduo íntegra. Porém, é visto, junto ao processo de *hibridação* e do *conflito social* que o ator está inserido, pondo em prática sua individualidade e processo experimental, é a transformação hierárquica das práticas e valores disponíveis nesses mesmos sistemas.

Rompendo bolhas que delimitam grupos sociais, o cenário econômico-social contemporâneo se apresenta de modo objetivo para o indivíduo. Podemos ter em mente que "os actores estão, ao mesmo tempo, dentro e fora, assimilados e excluídos" (DUBET, 1994, pág. 207). Mas, devido a posições pré-estabelecidas por esses mesmos sistemas e estruturas, se encontram afastados das posições que lhe permitem se "apropriar" dos próprios. Nesse processo, "eles só podem construir a sua identidade em nome da sua exclusão, e só podem integrar-se, destruindo essa identidade, traindo-se" (*Ibid.*.), os atores se encontram em um *conflito* entre as classes e grupos em que estes pertencem e a lógica, que opera sobre a prática e a consciência, no seio do sistema.

Em decorrência desse processo é possível observar dois aspectos do conflito, o interno e o externo, o de legitimar sua "identidade" - que é compartilhada por outros - e de se integrar no sistema que o cerca. Porém os problemas, na perspectiva da teoria da experiência, não se limitam na exclusão social ou do afastamento de normas/práticas compartilhadas do sistema - anomia social - mas deriva da necessidade do indivíduo ser ator de sua realidade. O *conflito* funciona, resgatando concepções marxistas, como um condutor contra a *dominação* do ator, "[...] quando ele se opõe à dominação que obsta a sua autonomia e a sua «autenticidade», quando ele opõe a sua individualidade ao «sistema»" (DUBET, 1994, pág. 262).

Além disso, se tem a noção do capital articulado, pelos atores nos sistemas que estes pertencem. Eles são fortes indutores do desenvolvimento do conflito e da dominação que perpassam os indivíduos. Pois, percebido que, aqueles que não se encontram numa posição elevada na hierarquias pré-existentes nos sistemas, "o trabalho pelo qual eles conseguem reconstruir a sua experiência é muito mais pesado e difícil que o dos dominantes, que beneficiam, de imediato, de recursos culturais e sociais que lhes permitem serem actores" (Ibid.). Assim, podemos compreender que não há, nesse cenário, uma classe social ou agrupamento que se designa como "excluído" em específico, mas desvantagens sociais e econômicas que proporcionam esse aspecto.

Ao tratar da experiência individual do ator, sua posição nos sistemas que compõem a sociedade moderna, é preciso pensar em seu poder de controle sobre suas próprias práticas, nas consciências que as lógicas e normas são articuladas pelo próprio, isto é, seu "poder" ou posição em ser ator da sua própria realidade. Em vista disso, as tantas amarras compreendidas nos cenários que perpassam à vida social e a construção subjetiva do indivíduo, a ideia de afastamento na constituição de normas e práticas voltam a tomar destaque. Pois "a alienação surge como uma falta de sentido, como uma privação da autonomia por efeito da dominação, reduzindo os atores a serem apenas os suportes dos papéis e os agentes de interesses limitados impostos, uns e outros, pelos dominantes ou pelo «sistema»" (DUBET, 1994, pág. 134).

Entre a construção da identidade individual, por meio da experiência social, há diversos sistemas que promovem hierarquias pré-estabelecidas, a presença, ou melhor, o sentido do ator é complexo. Ora, todo o processo de socialização que inter-relaciona conflito, hibridação e alienação, é suficiente para que o desenvolvimento do ator, seu papel nos diversos sistemas e cenários sociais, sejam demasiadamente contornados e articulados pela experiência, que age sobre lógicas e práticas apreendidas em suas vivências. Assim é possível dizer que "numa sociedade que se caracteriza pela diversidade cultural, pela multiplicidade das formas de conflito e de ação social, os atores não podem mais ser reduzidos a um só tipo

de papel programado, não podem atuar segundo uma lógica única e determinada" (WAUTIER, 2003, pág. 179).

Toda a experiência socialmente produzida pelos indivíduos em suas vivências conduz à uma ruptura das práticas e normas que se estabelecem, no mesmo sentido, elas podem servir como reprodutores dessas mesmas práticas. Leva-se em conta que a "identidade" pode ser contornada, na forma de se "encaixar" ou se fazer pertencer ao grupo, se afastando da prerrogativa de exclusão social, onde o indivíduo encontra alheio às práticas rotineiras. Mesmo com a integração no sistema que o cerca, a *alienação* não deve ser vista como efetiva, pois, apenas quando este perde a consciência individual sobre normas e práticas coletivas, que há a conclusão do processo que transforma o sujeito alheio a sua própria realidade, abdicando de sua ação e da consciência individual.

A *experiência*, como conceito teórico de Dubet, é essencial por evidenciar traços presentes na vida social cotidiana, nas diversas esferas e relacionamentos que são criados e gerenciados pelos indivíduos. Dubet destaca três pontos a serem esclarecidos: o primeiro seria que a identidade social, construída a partir de princípios culturais e sociais, passam a não ser mais um "ser", mas um fazer na sociedade moderna, um trabalho sobre a vivência do indivíduo, onde seu "[...] papel é produzido pela personalidade, isto é, uma nova capacidade de 'gerenciar' a experiência" (WAUTIER, 2003, pág. 180). Já "o segundo traço é a pluralidade das lógicas de ação presente na experiência social é vivida como um problema e produz uma atitude de distanciamento, de mal-estar" (Ibid.), pois, ao tentar auto explicar normas e práticas reproduzidas, inicia-se um conflito entre as consciências coletivas e individuais, que operam na compreensão e ordenamento de papéis e valores socialmente estabelecidos. Conflito este que dificulta a reprodução impensável das normas e práticas nas relações, conferindo reflexão subjetiva de seus papéis e podendo promover alterações de consciência pessoal.

Por fim, o terceiro traço da teoria de Dubet, é que "a construção da experiência coletiva substitui a noção de alienação [...]" (DUBET, 1994, pág. 17). É preciso pensar que, devido ao avanço de estímulos e da heterogeneidade social - a presença da multiplicidade de sistemas sociais - a *exclusão* e a *alienação* social não são frutos de uma única esfera, não estão limitados às "classes" ou à "tipos", como já descritos.

Nesse sentido, não há um conflito central operando na realidade social. "O que há são explosões sociais localizadas, e a alienação ocorre quando as relações de dominação impedem os atores de terem o domínio sobre sua experiência social" (WAUTIER, 2003, pág. 181), onde as consciências práticas e discursivas dos indivíduos são alheios às suas práticas e discurso. Mas é preciso ter em mente que a "experiência não alheia à alienação" (Ibid.), porém, é um

meio para se promover reflexão da vida social e, se for de vontade própria, agir de forma autônoma.

1.3. PELA REFLEXÃO

Ao intensificar as discussões sobre a subjetividade do indivíduo, pensamos o conceito que tratarei como a capacidade reflexiva do sujeito. Em "A Constituição da Sociedade" (2003), Anthony Giddens aborda que o valor subjetivo do sujeito que configura, de forma importante na realização do "papel social", é a capacidade de reflexividade. Discutir o que tange conceitos de consciência e ação humana tendem a se estender para além de um único campo teórico, assim, me voltarei ao que mais se faz importante nesse sentido, os contextos das relações e atividades no campo social. Mais do que meros objetos sujeitos à análise, conceber a capacidade de compreensão dos indivíduos de si e aquilo que os rodeia, permite pensar suas ações além de meras reproduções sociais de relação interpessoal, mas como um conjunto de práticas que estão em constante movimento e podem ser percebidas por estes e se alterar por meio destes.

1.3.1. Cognoscitividade

Temos que iniciar a discussão sobre o principal tema que aqui será trabalhado aqui, a questão da *reflexividade*. Na teoria da estruturação, Giddens conceitualiza o papel da capacidade *cognoscente* que o indivíduo possui na elaboração e na captação do mundo objetivo, como ele absorve o que pré-existente na realidade social, a amálgama de práticas e normas já conhecidas e articuladas pelos indivíduos e grupos na vida cotidiana, o que pode-se compreender como *consciência coletiva.* Mais do que absorver, a *reflexividade cognoscente* permite que o indivíduo tenha uma consciência crítica da sua prática e seu discurso, mesmo que este não for romper com o que já está posto, ele não se encontra alheio aos mecanismos de compreensão e ordenamento da vida social (GIDDENS, 2003, pág. 3).

Além das capacidades de consciência que o indivíduo é dotado, o cenário social moderno permite enfatizar e agilizar o desenvolvimento subjetivo e reflexivo. Pois, a partir do processo de *reflexividade*, que promove uma "crítica" sobre o que é feito e como é feito, além de reflexões mais profundas da própria realidade e subjetividade do sujeito, o cenário contemporâneo é organizado com múltiplos sistemas e estruturas que se contrapõem, perpassando à vida do sujeito, este, agora, possui a tarefa multifacetada de construir *identidade* e *consciência prática-discursiva*, sendo “[...] realizada em meio a uma enigmática diversidade de opções e possibilidades” (GIDDENS, 2002, pág. 11).

Mesmo que nessa perspectiva o sujeito toma outra proporção, com este agora dotado de capacidades de ação, não permite que o mesmo "transforme" por si só a "realidade". Ora, a reflexividade que permite a compreensão dos indivíduos está contida no que estes podem fazer, é intrínseco ao contexto de suas respectivas vidas cotidianas, há um limite sobre a capacidade reflexiva deles em face ao discurso, pois, esta "[...] está largamente contido na consciência prática" (GIDDENS, 2003, pág. XXV). Logo, sua "cognoscitividade", isto é, a capacidade de compreender suas ações, está ligada na objetividade de seu cotidiano, no dar continuidade em suas práticas sociais "[...] sem serem capazes de lhes dar uma expressão discursiva direta." (Ibid.).

É preciso compreender que práticas sociais não são dadas objetivamente, mas trabalhadas, articuladas e assimiladas devido ao compartilhamento do *espaço-tempo* na rotina da vida social. Ora, mesmo dotados da capacidade cognoscente de se refletir o "estar no mundo", as *formas* e *conteúdos* predispostas nas relações, são estruturas que antecedem a própria reflexividade. Logo, sem uma compreensão mínima ou estímulos restritos que promovem uma homogeneidade social, o indivíduo em “atitude natural põe entre parênteses perguntas sobre nós mesmos, sobre os outros e sobre o mundo dos objetos, que devem ser dadas como respondidas para que se possa enfrentar a atividade cotidiana” (GIDDENS, 2002, pág. 40).

Mas, a conceitualização da noção de consciência, toma aqui um papel fundamental para a lógica da *reflexividade* e da *cognoscitividade* dos indivíduos. As práticas sociais reproduzidas pelos atores não são atividades condicionadas no espaço-tempo, estão constantemente em transformação, quando são articuladas por eles próprios e, a partir deles, promovem capacidades para se reproduzir e se alterar. A lógica da temporalidade cíclica das relações e das atividades promovida por elas, constrói uma duração que permite a compreensão por eles sobre suas atividades, um ordenamento de recursos que prediz a vida prática.

Entretanto, é preciso enfatizar que esses ordenamentos e "*reflexividade cognoscente*" não são de caráter exclusivamente individual. Nessa conceituação, o autor desenvolve como a continuidade de práticas sociais são derivadas da capacidade *reflexiva*, que altera sua própria *consciência* e, por sua vez, torna-se alterada, tudo por meio das relações construídas no espaço-tempo. Também é preciso salientar que a continuidade destas não são oriundas apenas da "auto-consciência" humana, mas do que ele denomina de *monitoramento reflexivo da atividade.* Não se pode, nessa perspectiva, alinhar a "ação intencional" dos indivíduos como sendo meras vontades pessoais e utilitárias, ela está em constante transformação junto com o

modo pela qual as práticas sociais são objetivamente realizadas. "Assim, é útil falar de reflexividade como algo assentado na monitoração da ação que os seres humanos exibem, esperando o mesmo dos outros" (GIDDENS, 2003, pág. 3), há expectativa de como as relações vão se desenrolar na vida prática, no "fluxo da vida cotidiana".

Esse caráter sobre a ação humana pressupõe um mínimo de semelhança entre as partes. As práticas sociais duráveis e rotineiras realizadas no espaço objetivo, ordenadas recursivamente, toma um sentido de consciência, de razão prática, muitas das vezes, não discursiva, consolidada numa expectativa de comportamento de ação de um para o outro. No mesmo sentido dual da realidade, o monitoramento reflexivo da atividade não parte de um único indivíduo ou da entidade amorfa da sociedade, como um ser dotado de ação própria. O que é evidente nas constatações teóricas do autor, "quer dizer, (que) os atores não só controlam e regulam continuamente o fluxo de suas atividades e esperam que os outros façam o mesmo por sua própria conta, mas também monitoram rotineiramente aspectos, sociais e físicos, dos contextos em que se movem." (GIDDENS, 2003, pág. 6).

Há uma lógica que prediz o caráter durável das práticas, de sua continuidade nas relações sociais e da expectativa que antecede a forma relacional e comportamento dos indivíduos, já que estes não apenas monitoram outros, como a si próprios. A ideia do "racional" permeia as relações e fundamenta o modo pelo qual práticas sociais serão realizadas no espaço-tempo e como se poderá constituir a expectativa de comportamento entre os indivíduos.

O conceito de *racionalidade* não implica apenas nas lógicas fundamentadas nas práticas sociais. Mas, esse conceito, produz uma familiaridade sobre comportamentos que podem ser esperados pelos atores. Nesse passo, é notável dizer que "a monitoração reflexiva da ação depende da racionalização, entendida aqui mais como um processo do que como um estado, e como inerentemente envolvida na competência [...]" (GIDDENS, 2003, pág. 3; 4), no que estes podem fazer e conceber a partir de sua cognoscitividade. Não há, antes de mais nada, uma rigidez no que se entende por "lógica-ação racional", o que há são práticas sociais e consciência reflexiva que permitem que elas, e por meio destas, transformam a si mesmas no espaço-tempo e, a partir dessa dualidade circular de consequências, promovam um assentamento de lógicas compartilhadas, que fundamentam a "monitoração social".

Assim, no decorrer de toda a explanação do conceito, se encontra uma limitação do caráter reflexivo dos indivíduos. Pois, mesmo sendo dotados de capacidades cognoscentes de reflexão de suas ações, há um "limite" produzido, pelo próprio "limite" de consciência, que esses encontram em suas relações rotineiras promovidas pelo espaço. Mas essa limitação não

é imutável, está passível à alteração, o indivíduo só é constrangido pela própria capacidade de conceber o que ocorre no mundo objetivo.

Mundo este que se mantém em expansão, compreensões que rompem com o entendimento da constituição *espaço-tempo.* As relações rotineiras que fortalecem laços no sentido de consciência, que operam a expectativa do comportamento e desenvolvem o monitoramento reflexivo da atividade, são reimaginadas com o avanço e rupturas ocorridas no momento contemporâneo. Existe, devido a tecnologia de comunicação, a possibilidade de se criar e operar sobre múltiplas lógicas, que agora surgem para os indivíduos, denominada por Giddens (2002) de "*efeito colagem*", sendo estas conflitantes ou não. A heterogeneidade da realidade é amplificada, estando acessível àqueles que antes possuíam restrições espaço-temporais, rompe-se agora com as necessidades de se fazer "presente", para se compartilhar conhecimento e/ou informações na vida cotidiana.

E o mesmo vale para o oposto, estender cada vez mais as lógicas do *espaço-tempo*. Se o *efeito colagem*, que age na consciência do indivíduo, e se trabalhado, desencadeia a reflexividade, aproxima valores e signos heterogêneos, o avanço tecnológico promove "[...] a intrusão de eventos distantes na consciência cotidiana, [...] (que) [...] podem ser experimentados pelo indivíduo como exteriores e remotos; mas muitos também se infiltram na atividade diária" (GIDDENS, 2002, pág. 31), expandindo o que pode ser compreendido como cotidiano e efetivo na elaboração da *consciência prática-discursiva*, operando sobre as expectativas e do próprio monitoramento.

1.3.2. Recursos Sociais

Há, na proposta neste texto, discussões que o objeto tome um caráter abstrato. Assim prossigo com a discussão teórica para que a *reflexividade cognoscente* seja realizada para que melhor abordar o tema. Em "A Constituição da Sociedade" (2003), é desenvolvida a teoria da estruturação que descreve-se por dois outros sentidos - estrutura e ação - que possuem características específicas, mas não dissociáveis e dicotômicas. A segunda - ação - muito se encontra nos conceitos de *reflexividade* já expostos no texto, mas pretendo retomá-la mais a frente. Mas, por agora, tomarei como foco a categoria "estrutura".

De forma resumidamente simples, para facilitar e possibilitar o desenvolvimento de outros conceitos que antecedem este, limito-me expor que "a 'estrutura' pode ser conceituada abstratamente como dois aspectos de regras: elementos normativos e códigos de significação" (GIDDENS, 2003, pág.XXXV). E é com essa definição de estrutura que inicio a conceitualização, pois, mesmo que se possa atribuí-las valor físico a elas, no momento, valor abstrato (signos e normas) são parte crucial para compreender a lógica de "recursos" que

possibilitam alterações de práticas sociais e reflexão cognoscente - junto com a própria reflexividade dos indivíduos - no espaço-tempo, constituindo-se, assim, a ideia do caráter racional para realização de práticas.

Em todo o processo descritivo é exposto conceitos que, ao meu ver, traçam ao mesmo tempo uma qualidade de rigidez e flexibilidade no que se pode compreender e desenvolver sobre os processos de *consciência prática e discursiva*. A rigidez se mostra efetiva - mas não imutável - quando é preciso "[...] tratar a monitoração reflexiva, a racionalização e a motivação da ação como conjunto de processos incrustados" (GIDDENS, 2003, pág. 4). O que é compreendido pela "intenção racional" é apenas ação derivada de um processo de reconhecimento do tangível, valores que são desenvolvidos pela rotinização social. É preciso conceber que "em circunstâncias de interação [...] a monitoração reflexiva da ação incorpora tipicamente, e uma vez mais rotineiramente, a monitoração do cenário onde essa interação se desenrola." (Ibid.), por si, a monitoração não apenas se limita aos modos de práticas, normas e signos, ela se apreende ao espaço-tempo em que as relações são objetivamente postas, por intermédio das interações sociais.

Ora, mais do que validade individual, há a generalização no mesmo sentido entre os indivíduos predispostos no *espaço-tempo*. Precisa-se perceber que, ao mesmo passo que "regula" expectativa e possibilidade de ação, "a racionalização da ação, dentro da diversidade de circunstância de interação, constitui a principal base sobre a qual a 'competência' generalizada dos atores é validada por outras" (GIDDENS, 2003, pág. 5). Logo, não se manifesta por mero sentido de possibilidade de ato e nem validade de ação, correspondendo a expectativas compartilhadas, mas no valor do que se pode esperar de um indivíduo para outro, uma competência inerentemente mínima para ser considerado racional e possuidor de tal racionalidade.

Mas esse valor sobre o racional não é posto aqui em seu modo discursivo, mas em sua *consciência prática.* Ora, a racionalidade que valida a 'competência' individual e coletiva de ações utilitárias - não autoconsciente - se constitui, na teoria da estruturação, em um "entendimento teórico", apenas no que tange a atividade em si ou em sua finalidade, não se apresenta, nos atores, de modo discursivo de "autocompreensão" e nem de "auto-explicação", "entretanto, o que os agentes competentes esperam dos outros [...] é que os atores sejam capazes de explicar a maior parte do que fazem, se indagados." (GIDDENS, 2003, pág. 6).

Essa mesma lógica de consciência prática pode ser entendida nas relações interpessoais dos atores na socialização cotidiana. As possibilidades de causa e efeito se

apresentam de modo bastante abrangente, a construção de sentido, muitas vezes, se dá pela abordagem, na concepção das ações realizadas por um grupo ou coletividade, que podem não se interpelar diretamente, "[...] o resultado de uma serie de ações racionais, empreendidas separadamente por atores individuais, pode ser irracional para todos eles" (GIDDENS, 2003, pág. 16). A perspectiva ministrada na compreensão de eventos sociais, podem apresentar fundos discursivos não apreendidos pelos mesmos agentes e atores. Não que 'efeitos perversos' manifestados objetivamente no cenário sociais - desigualdade, preconceito, etc. - sejam ignorantes à indivíduos que os promovem, mas, podendo haver exceções, acabam por perpassar entre eles num nível amplamente discursivo, que se consolida nas práticas sociais rotineiras, que não pode ser objetivamente apreendido por consciência prática apenas.

As apresentações de rigidez do modo que o monitoramento funciona sobre a *consciência* e *reflexividade* do indivíduo é, de fato, um desafio e, ao mesmo tempo, um facilitador. Mesmo que o espaço-tempo predispõem aproximação dos indivíduos, seja na realização de encontros e práticas compartilhadas, Giddens (2003) descreve o conhecimento não passível de incorporação por si só, apenas promovido pela aproximação, pois há o sentido prático do conhecimento compartilhado, ele "é inerente à capacidade de 'prosseguir' no âmbito das rotinas da vida social" (GIDDENS, 2003, pág. 5), é assimilado o que é passível de ser realizado e continuamente reproduzido. Sendo assim, por intermédio da característica flexível da reflexão cognoscente do indivíduo, "a linha da consciência discursiva e consciência prática é flutuante e permeável, tanto na experiência do agente individual quanto no que se refere em comparações entre atores em diferentes contextos da atividade social" (Ibid.), há uma disparidade estrutural, recursiva, mas não imutável e *cognoscitiva*.

Sobre a não passividade do conhecimento, é preciso pensar que a troca entre indivíduos e o caráter de *reflexão cognoscitiva* atua pela *co-presença.* Como definida pelo autor, "co-presença está estribada nas modalidades perceptivas e comunicativas do corpo" (GIDDENS, 2003, pág. 78), supera o apenas "estar com o outro", compartilhar um espaço-tempo em comum, mas quando os indivíduos se interpelam e se relacionam com algo em comum. Quando a *consciência discursiva-prática* da vida cotidiana é compartilhada, quando a *expectativa* se percebe, entre as formas de se "portar" e/ou "atuar", em frente das relações estabelecidas, onde o *monitoramento reflexivo da atividade* recai e opera o coletivo de modo sensível.

Além da coletividade agindo, se percebe que a *co-presença* se atenua no caráter corpo. As relações do funcionamento da co-presença não se restringem a uma concepção, das normas e signos que se encontram na realidade objetiva, se apresenta para além do que a

prática de atividades, como no modo que se trabalha ou age sobre a realidade. Mas como o próprio indivíduo se porta para outro, na forma que se constrói por noções de postura corporal, que prediz significados sociais ou como atua ou performatiza nos espaço-temporais em que se encontra e se faz participante da coletividade. Quando a *consciência discursiva-prática* coletiva atua na *consciência* e *reflexividade subjetiva.*

Mesmo podendo perceber o valor da co-presença na formação do indivíduo, há limitações. Ora, baseada no estabelecimento cognoscente e corporal de normas e práticas em sentido coletivo, é percebido limitações da capacidade de alteração ou promoção de reflexividade individual. Pois, se compreende que "a interação em situações de co-presença é simplesmente efémera, em contraste com a solidez de instituições em grande escala ou estabelecidas de longa data" (GIDDENS, 2003, pág. XXIX), onde a força de atuação sobre a consciência de instituições políticas e públicas não pode ser negligenciada. Não se pode menosprezar a existência de práticas e de discursos como um aspecto que se encontra, devido a um processo, incrustado nas instituições (GIDDENS, 2003, pág. 4). As formas e forças que esses se encontram, emaranhados nas expectativas e no monitoramento reflexivo da atividade, agem na consciência do indivíduo.

Ao desenvolver sua teoria, Giddens entende que há uma diferença de coesão e *consciência coletiva.* Ora, a forma que se opera as consciências práticas e discursivas no espaço-tempo rotinizado, se produz o monitoramento para com o indivíduo e coletividade, que é regido pela expectativa de comportamento já pré-estabelecido. Mas, também, é preciso ter em mente que "a 'reprodução social' não deve ser equiparada à consolidação da coesão social" (GIDDENS, 2003, pág. 28), pois, mesmo que se mantém uma "rigidez" sobre os recursos e ações predispostas no espaço-tempo, a conformidade entre as partes, seja do indivíduo ou grupo, não existem mutuamente ou não são estabelecidos pelas mesmas lógicas.

É preciso enfatizar a importância das lógicas de consciências para a promoção - ou não - de ruptura das práticas sociais. A possibilidade reflexiva da consciência, em seus níveis discursivo e prático, não as são intransponíveis, inalteráveis e muito menos possuidoras de hierarquia entre suas qualidades, ambas são essencialmente úteis para a promoção da reflexividade individual e coletiva.

Logo, mesmo havendo estrutura recursivas, manifestadas em diversas formas, articulados no contexto cotidiano, não há a pura rigidez linear. "Pelo contrário, a divisão entre as duas podem ser alteradas por diversos aspectos de socialização e de experiências de aprendizagem do agente" (GIDDENS, 2003, pág. 8). E é essa a validade predisposta na urgência da reflexão sobre a importância de seu sentido, nas consciências práticas e

discursivas, que possibilitam alterações e/ou continuidades de ações e práticas sociais.

1.3.3. O Caráter da Ação

Entre os demais conceitos abordados durante esse texto, um dos que mais surgem entre a apresentação é a "ação". Ora, até o momento as discussões propostas aqui estariam imersas em uma atmosfera de *consciência*, com a pretensão de aprofundar os conceitos que tanto aparecem nas discussões sobre as categorias de indivíduos, sociedades e suas implicações. Na teoria da estruturação, Anthony Giddens trabalha o conceito de ação de modo a perceber como atos propriamente dito, isolados. Pois, é visto em seu texto que "a 'ação' não é uma combinação de atos, os atos são constituídos apenas por um momento discursivo de ação à durée da experiência vivida" (GIDDENS, 2003, pág. 4), ocorrendo em um momento do espaço-tempo, está nele contido lógicas que fundamentam o ato em si. É possível, assim, dizer que na ação se exprime a monitorização reflexiva, racionalização e motivação de ação, aspectos antes já discutidos, que prediz um processo de rotinização, reflexividade, transformações da consciência discursiva e prática, que se apresentam em um dado *espaço-tempo*.

O último aspecto que constitui a "ação", de acordo com essa abordagem metodológica, é a motivação de ação. Vimos que as lógicas que pressupõe racionalidade está imersa a valores socialmente constituídos e cotidianamente assimilados, ao mesmo passo que a autoconsciência que dita finalidade e utilidade para os atos também está associada às consciências práticas e discursivas que são - possivelmente - acessíveis aos indivíduos. Assim a motivação é expressa nessa perspectiva como um "potencial" que levará à "ação". Mesmo que haja diversos fatores que predispõe a "ação" propriamente dita, muitos não sendo inerente à subjetividade, "os motivos tendem a ter uma influência direta na ação apenas em circunstâncias relativamente incomuns, situação que, de algum modo, quebram a rotina" (GIDDENS, 2003, pág. 7).

E, por meio desta mesma lógica entre razão-ação, podemos abordar o modo pelo qual indivíduos se encontram no cenário da vida cotidiana e em seus processos de consciência. O indivíduo, na realização de sua vida cotidiana, pode seguir e ser guiado por práticas e discursos sem refletir sobre, sem ao menos desenvolver uma consciência discursiva para tal. As intenções que antecedem seus atos podem estar evidentes e passíveis a serem discutidas pelos atores, entretanto, "[...] podem não fazer necessariamente o mesmo no tocante a seus motivos" (Ibid.). Tal descrição serve para enfatizar as características objetivas que as consciências práticas e discursivas podem desenvolver a partir das suas respectivas rotinas de práticas sociais.

Além dos aspectos que prediz a "ação", é preciso sua significância para à *durée* da vida cotidiana. Vemos que a rotinização, predisposta em um dado espaço-tempo, ocorre por intermédio de práticas sociais que são constituídas com alguma finalidade e utilidade, um "fluxo de ação", "entretanto, o ato tem consequências impremeditadas [...] estas podem sistematicamente se realimentar-se para constituírem as intenções não reconhecidas de novos atos" (GIDDENS, 2003, pág. 9). O exemplo exposto pelo autor é a prática linguística correta, que, mesmo sem a pretensão de validar o modo de se operá-la, promove uma perpetuação desta, já que há pretensão de se fazer entender.

Assim, tomaremos outro conceito de Giddens para elucidar o aspecto do qual tenho mais interesse no momento, a ação com finalidade. Ora, o conceito de "agência" cumpre essa função, pois pode ser resumida no caráter atuante do agente sobre um evento, isto é, em qualquer estágio que o agente poderia ter atuado, por suficiência própria, de modo diferente. Não que este tenha a pretensão de romper com práticas sociais compartilhadas, mas que as consequências ramificadas por atos sejam pré-estabelecidas em uma lógica de finalidade, não derivadas pela pura casualidade arbitrária (GIDDENS, 2003).

Desse modo podemos desenvolver as capacidades em que a *agência* e *ação* dos agentes e atores são processados por suas respectivas consciências no desenvolvimento de sua vida cotidiana. É preciso perceber a ação além de atos e consequências presentes no espaço-tempo, ela funciona como um *durée* do fluxo da vida cotidiana, é promovida pela monitoração reflexiva, a expectativa que corresponde às práticas sociais estabelecidas pela rotinização, e se apresenta aos atores como um modo de *controle corpóreo* que se manifesta no cotidiano. Essa abordagem desenvolve uma atenção sobre a "ação" possuidora de um caráter dualista, onde, ao mesmo passo que é promovido pela agência de agentes, se fixa na prática dos atores.

A importância da "ação", ou melhor, da agência, nessa perspectiva teórica é a possibilidade, ou não, de mudança da consciência. Além da *agência* do indivíduo há a lógica de "poder" que, atrelada à primeira, promove a capacidade de 'atuar de outro modo', isto é, alterar o curso da ação pessoal e interferir, ou não, em eventos ou coisas exteriores, articuladas na vida social. Assim, "a ação depende da capacidade do indivíduo de 'criar uma diferença' em relação ao estado de coisas ou curso de eventos pré-existentes" (GIDDENS, 2003, pág. 17). Isso expõe a noção de 'agente', aquele dotado de 'poder' sobre as manifestações sociais individual e coletiva, capaz de promover mudanças em ambos os sentidos, desse modo "[...] podemos dizer que a ação envolve logicamente poder no sentido de capacidade transformadora" (ibid.).

A dualidade da "estruturação" surge aqui como forma de compreender a constituição da interdependência das lógicas de atores/agentes e estruturas. As relações postas no momento são atividades fundadas nas estruturas e usadas pelos atores em diversos modos de ação. Por suas vez, nem um e nem outro se encontram indissociáveis, pois, "[...] as propriedades de sistemas sociais são, ao mesmo tempo, meio e fim das práticas que elas recursivamente organizam" (GIDDENS, 2003, pág. 30), elas não agem de modo totalmente coercivo por "natureza" própria, esta pode ser restritiva e facilitadora, simultaneamente. É, em sua maioria, possível que as estruturas para a promoção de alteração estejam inacessíveis aos sujeitos individuais, mas não se apresentam puramente como algo imutável e rígido, fundadas em uma ótica de inalteráveis e indissolúveis para a coesão social.

Não há, com base na estruturação, uma hierarquia no que consta os aspectos de conhecimento e prática na construção da rotinização. Pois, a estrutura não se fundamenta apenas em seu sentido funcional, isto é, como são dadas as práticas na vida social, e também, não obstante, não se desenvolve puramente pelas vontades pessoais dos agentes e atores. Necessário é pensar que "[...] o momento da reprodução da ação é também um momento de reprodução nos contextos do desempenho do cotidiano na vida social [...]" (GIDDENS, 2003, pág.31), os mesmos "mecanismos" utilizados pelos agentes e atores em suas práticas sociais possibilitam a perpetuação dessas mesmas.

As estruturas que fomentam as práticas sociais são estruturas formadas por essas mesmas práticas, não há existência prévia, mas permite-se abstrações, quando é posto sobre uma delimitação de sistemas sociais. Há certas limitações em que os agentes e atores possuem, na percepção das estruturas, já que, como visto, é possível que estes possuem "entendimento discursivo" em algum nível discursivo de suas práticas sociais, podendo não as perceber quando postas de outro modo, tornando se, assim, o modo descritivo de atividades e práticas sociais, um influenciador na maneira pela qual os agentes e atores as percebem. Ao mesmo passo, na ótica do conhecimento discursivo e prático, os atores "[...] talvez conheçam muito pouco sobre as consequências ramificadas das atividades em que estão empenhados" (ibid.).

No mais, vemos como as estruturas não estão simplesmente postas nos contextos da vida social. Para se poder desenvolver uma narrativa que pretende compreender as práticas sociais, a agência de indivíduos e as suas consciências práticas e discursivas, se faz necessário tratar as relações espaço-tempo com fundamental importância. A produção e reprodução da vida social vão além de ações e recursos desprendidas do espaço-tempo e das consciências dos agentes e atores. Pensar os processos de reflexão e monitoramento visa ressaltar a

importância de contextos sociais e do conhecimento, não apenas individual, como coletivo.

2. ESPAÇO E EXPERIÊNCIA SOCIAL

Neste capítulo a intenção se volta às interações estabelecidas no espaço-tempo, em especifico na *zona rural*. A dimensão *meso* da análise-teórica metodológica acaba por ter destaque nesse momento, devido a compreensão de se estruturar perpassando por interações de interações - interações de grupos e/ou sistemas. O objetivo não é observar ordens sistêmicas ou instituições sociais pré-existentes no espaço-tempo, na tentativa de elaborar tipos ideais que compreendam uma manifestação do que seria *zona*(*s*) *rural*(*s*) na *modernidade*. O que venho a tentar descrever, a partir da revisão bibliográfica, são as perspectivas teóricas e analíticas que perpassam a *zona rural*, por intermédio dos estudos realizados por Paulo Roberto Alentejano (1997; 2015) e Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2009). Essas descrições e análises levantadas, usadas para pensar as *interações sociais,* abordam características físicas e descrições do espaço materializado, além de desenvolver um sentido lógico e descritivo que visa compreender as relações estruturais e interações sociais presentes nesse mesmo espaço. Exalta-se as regras e recursos existentes nesses espaços, como se encontram organizados com propriedades de sistemas sociais, que se constitui como relações produzidas, a dimensão *meso,* por meio de práticas sociais regulares. Para que, dessa forma, torna-se possível desenvolver uma discussão sobre lógicas e práticas que perpassam as interações sociais e estruturas locais, alcançando, de maneira abstrata e dotada de sentido teórico e analítico, o que Anthony Giddens trata como *consciência coletiva* (GIDDENS, 2003, pág. 29).

No início será destacado, de modo objetivo, o que perpassa no e pelo espaço-tempo materializado, a *zona rural*. Destaca-se as descrições e análises sobre as confluências dos espaços rurais e urbanos, juntos com as mudanças promovidas pelo desenvolvimento tecnológico, que possibilitaram a aproximação comunicativa e alteração, em certos níveis, das interações sociais. Essas são características presentes da *modernidade*, que altera os processos de socialização e o desenvolvimento da sociabilidade dos indivíduos. Tal qual, já descrito, é o que François Dubet descreve como *desinstitucionalização*, um caráter da *modernidade* que, devido a *multiplicidade* das interações, das *formas* e *conteúdos,* desenvolve-se no indivíduo a frente de instituições e *sistemas*, que, por sua vez, fomentam *integração* e agem na *experimentação* e *subjetividade* do sujeito, que pode conserva a própria *consciência coletiva* e a *solidariedade* compartilhada (DUBET, 1994, pág. 113). E, intensifica-se, pela ruptura espaço-temporal produzida pelo *efeito colagem,* possibilitada pelos novos meios de transportes, pela telecomunicação e mídias, que aproxima indivíduos, lógicas, práticas e, até

mesmo, espaços, sentidos heterogêneos que são captados, internalizados e apropriados, em diversos níveis, pelos indivíduos e/ou coletividades (GIDDENS 2002, pág. 31).

Além dos desdobramentos promovidos pelas mudanças tecno-científicas, que marca a vida social na modernidade, entendo que é preciso analisar as interjeições produzidas pela aproximação do que é compreendido por zona rural e zona urbana. Marcado nos trabalhos da Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2005), uso as discussões da importância da vida rural para aqueles que nela habitam, sendo isto de suma importância para se entender os processos de socialização e de familiaridade que são criados e desenvolvidos na vida social dos indivíduos. Mesmo que os atores se alterem no cenário, em sentido espacial, a compreensão sobre o lugar e signos existentes facilitam para se observar estruturas construídas e disponíveis no espaço. Assim, possa ser empreendido uma tentativa de descrever e analisar o que pesquisadores e autores discorrem em relação as *interações sociais* na *zona rural,* para que traçar uma argumentação teórica da *influência* e do *sujeito* no espaço-tempo objetivado, compreendido em *experiências* vividas e *consciência coletiva* estruturadas e sistematizadas, ambos promovidos pela aproximação e pelas interações sociais constantemente praticadas.

2.1. INFLUÊNCIA ESPACIAL

No momento, a atenção do espaço, mesmo em seu sentido materializado, será abordado de modo mais subjetivo e abstrato. Ora, o espaço rural, como qualquer outro, passa por uma elaboração teórica conceitual dotado de arquétipos e configurações que permanecem no imaginário daqueles que habitam seus espaços e aqueles que se encontram distantes deles. Assim, a compreensão das práticas e normas sociais presentes, junto com as lógicas que são elaboradas pelo próprio cenário rural, produzem um entendimento do próprio lugar que o indivíduo se encontra.

A começar com a discussão mais simples do assunto, onde o espaço da zona rural se encontra em comparação a zona urbana. A ideia não é elaborar uma conceituação, porém, analisar de forma teórica essas visões do próprio espaço, para poder dar luz às discussões sobre o processo de interação social, com ênfase na socialização e no desenvolvimento da sociabilidade juvenil.

2.1.1. A lógica do espaço rural

Ao se debruçar no assunto, Tânia Paula da Silva aborda as tais redefinição que a ideia de espaço rural se encontra atualmente. Em proposições simples, as posições da descrição do espaço rural se encontram em lados opostos em suas visões analíticas das influências do espaço rural no cenário atual brasileiro, uns "[...] consideram o rural em processo de extinção

e por isso mesmo destinado a ser somente um continuum do urbano, invadido e dominado por este último [...]", já do outro lado, "[...] há os que salientam a predominância do rural no cenário atual, principalmente quando as análises são empreendidas no âmbito da unidade dialética cidade-campo" (SILVA, 2012, pág. 50). E é por esta última que me vejo mais próximo de modo teórico, pois, além de analisar as mudanças sentidas pelos indivíduos e as transformações espaciais e tecnológica sofridas, que perpassam diversas áreas da vida social, o espaço rural e as lógicas imersas desse caráter, se manifestam de forma objetiva nas experiências vividas pelos jovens e nos modos de reflexões que podem ser desenvolvidos pelos mesmos.

É necessário ter em mente que as mudanças sofridas nos espaços sociais, e suas zonas espaciais, não promovem, de forma demasiada, uma dissolução ou esteja inerte sobre uma absorção total de uma pela outra. O que busco aqui discutir é que as transformações que vieram a ocorrer com o passar do tempo não apaga certos tipos de lógicas e compreensões que se encontram presentes nas vivências dos indivíduos. Assim é possível, ao estudar a zona rural, que se "identifica as transformações profundas por que passa a modernidade, mas entende que o rural não se 'perde' nesse processo, ao contrário, reafirma sua importância e particularidade" (SILVA, 2012, pág. 51), em certo sentido, pois, a depender do modo que se aborda as práticas e discursos articulados nas zonas rurais, pode-se entender as particularidades das experiências vividas e da consciência desenvolvidas pelos indivíduos que fazem-se presentes nesses espaços ou na relevância que atividades internas podem desenvolver no exterior, isto é, zonas urbanas ou outras zonas rurais mais afastadas.

Aqui há um rompimento da própria ideia que cria o arquétipo da zona rural. Partindo da análise sobre as mudanças sofridas, podemos entender que as descrições do rural sendo restritas às atividades do setor primário da indústria - atividades agropecuárias, agroindustriais e etc. - é um tanto quanto limitado. Atualmente, pode ser encontradas relações econômicas diferente nesses espaços, novas funções, lógicas e estruturas estatais e econômicas surgem, se criam novos lugares para se trabalhar e desenvolver renda, o que passa a ser sentido "[...] é o desenvolvimento de atividades rurais não-agrícolas ou então a agricultura em tempo parcial (part-time) ou pluriatividade" (SILVA, 2012, pág. 52). Isto é, a atividade agrícola, como fonte de renda primária, passa a ser mesclada com novas fontes e atividades econômicas, tornando a descrição das zonas rurais mais complexas quando o assunto é renda, trabalho e atividade profissional-econômica. Essa *pluriatividade* desenvolvida nos espaços mais ruralizados, em certa medida, desenvolvem outros tipos de interação, de cunho social e/ou econômico, complexando a categoria de “camponês”.

A partir dessa descrição sobre a compreensão da lógica que promove "diversidade" na zona rural na contemporaneidade, com os novos meios da realização do trabalho e do próprio entendimento do espaço social, podemos iniciar um rompimento de certas concepções que envolvem o espaço e o indivíduo localizado na zona rural. Para Tânia Paula da Silva, "é preciso superar o estereótipo que se faz do rural como sinônimo de agrícola, de atraso, de natural; ao passo que o urbano é visto como sinônimo de moderno, de progresso, de sede industrial e tecnológica" (2012, pág. 52), o que há são espaços que articulam, em suas especificidades, valores que podem ser compreendidos com categorias que antes são descritas como rurais e urbanas. Podemos pensar que "nesta conjuntura está no sentido de afirmar a atualidade do par rural-urbano, superando os estereótipos e as dicotomias comumente apregoadas" (ALENTEJANO, 2012, pág. 53).

Há a compreensão das mudanças sofridas pelo tempo e sentidas no espaço. Logo, Tânia Paula da Silva trabalha três aspectos que melhor descrevem os rompimentos que perpassam pelas lógicas, pelo espaço e pelos próprios membros que fazem-se presentes na zona rural. Em primeiro sentido pode se descrever "a modernização do campo", essa ideia é imersa as lógicas de racionalidade da técnica nas práticas, ao mesmo ponto que novas tecnologias são empregadas na realização do trabalho e na produção, que, como autora aborda, há locais rurais onde é mais bem estabelecido que zonas urbanas. Junto com a modernização, pode ser entender que "o domínio da técnica e da artificialidade não é exclusivo do meio urbano", podemos observar esse aspecto pela zona rural não se apresentar de modo "puro", as mudanças econômicas, sociais e de produção transformam não apenas o espaço objetivo, mas as lógicas de consciência que imperam nos indivíduos e nas interações, assim "o espaço rural é cada vez mais transformado e produzido pelos homens". Deste modo, podemos ver que, em meio a esse cenário e a própria experiência histórica, "a indústria não é nem nunca foi um fenômeno tipicamente urbano", seja no sentido de se instalar em zonas rurais inicialmente pela existência de mão-de-obra, “todas essas qualidades possibilitam pensar o rompimento das dicotomias sobre a lógica urbano-rural” (SILVA, 2015, pág. 311).

O que se pode entender com as mudanças estruturais é a visão plural das zonas urbanas-rurais. Os cenários são fortes indutores do entendimento de como é e como funcionam as interações sociais, e como o próprio espaço é produzido e reproduzido pela socialização e sociabilidade dos indivíduos que compartilham do espaço. Nesse sentido, a ideia única de rural e urbano se dissolvem na pluralidade, o que se faz presente de forma objetiva é a lógica de haver vários “urbanos e rurais” que se desenvolvem na realidade social e nas vivências dos indivíduos (ALENTEJANO, 1997, pág. 43).

Dito isso, mesmo existindo multiplicidade nas formas e modos que se estruturam as lógicas sobre a zonas rurais e urbanas, podemos entender certas coisas que se tornam evidentes nesses cenários, pois:

> "A dimensão econômica, social e espacial da relação dos atores sociais com a terra. [...] Não se está dizendo aqui que há uma forma específica de relação com a terra que caracteriza o rural em oposição ao urbano, mas sim que enquanto a dinâmica urbana praticamente independe de relações com a terra, tanto do ponto de vista econômico, como social e espacial, o rural está diretamente associado à terra, embora as formas como estas relações se dão sejam diversas e complexas. As relações econômicas passam pela importância maior ou menor que a terra tem como elemento de produção, reprodução ou valorização. As relações sociais incluem as dimensões simbólica, afetiva, cultural, bem como os processos de herança e sucessão. As relações espaciais estão vinculadas aos arranjos espaciais de ocupação da terra, distribuição da infra-estrutura e das moradias" (ALENTEJANO, 1997, pág. 42-47).

Essa abordagem permite afastar a visão dicotômica entre os espaços urbanos e rurais, e, assim, observar objetivamente a forma que as características específicas do espaço e as formas de interações sociais são cotidianamente construídas nesse cenário. É preciso ter em mente esses dois arranjos que estruturam e configuram o cenários sociais, ter noção "sobre a necessidade de se re-conhecer o rural brasileiro a partir de suas relações com o urbano e também segundo suas relações internas específicas, ressaltando a sociabilidade que garante a manutenção do rural" (SILVA, 2012, pág. 54), não é possível entender os processos de socialização, sociabilidade e os desdobramentos subjetivos do sujeito, sem compreender e se debruçar nos rearranjo que são construídos nos espaços que os indivíduos se articulam.

2.1.2. Sociabilidade no espaço rural

Foi iniciado a discussão sobre a presença de mudanças no cerne da construção da ideia de rural. Mesmo devido às transformações decorrentes da modernidade, em suas posições econômicas, sociais e/ou políticas, a existência do espaço compartilhados pelos agentes e atores, onde as interações sociais são cotidianamente desenvolvidas, é um fator principal para se entender a construção da socialização e o modo que se constrói as experiências vividas e, assim, o desenvolvimento das consciências em seus sentidos práticos e discursivos.

Para a melhor compreensão do espaço manifestado na zona rural como influenciador dos processos de integração e desenvolvimento social, me volto ao livro de Maria de Nazareth Baudel Wanderley, *O Mundo Rural como Espaço de vida* (2009), para dar luz à importância do espaço nas construções das experiências e da consciência dos jovens. Assim, a autora discute a diversidade das zonas rurais brasileiras, porém esse não é ponto da pesquisa em si, não se há a pretensão de discutir as raízes étnicas dos moradores e nem nas construções internas sobre descendência. O objetivo aqui é ilustrar o efeito de familiaridade e

aproximação presente nas zonas rurais, pois, ora, parafraseando outro autor, Wanderley traz a debate a construção de sociabilidade nos espaço rurais por um processo de degradação da estrutura e hierarquia fundiária, assim, torna-se possível ver que "o bairro rural representa, neste caso, a unidade primeira de sociabilidade acima da família", não em sentido hierárquico, mas por ser uma instância que compartilha relações de afetividade e parentesco para além do "estar dentro de casa", já que "a ele corresponde uma base territorial e um sentimento de localidade; é nele que os camponeses encontram o complemento eventual, mas indispensável, ao trabalho da família" (WANDERLEY, 2009, pág. 267), operando uma legitimidade no desenvolvimento social do indivíduo.

Junto ao processo de interiorização de familiaridade, que fortifica a sociabilidade do indivíduo, que, proporcionado pelas infraestruturas locais, a mobilização surge como um problema. Ora, a autora, nesse momento, levanta a problemática de “isolamento social” como possível parte da experiência social em algumas zonas rurais, pois, devido a estrutura local, pode-se encontrar precária no fornecimento de mobilidade espacial, por meio de redes de transporte e acesso a outras cidades e centros mais urbanizados, além da possibilidade de se encontrarem defasadas na prestação de serviços e benefícios, até mesmo as que sirvam para a realização de práticas recreativas. Assim, "este isolamento afeta a população local [...] privando-a de contatos sociais mais densos e complexos e do acesso a bens e serviços já disponíveis em outras áreas urbanas do País" (WANDERLEY, 2009, pág. 271). Não se tem a intenção de presumir o que são *necessidades* e/ou *vontades* de moradores de locais mais ruralizados, imersos à possibilidade de isolamento, nem mesmo que estes estão atreladas à construção de lógicas de consumo ou atividades de ordem exterior. Porém, há a possibilidade que estes indivíduos se tornam alheios, podendo nem mesmo possuir informações da existência de serviços e/ou benefícios de outras instâncias, agravando quando não possuem recursos e equipamentos próprios.

Por sua vez, se podemos constatar uma "necessidade" na busca de serviços e benefícios por parte de indivíduos originários de zonas rurais, a lógica de um antagonismo entre a relação urbano-rural, pode não agir de modo tão simples. Não que normas e práticas sejam notavelmente as mesmas em ambos os espaços de convívio interpessoal, o modo que a consciência opera sobre a forma de comportamento e de se comunicar pode ser compreendida, de forma subjetiva, a cada indivíduo em sua especificidade, ainda mais a se levar em conta experiências passadas decorrentes a essas interações, seja entre indivíduos oriundos de outros espaços ou do indivíduo com o próprio espaço em si. Logo, em sentido não tão direto quanto a existência de disparidades entre esses espaço, podemos dizer,

inicialmente, e sem levar em consideração experiência subjetivas derivadas a esses espaços e relações já pré-vividas, que "a ausência de antagonismo entre o campo e a cidade também é comprovada pelo caráter intermitente da vida nas cidades, marcada pelas idas e vindas frequentes dos habitantes do campo" (WANDERLEY, 2009, pág. 275), seja por vontade pessoal, na busca da realização de alguma atividade ou necessidade em específico.

Devido às transformações econômico-sociais-políticas, o indivíduo da zona rural acaba por não ser tão puro, como antes tratado como personagem caricato. Veja-se que "os moradores do campo passam a lidar com as cidades – também elas diferenciadas – em função de seus negócios, de seus 'compromissos com o poder', do acesso aos recursos que elas podem oferecer e, finalmente, um lugar de destino para muitos" (WANDERLEY, 2009, pág. 277), sendo para além de apenas busca de serviços e benefícios individuais, mas podendo se configurar como um lugar valioso para a vida social, desenvolvendo novos vínculos por meio da sociabilidade; agindo no *processo de sociação* que se mantém ativo de modo ininterrupto na vida social continua; agindo sobre as experiências e nas construções subjetivas do indivíduo.

Porém, é preciso salientar, como já feito, que o conhecimento não é passível de ser incorporado por si só (GIDDENS, 2003). Mais do que a promoção do isolamento social que ocorre na mobilização entre espaços rurais e urbanos, o modo pelo qual os espaços se apresentam objetivamente aos sujeitos, indivíduos que originalmente se encontram afastados de suas estruturas físicas, signos e práticas existentes nas zonas urbanas, não são facilmente captadas por aqueles que pouco ou nada possuem em suas experiências vividas e compartilhadas nos espaços que transitam.

Assim, levando isso em consideração a qualidade intrínseca do sujeito sobre captar a essência abstrata da vivência, podemos compará-la, talvez de forma mais objetivamente compreendida, à utilização do espaço físico em si. Pois, junto a normas e signos compartilhadas pelas consciência dos indivíduos que residem em zonas urbanas ou aqueles que possuem esse conjunto já interiorizadas, sentiram os efeitos de forma mais evidente, "assim, apesar da configuração de um 'sistema de cidades', a capacidade de vivenciar a experiência urbana é desigualmente distribuída" (WANDERLEY, 2009, pág. 279), seja entre os indivíduos que perpassam por esses espaços ou por aqueles que, mesmo em zonas rurais, residem perto de seus efeitos. Ora, "na verdade, esse caráter urbano, irradia-se a partir dos centros metropolitanos, nos quais sua presença é indiscutível, gerando um quadro de diferenciação entre áreas que recebem, em maior ou menor grau, a influência do modo de vida urbano" (ibid.), podendo provocar transformações na subjetividade dos indivíduos e no modo

que suas consciências práticas-discursivas são desenvolvidas, ao mesmo tempo que atuam nas experiências vividas e compartilhadas por outros indivíduos que se encontram em mesmo cenário espacial.

Mas, como já comentado, não é um "trabalho" onde o sujeito se encontra inerte, muito menos um desenvolvimento osmótico de apreensão de mudanças. O que existem são qualidades intrínsecas aos indivíduos, já que este possui capacidade de reflexão e de gerir a própria subjetividade, se este encontra-se em atividade, frente à estruturas heterogêneas que possibilitam o desenvolvimento subjetivo e reflexivo de sua consciência, por meio das práticas de socialização e de sociabilidade durantes as interações rotineiras. O mero estar próximo não possibilita que o indivíduo seja passível de captar - de forma prática e discursiva - a múltipla existência que há na heterogeneidade, que tanto os grandes centros ou cidades de médio porte, promovem, "assim, residir próximo a uma grande cidade não significa, necessariamente, para um habitante do meio rural, um maior acesso aos equipamentos sociais (políticos e culturais) que ela oferece" (WANDERLEY, 2009, pág. 282).

Ao mesmo tempo que podemos entender que o mero "estar" no espaço não é condutor osmótico e o sujeito não é inerte, a pura mudança espacial de indivíduos e grupos não provoca mudança social e/ou estrutural. Pois bem, se não for tratado de forma cuidadosa e específica as variáveis de experiências, vínculos sociais/familiares, equipamentos e/ou recursos privados, variáveis de qualquer ordem for, mas que justifique e permita uma elaboração previamente estabelecida nas práticas e lógicas externas, isto é, compreensão da *consciência coletiva*, em seus sentidos prático-discursivos, articuladas por uma cognoscitividade, pode se dizer, de forma hipotética, que "[...] o morador do campo, que se transfere para a sede municipal, não muda, necessariamente de “lugar”, do ponto de vista sociológico, isto é, ele pode continuar integrando o mesmo mundo restrito de relações de interconhecimento" (WANDERLEY, 2009, pág. 285; 286). Não é, em sentido puro e unívoco, a posição atribuída espacialmente, nem mesmo a descrição de sujeito - ser "caipira" /"roceiro" ou "citadino"/"cosmopolita" - que transforma ou permite o indivíduo adentrar e conhecer a consciência coletiva de práticas e discursos desenvolvidas pelas coletividades e grupos que perpassam estes espaços.

2.1.3. Contrastes no espaço rural

Até o momento foi realizado uma apreensão das lógicas do espaço rural e o desenvolvimento da sociabilidade levando em consideração uma conjuntura maior, ponto em ênfase processos histórico-sociais e a existência de múltiplos espaços que, ativamente, agem nos indivíduos e no próprio espaço rural. Permaneço nesse sentido com foco no espaço junto

à teoria em ruralidades e discussão sobre sociabilidade de sujeitos e suas construções espaciais.

Retomando aos escritos de Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2009) para elucidar a construção do cenário rural. Assim, busco entender a zona rural, a partir do olhar sociológico, caracterizada por "[...] uma relação específica dos habitantes do campo com a natureza, com a qual o homem lida diretamente, sobretudo através de seu trabalho e do seu habitat" (WANDERLEY, 2009, pág. 204), um modo de se construir lógicas e signos, não com um atrelamento de cuidado e proteção com a "forma natural", mas que se estabelece diferente do funcionamento e da consciência de operação coletiva de zonas urbanas. E há a variedade das relações sociais, que se apresentam diferentes em comparação com espaços urbanos, onde se "[...] resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família, etc." (ibid.). Então, além do lugar geográfico, dos processos histórico-sociais, dos desenvolvimentos econômicos e tecnológicos, até mesmo métodos de definições de cunho teórico e político, o que auxilia a categorização de espaços são as formas que os indivíduos se articulam entre si e com seu espaço.

Em sentido mais amplo do termo, o espaço rural pode ser considerado a partir de seus arranjos espaciais e estruturais. A socióloga Maria de Nazareth, mesmo iniciando a descrição de "[...] um meio rural fragilizado pelo isolamento, pela precariedade com que tem acesso aos bens e serviços oferecidos pela sociedade e pelos efeitos desagregadores do êxodo rural [...]", finaliza a compreensão de que, mesmo em momento delicado em sentido socioeconômico e, em certo sentido, cultural, ainda se apresenta como "[...] um meio rural povoado, cujos habitantes são portadores de uma cultura, que dinamiza as relações sociais locais, e de uma grande capacidade de resistência aos efeitos desagregadores aos quais estão constantemente confrontados" (WANDERLEY, 2009, pág. 278).

Assim, modo descrito por Wanderley, de famílias consideradas rurais de se "apropriarem" de espaços caracterizados por urbanos, podem compreender três formas estratégicas, os casos são: "A busca de se fugir do processo de isolamento"; "a falta de infraestrutura municipal"; e "construir ligações sociais e espaciais em centros urbanos".

Ora, a começar com o isolamento na mobilidade espacial. Muito se tem a ver com o processo de exclusão que se desenvolve no cenário contemporâneo descrito por Dubet (1994). A exclusão e o isolamento sentido por indivíduos rurais na obtenção de serviços e/ou benefícios de origens públicas e/ou privadas, não se dão de modo categórico como maquinações articuladas por agentes em um cenário. Mas um processo que se agrava devido a configurações que o sistema social se encontra, podendo piorar em uma ótica de variabilidade,

se for levado em consideração raça, gênero, classe social e etc.

Já o que se traduz na forma da carência estrutural, perpassa pela ideia de exclusão por intermédio de um sistema político-econômico nas estruturas locais. Pela independência municipal, ou pela diminuta influência de esferas federais ou estaduais, até mesmo privadas, alguns municípios podem possuir carências e dificuldades no desenvolvimento da infra-estrutura local. Nesse sentido, a segunda incidência de situações descrita por Wanderley, pode condizer bem com o que é vivido e experimentado em municípios menores e mais ruralizados, e suas consequências e desdobramentos nas atividades e práticas de seus munícipes, pois, se percebe que:

> "[...] o município, como um todo, pela sua reduzida dimensão, não tem capacidade para abrigar os bens e serviços dos quais deveria ser depositário. Nestes casos, são pouco significativas as diferenças objetivas entre o núcleo urbano e a periferia rural, ambos igualmente precários e mal servidos. Pode-se falar, de uma certa forma, de um processo de "ruralização", especialmente das pequenas cidades, compreendendo-se este processo como a reiteração, nestes pequenos espaços urbanos, das principais características do espaço rural – população reduzida e pouco densa, restrita divisão social do trabalho – e das formas de vida social baseadas no interconhecimento. Neste caso, o meio rural é o espaço da vida cotidiana, enquanto o acesso à cidade, com fins comerciais religiosos ou de lazer, segue ritmos e frequências variados; a vida no campo corresponde a um modo de vida, que se diferencia do urbano, mas o incorpora" (WANDERLEY, 2009, pág. 285)

Mesmo que ainda haja diversos serviços e benefícios disponíveis por meios públicos, na estrutura política e social se encontram carências produzidas pela estrutura econômica-social que antevêem e existe independente das ações municipais.

Por fim, o último caso descrito narra a apropriação espacial sobre certos critérios. Pois, mesmo na busca de serviços, benefícios e, até mesmo, desenvolver atividades, o indivíduo rural constrói com regularidade a transição entre os espaços rurais/urbanos. Não apenas o indivíduo pode se estruturar fisicamente, este construir laços afetivos, sociais, econômicos e políticos em espaço urbanos, porém, não se desprendem de suas origens rurais.

2.2. INDIVÍDUO RURAL

Ao tratar das estruturas e influências do espaço rural, irei discutir o próprio indivíduo que se encontra imerso não só aos espaços, mas às lógicas de ruralidade que configuram-se na *consciência coletiva* presente no *espaço-tempo*.

2.2.1. Construção do "Roceiro"

A começar com o que torna o indivíduo um personagem rural. Entre termos que podem ser empregados para sua caracterização, deixarei de lado preconceitos ou formulações categóricas, o que se faz presente no momento é "a compreensão dos contornos, das

especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico [...] lugar onde se vive [...] e lugar de onde se vê e se vive o mundo [...]" (WANDERLEY, 2009, pág. 204), se constitui para além de um espaço geográfico e pré-estabelecido com características prévias de ruralidade. Nesse modo, entendemos que junto à própria ideia do personagem "roceiro" e dos espaços descrito como zonas rurais, se encontram articuladas construções que perpassam o modo: que os indivíduos se veem e se descrevem; de entender o mundo que os cercam, em meio às transformações espaciais e tecnologias, voltadas para comunicação e disseminação de informação; e, pela qual agem sobre o mundo e o espaço que circulam rotineiramente, isto é, o modo que ordenam e praticam suas atividades sociais. Assim, a partir dessa descrição, os últimos pontos postos para se entender o indivíduo rural se entrelaça a construção da consciência discursiva-prática que opera ao nível coletivo.

O que se opera no discurso, são argumentos que validam ou que manifestam posições ou atribuições que descrevem um personagem ou um cenário, talvez, idealizado. A autora trabalha a categoria descrita como uma "visão endogâmica do mundo", onde, "a constatação de que viver no meio rural é uma escolha pessoal, que se baseia na convicção de que, ao contrário da cidade, o meio rural se caracteriza pela disponibilidade de espaço e pelas relações sociais de interconhecimento [...]" (WANDERLEY, 2009, pág. 220), valores e qualidades que são encontradas mais facilmente pelos interlocutores nos espaços rurais. Sem elevar e elencar qualidades de espaços e grupos, se faz necessário evidenciar o argumento que sustenta valores como familiaridade, parentesco e conhecimento sobre outros atores. Tal constatação facilita para que o indivíduo permaneça, retorne ou conserve laços, vínculos e círculos de interação social na zona rural. Mesmo que outros centros mais urbanizados sejam utilizados para o desenvolvimento de atividades socioeconômicas e/ou na obtenção de benefícios e serviços públicos-privados, o espaço e as relações sociais estabelecidas em zonas rurais são conservadas, já que os indivíduos possuem interconhecimento entre si, onde afinidades/afetividades permanecem operando entre os sujeitos e grupos.

Outro valor desenvolvido é do indivíduo, que se faz presente nesses espaços, construção a partir da ideia de ser “rústico”. A ideia é, mesmo que em certas análises possa receber abordagens que problematizam esse caráter, discutir que o morador de zonas mais ruralizadas se torne um personagem caracterizado pela ideia do rústico. Vemos, com base na autora, que "a influência do campo se fazia sentir na presença da cultura rústica nos próprios centros urbanos [...]" (WANDERLEY, 2009, pág. 274; 275) e isso pode ser sentido de modo vivo ao adentrar nos meios de comunicação e observar o modo pelo qual o personagem

roceiro se faz ser retratado. Seja em novelas que retratam a vida em grandes fazendas ou no interior do país, seja na música sertaneja que exalta e se performa em meio a características voltadas a vivências e experiências rurais. Tais aspectos visuais, comportamentais e culturais talvez possam servir para intensificar uma visão e descrição dos indivíduos rurais, pois, a postura visual, o modo de se operar a língua, a fachada que configura a vestimenta, também servem para a promoção - não só de um estilo musical ou personagem a ser retratado em uma novela - de uma vivência sentida, de um experiência de vida, de modos de interações sociais, além propagar uma imagem sobre o espaço em si, a zona rural.

Em contraponto a isso, da ideia do ser rústico ligado à lógica e experiências de indivíduos oriundos de espaços mais ruralizados, há aqueles que buscam romper com o rústico ou rural, não em seu sentido completo, mas por meio de novas formas e grupos de interações. Como dito, anteriormente, comumente são vistos casos de apropriação e estabelecimento de círculos e vínculos socioeconômicos por parte de indivíduos e famílias rurais em espaços referidos como mais urbanos. Esta busca em "construir ligações sociais e espaciais em centros urbanos", não extingue prévias formações que estabelecem a identidade e, muito menos, a construção de lógicas que agem sobre a consciência prática-discursiva dos indivíduos, tendo a experiência vivida pelas relações rurais ainda presente na ordem subjetiva do ator. Pois, mesmo que:

> "Na busca dos bens e serviços de que necessita, a população do campo ‘apropria-se’ da sede municipal, como um espaço que lhe pertence, seja frequentando-a com regularidade, seja, inclusive, instalando na cidade seu lugar de residência, mesmo quando mantém todos os seus vínculos de trabalho no meio rural caso, a dimensão cotidiana; mas a dupla inserção particulariza os espaços de moradia, de trabalho, de lazer, de socialização dos filhos, etc. É importante lembrar que, como foi dito acima, os censos brasileiros registram esta última categoria como população urbana" (WANDERLEY, 2009, pág. 286).

Além do "se fazer" presente nos espaços, onde o indivíduo constrói interação de ordem social, econômica e afetiva, há variações prévias que prediz tais condições de "busca" e "interiorização". Ora, ao destrinchar o desenvolvimento de pequenos municípios, Maria de Nazareth flerta sobre a construção histórica de espaços que se desenvolveram economicamente e estruturalmente para abarcar a industrialização brasileira. Ao utilizar de autores para descrever as mudanças sociais, políticas e espaciais em espaços propensos a descrições e caracterizações rurais, não se pode deixar de enfatizar o papel da formação de classes sociais na estruturação de vontades e pretensões de indivíduos e grupos. Os avanços tecnológicos e estruturais não promovem por si só a adoção subjetiva de *identidade* e *consciência prática-discursiva*, se há, por processo socioeconômico, "[...] a assimilação

diferenciada dos valores urbanos, pelas classes sociais" (LOPES, 1978, apud WANDERLEY, 2009, pág. 280).

Logo, entre o sair, o ir e vir e o permanecer em espaços e interações sociais, perpassam por diversos aspectos. A busca por tais serviços e benefícios que se encontram em espaços mais urbanizados, até mesmo no caso de se "instalar residência e relações sociais" em espaços urbanos, mesmo sendo originada por vontades e pretensões subjetivas, precisa ser levada em consideração para além de aspirações individuais, considerar o papel social de tal sujeito. Como visto, a classe social é forte condutor, seja por valor econômico ou experiência social - que se manifesta na consciência práticas-discursiva - mas se faz presente variações sobre raça, gênero e orientação sexual que, por diversos fatores sociais - em campo objetivo ou subjetivo - podem se traduzir de modo problemático no momento de se "apropriar", ou não, do espaço urbano, até mesmo nos espaços rurais.

De qualquer modo, o atual foco não se faz como o de apresentar variações da personalidade do sujeito oriundo de espaços mais ruralizados, mas, muito pelo contrário, é desmantelar o arquétipo que configura o indivíduo, em certo sentido, puro a essa categoria. Porém, há a existência do personagem sobre níveis que se operam a identidade e a consciência trabalhadas na experiência subjetiva. Este ainda se encontra mediante as diversas mudanças ocorridas na contemporaneidade, mesmo distantes dos espaços rurais, provocam influências e rupturas a depender do modo de se abordar tal "sistema social" (DUBET, 1994; GIDDENS, 2003).

Dito isso, em meio a grandes mudanças socioeconômicas e históricas, certos valores podem se manter em certo sentido e nível. Pois, mesmo após "as profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais [...] não se traduziram por nenhuma ‘uniformização’ da sociedade, que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais" (WANDERLEY, 2009, pág. 205). A tentativa não é excluir as transformações sociais, que se rearranjam nos sistemas de análise, podendo ser político e/ou econômico, mas visualizar, que a modernização tecnológica que proporciona velocidade sobre a disseminação de informações, na articulação comunicativa, que promove *hibridação* e heterogeneidade mediante a novas formas de "ser e fazer", que são elaboradas pela *cognoscitividade*, não anulam completamente práticas e normas, que perpassam esferas culturais, políticas e sociais locais e que atravessam as vivências e interações rotineiras construídas - não só - nas zonas mais ruralizadas.

E isso é compreendido para além do trabalhador. Ora, Wanderley enfatiza e categoriza, por meio de arquétipos europeus, o "agricultor familiar" como artífice do modo de se operar a

prática e o discurso atrelado a vivência rural e/ou agrária, porém, todos aqueles, em suas específicas proporções e papéis desempenhados em tais cenários que articulam a vida rural em certa medida, acabam por "guarda laços profundos – de ordem social e simbólica – com a tradição 'camponesa' que recebeu de seus antepassados" (WANDERLEY, 2009, pág. 205), podendo nem mesmo acessar de modo cognoscente, em sentido puro, por meio prático e/ou discursivo, de modo intencional. Mas, a partir da pesquisa de campo, mediante a observação do ator, pode ser encontrado traços vivos, seja pela forma linguística-comunicativa ou de atividade-comportamental, que implica na existência de uma experiência social prévia sendo articulada pela *consciência coletiva*.

A argumentação que foca nas transformações sociais nos espaços rurais, desenrolam na ideia de "uniformização da sociedade", porém, uma acaba por ser absorvida pela outra. Decorrente de ser leituras teóricas ou políticas, é possível encontrar argumentos que validam a superação de um espaço social sobre outro de qualidades difusas, para muito teóricos, como apresenta a autora em seu trabalho, "a dicotomia campo-cidade, em suas formas tradicionais, será resolvida, pela sociedade, com a ‘vitória’ da cidade, cujo desfecho seria o próprio fim do rural e a urbanização completa do campo" (WANDERLEY, 2009, pág. 205). Porém, esse modo de abordar as transformações prediz certos argumentos, um que transforma a consciência da lógica de rural e urbano rígido dentro de parâmetros ou tipologias descritivas, outro que as qualidades intrínsecas dos espaços sejam opostas ou de valores hierárquicos por predizer que uma sobreposição precisa, ou melhor, anseia ser feita devido ao próprio axioma de desenvolvimento social.

2.2.2. Considerar Ruralidades

Neste momento, pretendo evidenciar a presença de lógicas existentes na Teoria da Estruturação e nas pesquisas de Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2009). Entre os mais diversos trabalhos trazidos para corroborar sua pesquisa, destrinchar o sentido dos espaços rurais nas descrições subjetivas daqueles que residem e transitam nesse mesmo espaço. A partir das pesquisas da autora, é possível aproximar, em certo nível, o que foi explícito sobre a construção de estrutura dentro da teoria de Giddens (2003), se fazendo valer em grande parte o sentido de recurso nas interações sociais. Pois bem, já iniciado a descrição do indivíduo roceiro, junto foi apresentado a visão endogâmica que se traduz no permanecimento de indivíduos nas zonas rurais por escolhas pessoais que valorizam e/ou entendem o espaço como sendo detentor de qualidades que não existem e/ou são escassas em zonas urbanas. Assim, independente do argumento usado pelos indivíduos, o recurso, em sentido giddesiano, se manifesta na disponibilidade de serviços e/ou benefícios ancorados em certos espaços.

Para além da visão ou só argumento utilizado para o permanecimento ou regresso a espaços rurais, a autora apresenta outro sentido que argumenta e válida, a certo nível, a *hibridação* de formas heterogêneas de normas e práticas na vida contemporânea no espaço rural. Algo a ser chamar atenção é a descrição do conceito de *continuum* entre os espaços urbano-rurais, no trabalho de Wanderley, foi apresentado uma pesquisa que, ao tentar entender as descrições e lógicas dos moradores rurais sobre sua localidade, foi observado que aproximação, não física apenas, promove influências objetivas nas subjetivas experiências vividas, consequências que rompem em níveis e sistemas díspares no processo de rotinização de atividades sociais pelos atores e agentes, ajudando a construir *identidade* e *consciência prática-discursiva* que ganha legitimidade frente ao coletivo.

Desse modo, exalta-se a vivência ou a mobilidade espacial. A relação do *continuum* urbano-rural não se apresenta apenas como conceito, mas como espaço físico. Objetivado por transformação arquitetônica e tecnológicas (rodovias, crescimento espacial de centros urbanos, meios de comunicação e aparelhos digitais/eletrônicos) são percebidas e torna a influenciar "[...] as representações que a população local elabora a respeito da vida rural e de suas relações com o mundo urbano" (BELL, 1992 apud WANDERLEY, 2009, pág. 221; 222). As construções lógicas, a capacidade cognoscente dos indivíduos é influenciada por mecanismos socioeconômicos - recursos individuais -, que não apenas opera sobre o entendimento subjetivo do espaço que pertencem, mas também daquele que se encontra afastado, seja por razões físicas ou de outra ordem.

Precisa-se entender que a permanência ou circulação promove certas lógicas em torno de práticas e discursos. Isto é, aqueles que residem em zonas rurais ou que circulam por esses espaços, podem colaborar validando certas lógicas, diferenciando os espaços e exaltando características de suas experiências nas interações sociais dentro do contexto sócio-espacial. Ora, o que pode ocorrer é que "[...] esta população acredita nas diferenças entre o mundo rural e o mundo urbano, que se expressam, particularmente, no fato de que o campo seria mais comunitário e a vida rural, mais próxima da natureza" (BELL, 1992 apud WANDERLEY, 2009, pág. 221; 222). A validação pelo discurso de sujeitos/grupos, reforçam, para bem ou mal, construções previamente estabelecidas.

Assim, outro ponto que preciso enfatizar, é que esse *continuum* age até mesmo ao ser levado em comparação às construções de valores em níveis ou sentidos hierárquicos. Ora, se os meios de comunicação equipados por produções midiática prediz um sentido, isto é, possui uma construção de lógicas que são elaboradas pelos seus detentores privados, pode desenvolver ou disseminar valores e signos que subjetivamente possuem. Aqui me vejo a

atrelar a experiência coletiva produzida pelas mídias sociais, que se traduzem como formas de se promover *alienação* e a *dominação* (DUBET, 1994, pág. 136), com o uso de recursos socioeconômicos e tecnológicas por agentes privados, que cumprem um papel claro e compreendido por eles - agências pretendidas da ação coletiva ou individual (GIDDENS, 2003) - na massificação e homogeneização, em certos níveis e em sistemas sociais, da construção de personagens e de hierarquias que estabelecem valores sobre lógicas, práticas e sentido.

A depender de diversas variações, o indivíduo se encontra experimentando *processos de sociação* e construindo *experiências* subjetivas mediante a socialização e sociabilidade que desenvolve no espaço. Mas, não se pode deixar de recordar, mesmo havendo aproximação ou que o *continuum* urbano-rural seja físico ou em sentido virtual, que:

> "[...] o meio rural continua sendo identificado a uma pequena aglomeração, com uma sociabilidade correspondente e onde predominam as paisagens naturais [...]", um espaço marcado por certas características fundamentais: a fraca densidade de sua população; a menor parte do trabalho assalariado no conjunto das atividades rurais; a predominância de empresas de pequena dimensão; a predominância do habitat individual; a importância da paisagem" (WANDERLEY, 2009, pág. 223).

Essa descrição não condiz apenas à realidade brasileira ou específica às descrições da autora. Como Maria Nazareth de Baudel Wanderley apresenta com autores descrevendo cenários rurais em todo o globo, em sua maioria em lugares com suas economias capitalistas sendo descritas como "países desenvolvidos", "estes critérios estão presentes nas diversas definições do meio rural [...] formam uma entidade distinta de um espaço urbano, que se caracteriza por uma forte concentração de habitantes e de estruturas verticais ou horizontais" (*Ibid.*).

O que se faz presente nesse texto não é validar nem negligenciar as mudanças sentidas com avanços socioeconômicos e tecnológicos, mas é mostrar a dualidade, nunca dicotomia, entre essas posições dentro do que se constitui *ruralidade.* As mudanças ocorrem, os construtos físicos e interações sociais podem ser estruturadas de formas similares com as de tempos anteriores, "porém, o que muda, de fato, nas sociedades modernas, é que este meio rural não é mais um espaço isolado do meio urbano; ao contrário, cada vez mais ele se insere, de modo diferenciado, sem dúvida, na sociedade moderna e incorpora suas mais profundas influências" (WANDERLEY, 2009, pág. 225), não em sentido espacial ou direto, mas, com a facilidade que as tecnologias voltadas para a comunicação se fazem presentes, o deslocamento do *espaço-tempo* (GIDDENS, 2003) promovem uma maior dinâmica entre indivíduos, lógicas e ativos (recursos ou arquitetura) que se encontram em espaços, que antes podiam ser lidas e

compreendidas como antagônicas.

Além das descrições estruturais de tal, a zona rural se encontra, entre outras características, fragilizada. Ora, não que aspectos que, a partir de uma ótica capitalista e eurocêntricas, sejam de fato valorosas no diagnóstico individual ou coletivo das condições de vida e de existência, porém, se pode perceber - ainda se for posto exemplos de indivíduos ou famílias que se deslocam para centros urbanos em busca de tal - que zonas mais rurais possuem uma estrutura no fornecimento de serviços e benefícios tanto quando limitadas em sua expressão comparadas a zonas mais urbanas. Se há "estigma", muito influenciado pelas formas de divulgação midiática nos meios de comunicação, da carência sobre a realidade do povo rural, se torna nítido, como apresenta a autora ao comparar cenários rurais globais, que "as diferenças entre as áreas rurais e urbanas se expressam também no que diz respeito ao acesso aos bens e serviços básicos, especialmente os oferecidos pelas instituições públicas" (WANDERLEY, 2009, pág. 230).

A constituição do espaço vai para além do modo que forças capitalistas interferem - mesmo sendo grande influenciador. Imerso à tantos processos histórico-sociais e culturais, a abordagem científica teórica visa entender o território que se apresenta sendo para além de espaço usado e articulado pelas relações sociais, "trata-se, neste caso, de perceber o território como a inscrição espacial da memória coletiva e como uma referência identitária forte" (WANDERLEY, 2009, pág. 232), onde a rotinização é efetiva, mediante a construtos e a recursos - sejam estes valorativos por um sentido econômico ou social. As formas de interação no espaço "[...] marcam o cotidiano vivido [...] não se pode compreender a situação atual de um território sem se referir a seu passado e não se pode compreender a realidade atual de um país sem se referir ao passado de seus territórios" (Proulx, 1997, apud. WANDERLEY, 2009, pág. 232). É necessário compreender a consciência e a memória coletiva para se entender as formas e modos que se operam e/ou foram operadas as realidades objetiva, seja qual for o espaço e os indivíduos analisados.

O valor subjetivo empregado na prática se mostra como possuidor de força quando se compreende que as práticas e discursos que as justifica e/ou as compreende, que são organizadas pela cognoscitividade humana, são reformuladas perante a novas propostas e cenários. A reflexão produzida pelas mudanças socioeconômicas-históricas, dá novos sentidos ao "ser" e "fazer". Maria de Nazareth Baudel Wanderley discute como, junto a compreensão do próprio espaço dotado de qualidade intrínseca a consciência coletiva, apresenta a prática similar no discurso ou na elaboração da própria imagem de "ser" e "fazer", pois, “a agricultura é ainda vitalmente importante, econômica, social e, sobretudo, culturalmente e pode ainda

prover uma substancial base como parte de uma mais ampla identidade rural complexa" (FITCHEN, 1995, pág. 263 apud WANDERLEY, 2009, pág. 236).

E, por entender esses aspectos, os desdobramentos sentidos e realizados pelos próprios sujeitos, efetivado no próprio espaço rural, que a identidade acaba por ser valorizada. Ora, sendo papel do estímulo e da reflexividade do indivíduo, a "dimensão importante do desenvolvimento territorial é, por conseguinte, a valorização do patrimônio natural e cultural de cada localidade. [...] pode (assim) constituir um alicerce sólido para a construção de um projeto local de vida social" (WANDERLEY, 2009, pág. 232; 233), não apenas em sentido econômico individual, mas para o crescimento estrutural, político, econômico-cultural, que implica numa melhora coletiva e - para mim sendo o ponto que mais mereça atenção - será agenciada pelos sujeitos, mediante o trabalho coletivo e reflexivo, feito por suas consciências práticas-discursivas compreendidas, sendo agentes conscientes em seus próprios espaços, trabalhos e papéis.

2.2.3. *Pluralidade do Rural*

A partir do que foi trabalhado até o momento, podemos iniciar uma discussão que visa pensar criticamente a lógica acerca da ideia do "rural". Após as constatações fas transformações do campo, seja econômico ou social, manifestado entre os indivíduos ou o espaço, o processo de "urbanização do campo" promove a "inter-relação" e assemelhação entre as zonas rurais-urbanas (WANDERLEY, 2009, pág. 242). Mesmo assim, a promoção do *continuum* urbano-rural, a ruptura do "sentimento" entre as lógicas, imersas a signos e normas, do urbano e o rural pode ser sentido de forma prática, mas não discursiva e compreendida de forma plena entre os indivíduos e atores, pois, para além de construtos arquitetônicos, estruturas comerciais e de fornecimento de serviços, tanto quando transformações econômicas e tecnológicas, a inter-relação precisa ser sentida para além do sentido prático-funcional (GIDDENS, 2003).

Coloco neste momento a ênfase sobre compreender que:

> "[...] as evoluções demográficas e econômicas, o crescimento da mobilidade não permitem mais opor o rural e o urbano como dois universos sociais, duas "sociedades" distintas, até mesmo opostas. Isto não implica. [...] O que se joga, portanto, nas redefinições do rural, hoje, é a tradução, na gestão e na política, de oposições entre as concepções divergentes da natureza, mas também do trabalho e do "habitar" (...) O meio ambiente não se superpõe às questões rurais e agrícolas clássicas, ele as reformula e as recompõe" (MORMONT, 1997, pág. 39 apud. WANDERLEY, 2009, pág. 244).

Há um processo de estruturação (GIDDENS, 2003) da realidade inserida no espaço-tempo. Mais do que isso, há uma compreensão do cenário, seja ordinário de indivíduos e lógicas internas ou externas, que estruturam lógicas identitárias, do uso

econômico e/ou cultural e a gestão e compreensão do indivíduo sobre a política local e de outras instâncias.

Vejo que, devido ao processo de avanço tecnológico-midiático, como já discutido, a influência na política é sentida. Para além de compreender como se opera, de modo objetivo e subjetivo no indivíduo, o *efeito colagem* e a aproximação espaço-temporais promovida pelas redes de comunicação e informação midiática (GIDDENS, 2002), a justaposição de diversos sentidos e interpretações, influenciam as experiências e as construções de consciência dos indivíduos, a tomar proporções coletivas. Assim, em uma análise crítica, com foco no que consiste a(s) ruralidade(s), a "paridade social" que pode ser alcançada por intermédio de uma homogeneização parcial sobre valores e sentidos em espaços específicos, podemos entender que "as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta nas identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade" (WANDERLEY, 2009, pág. 246).

Nesse ponto que finco a crítica nas lógicas conceituais que perpassa o rural. Pois, a partir das análises e pesquisas feitas - não só - por Maria Nazareth de Baudel Wanderley (2009), vemos que as posições que atores e agentes possuem, além de seus entendimentos das suas funções e papéis, são organizados de forma objetiva nos espaços. Isto é, materialidade de seu caráter há, só que deve-se considerar - reiterando sobre a posição crítica-teórica que tomo - que os conceitos utilizados são "categorias" ou "tipologias" que servem para descrever o mundo social. Dessa forma, quando se enquadrada tais "valores" em um "sistema social" sujeito a análise teórica-metodológica regido por viés científico, pode-se entender suas influências e o modo pela qual são organizadas e manifestadas no mundo social. Ora, ao compreender suas variáveis em espaços e relações sociais, as "tipologias" - em sentido weberiano - ou valores abstratos, recebem materialidade na vida social, que se configuram de formas díspares levado em consideração suas especificidades locais inter-relacionais, e como se constituem à partir do processo histórico-social e cultural nos desenvolvimentos *espaço-temporais.*

Ponho a propor que:

> "Seria vão procurar em uma realidade física, econômica ou ecológica os fundamentos de uma ruralidade; seria também vão procurar nesta realidade apenas um imaginário que faria do rural uma pura construção mental. Só há espaço porque há uma série de diferenças, mas a definição do rural é uma dialética: grupos e instituições o definem atribuindo sentido a estas diferenças e sua ação – notadamente política – afeta estas diferenças, cria e revela outras, às quais são atribuídos novos sentidos" (MORMONT, 1997, pág. 19 apud WANDERLEY, 2009, pág. 246; 247)

Logo, tais interpretações são ministradas pelo caráter científico e pelas atribuições que

o pesquisador - nesse caso, eu mesmo - infere na perspectiva subjetiva. Ora, a forma que se desenvolve o método e abordagem do objeto em análise, muito influencia os dados e informações obtidas. Tenho em mente que essa descrição que se reitera sobre o valor abstrato dos conceitos, até mesmo da pluralidade de seus sentidos, a preferir a descrição "ruralidades" para descrever tais cenários e sentidos, por compreender o sentido político e ideológico que as formas de se empregar a linguagem e a descrição tomam, isso no campo objetivo e científico. Mesmo que atores não tenham consciência discursiva quanto aos seus papéis e atividades (GIDDENS, 2002), ainda há materialidade em suas funções, que são articuladas e - muitas vezes - influenciadas e - talvez - manipuladas por agentes conscientes.

No mais, finalizo a explanação sobre a problemática: *"o indivíduo é rural, ou se encontra no meu rural*". Entendo, previamente, que as validades únicas ou dicotômicas dessa proposição não serão alcançadas, acredito que haverá uma justaposição entre a forma que se vêem e descrevem nas interações interpessoais e com o espaço que pertencem, se fazendo valer sentidos e interpretações que perpassam por esferas individuais e coletivas, ordenadas por experiência subjetivas.

3. JUVENTUDES, EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS

Neste capítulo pretendo discutir o que podemos considerar sendo um conjunto de articulações de signos e lógicas sociais que operam no que entendemos como *juventude*, que se vê imerso a um processo interminável de *rupturas* e *acolhimentos* organizados pelo desenvolvimento de experiências individuais e por sua cognoscitividade.

Desenvolvo o conceito *juventude.* Sendo este um tipo socialmente construído, imerso à divisões lógicas que podem se manifestar de diversas formas nas interações interpessoais a nível dimensional micro e meso da realidade social. Para compreender a manifestação que a tal juventude possui no cenário da vida social, é preciso observar as lógicas e atividades pré-existentes nos próprios espaços, como relações sociais são orientadas pela - compreendida de forma abstrata - consciência coletiva, desenvolvida durante e pelas interações, seja entre os próprios indivíduos definidos como *jovens*, relações *micro*, e com aqueles de gerações diferentes, relações *meso* - de grupo para grupo. Ao analisar as relações que perpassam à juventude, tenho como foco discorrer, a partir de conceitos e abstrações teórico-analíticas, possíveis consequências derivadas dos processos de socialização e na sociabilidade, na internalização de práticas, normas e signos.

Na tentativa de compreender o modo pelo qual se promove as relações e internalização dos jovens, busco identificar a importância do processo de subjetividade. Busco das pesquisas de Juarez Dayrell (2003 & 2007) e Elisa Guaraná de Castro (2005; 2009a; 2009b; 2016) para desenvolver a importância da subjetividade juvenil, não apenas como modo de compreender as lógicas internas de grupos de interação ou de aspirações pessoais, mas como aspecto relevante no ordenamento da vida social. Perceber a juventude para além de uma delimitação biológica e temporal na vida dos indivíduos.

No mais, tem-se a pretensão de destacar certas observações. Devido o carater abstrato e analitico da proposta metodológica, mesmo sendo levantadas exemplos trazidos pelos autores da bibliografia utilizada, a ênfase fica no que se pode ser *experimentado*, na *multiplicidade* do indivíduo no contexto sócio-espacial, e nos sentidos teoricos de analise que podem ser ministrados sobre as *estruturas sociais,* não no sentido compreendido e narrado pelos agentes/atores e coletividades sociais. Isso se dá por entender que o *agenciamento* do sujeito só pode ser acessado quando há a compreensão do mesmo, em sentido prático e discursivo, de sua ação, perpassando pela cognoscitividade (GIDDENS, 2003, pág. 17).

3.1. A MULTIPLICIDADE NO SENTIDO DE "SER"

Como o título sugere, o enfoque será dado aos desdobramentos que perpassam o conceito da "juventude" no seu valor subjetivo. O primeiro é desenvolvido a partir do que se pode entender em relação a *identidade* e *pertencimento*, conceitos que, ao analisar as interações sociais mais intimamente, estão estabelecidas dentro de sistemas e estruturas sociais. Depois, será abordado o sentido próprio do *jovem* ou *Juventude*, como dotado de signos e práticas próprias, ordenadas por meio do agenciamento, que se formaliza em identidade, ao passo que compreende as formas de interação e percepção sobre as interações que fazem parte, seus laços e vínculos, o próprio pertencimento. Tais desdobramentos subjetivos são apresentados a partir do espaço-tempo compartilhado, isto é, das características do cenário contemporâneo, como este atua na consciência dos indivíduos.

3.1.1. Identidade ou Pertencimento

No primeiro momento, tenho a pretensão de diferenciar o que se pode compreender entre o que seria *identidade* e *pertencimento.* Tal tentativa, de diferenciar essas duas categorias, se formaliza no que foi observado sobre: *interconhecimento*, a familiaridade entre os sujeitos - está intensificada por construções sócio-espaciais, como Maria Nazareth de Baudel Wanderley (2009) apresenta como sendo recorrente nos espaços e interações realizadas em zonas mais rurais. E, o que entende-se de *experiência* (DUBET, 1994) e *consciência* (GIDDENS, 2003)*,* ambas em sentido *subjetivo* - como modo interno de ordenar, operar, absorver práticas, discursos e lógicas durante as interações sociais. Que são desenvolvidas, compartilhadas e compreendidas, durante o *processo de sociação* e na *autonomização de conteúdos* (SIMMEL, 2006).

Na teoria da estruturação (GIDDENS, 2002; 2003) a consciência discursiva e prática guia e opera a *experiência* e os *conteúdos* compartilhados no espaço-tempo, incidindo sobre suas atividades, sociabilidade e vivência. O que trato aqui como *pertencimento*, pretende-se desenvolvido pela lógica de familiaridade e afetividade, mediante ao *interconhecimento*, aos laços sanguíneos-familiares, nos vínculos estabelecidos durante as interações sociais desenvolvidas no espaço-tempo. Enquanto a *identidade* é de ordem da cognoscitividade, isto é, quando, por sua *consciência*, o sujeito articula suas *experiências* e os *conteúdos* compartilhados, desenvolvendo, pelo *discurso* e *prática*, *o que é* e o que o faz *ser igual* aos demais. Ambos os sentidos, *identidade* e *pertencimento*, são produtos dos processos de socialização e pela atividade da sociabilidade, na elaboração de compreensão enquanto imersos nas interações sociais.

Essa diferenciação entre a *identidade* e o *pertencimento*, pode ser compreendida pelo

agenciamento discursivo. Partindo da Teoria da Estruturação, entende-se a *identidade,* ou melhor, que a é necessário exaltar que "a auto-identidade constitui para nós uma trajetória através das diferentes situações institucionais da modernidade por toda a duração do que se costumava chamar de 'ciclo da vida'" (GIDDENS, 2002, pág. 20). Na *modernidade* decisões cotidianas, atividades, práticas e discursos são usadas, e desdobram-se, à medida que se vive, a biografia passa ser organizada, reflexivamente, em um fluxo de informações.

A *identidade* se apresenta organizada e interpretada no desdobrar espaço-temporal vivenciado. Têm-se em mente que "o eu é visto como um projeto reflexivo, pelo qual o indivíduo é responsável [...]. Somos não o que somos, mas o que fazemos de nós mesmos" (GIDDENS, 2002, pág. 74). A *auto-identidade* possui uma "narrativa", isto é, um nível de *consciência discursiva*, uma leitura em torno da autobiografia, pode ser observada como "fenômeno coerente" quando o *eu é explicitado*. A possibilidade de pôr em *discurso* a *identidade,* por meio do agenciamento consciente, são formas de sustentar o sentido de ser o que se diz ser.

Desse modo, quero apresentar a dificuldade de tratar a *identidade* de maneira subjetiva. O conceito da *identidade* não é algo puramente anexado ao *ser* no espaço, já que as *expectativas*, *experiências* e *conteúdos* se encontram emaranhados com estruturas e ordenamentos prévios, operados de forma que pode ser percebida uma *consciência coletiva*. Pelos laços sanguíneo-familiar e redes de *interconhecimento* (WANDERLEY, 2009), diversos vínculos já estão criados e estabelecidos, fortalecidos pelas interações rotineiras e pelo espaço compartilhado - intensificados pela aproximação que os *recursos* e estrutura disponíveis pelas zonas mais rurais proporcionam. O indivíduo se auto-interpreta e auto-narra em frente às interações que se desenrolam no cotidiano social, cria-se *identidade* por meio de sua *consciência,* pelo seu *agenciamento,* se apropria do *pertencimento* originado por redes e vínculos familiares-afetivos.

É um trabalho meticuloso abordar a expressão do *ser*. Torna-se ainda mais ao considerar a própria narrativa do sujeito, a forma utilizada por este para argumentar ou evidenciar sua ideia do que se é e do que faz parte, partindo do pressuposto que este já tenha refletido e se questionado sobre suas implicações, possuindo agenciamento nas mesmas. Mesmo que o indivíduo não tenha este conhecimento articulado em palavras e conceitos, pode ser desenvolvido uma narrativa teórico-analitica de sua objetividade. Assim, é preciso considerar que as "*identidades sociais*, e as relações posição-prática que lhes estão associadas, são 'marcos' no tempo-espaço virtual da estrutura (GIDDENS, 2002, pág. 333). Elas se encontram constituídas a partir de coletividades específicas, associadas a *papéis* e

significados.

Dessa forma, o modo pelo qual indivíduos se auto-interpretam e compreendem o que os cercam é desenvolvido por sua subjetividade e pelas experiências que compartilham pelas interações existentes no espaço-tempo. Tenho que concordar - apresentando outro ponto que enfatiza a diferença dos conceitos *identidade* e *pertencimento* - que há multiplicidade na forma e no discurso que indivíduos podem narrar suas vivências, como podem se descrever em um cenário ou mediante as interações sociais. Por intermédio das mudanças históricas-sociais, percebe-se a influência da *hibridação* das formas de socialização (DUBET, 1994), heterogeneidade entre *conteúdos* compartilhados pelas interações, junto com a *autonomização de conteúdos* predispostos pelas relações sociais (SIMMEL, 2006), e do *efeito colagem*, que permite a cognoscitividade romper com espaço-tempo, mediada por mídias e informações (GIDDENS, 2003). Logo, os meios pelos quais são promovidos a sociabilidade e integração, se traduzem de forma subjetiva nas vivências e nas construções de lógicas, ainda mais se considerar certas especificidades, a exemplo da *juventude,* já que está no cerne das mudanças desse cenário contemporâneo. Mais do que perceber certas transformações, tecnológicas, midiáticas e sociais, como descreve Dubet e Giddens sobre o cenário contemporâneo, o *jovem* precisa se manter "atualizado", não por uma necessidade intrínseca ao "ser" jovem, mas por estar inserido no momento atual que essas transformações ocorrem.

Por meio da lógica que percebe as mudanças promovidas pelo cenário contemporâneo, que se alastra nas formas de comunicação, nas tecnologias desenvolvidas e nas próprias lógicas de compreensão, entendo que a *construção de identidade* também sofre alterações. Ora, devido às mudanças, a heterogeneidade entre os *conteúdos* e *formas* - no sentido simmineano (2006) - podemos presumir uma certa adequação, ou melhor, uma *experiência* (DUBET, 1994) e *expectativas* (WEBER, 2015) de comportamento, no modo de se promover a sociabilidade, caráter que influencia diretamente a cognoscitividade do indivíduo, operando em ordens práticas e discursivas. O jovem "[...] passa a ter duas ou mais identidades, que variam de acordo com o momento ou situação vivida [...]" (PREDIGER, 2009, pág. 4). Essas variações não se apresentam - no que discuto no momento - como formas objetivas de ser, no comportamento e postura do indivíduo em frente às interações e os espaços, mas como estes narram sua presença e seus papéis nos mesmos.

Na mesma perspectiva sobre o indivíduo presente no cenário moderno, permaneço com os desdobramentos conceituais no texto de Solange Prediger. As descrições feitas pela autora são importantes e percebidas por outros autores que observam as mesmas mudanças no cenário contemporâneo e nas perspectivas que sistematizam a realidade (DUBET, 1994;

GIDDENS, 2003). Indivíduos imersos às interações sociais rotineiras se encontram em uma multiplicidade de cenários e de relações, este "[...] não tem identidade fixa, essencial ou permanente; o sujeito é fragmentado e possui várias identidades contraditórias ou não-resolvidas, o que implica dizer que o sujeito assume identidades diferentes em momentos diferentes" (PREDIGER, 2009, pág. 5). Não que sua consciência subjetiva seja fluida ao ponto de não se fixar em uma lógica, de não apreender signos e normas compartilhadas pelas interações rotineiras, mas como a multiplicidade entre o "ser" e se "entender" na realidade social é experimentada e constantemente desenvolvida.

Intensifica-se se for considerar diversas outras variações que perpassam as interações rotineiras. Pois bem, variações raciais, de gêneros e sexuais e econômicas, são condutores essenciais para a formação e promoção da socialização e nas construções de interação. Para além das formas que são constituídas na realidade social perante as relações, esses aspectos são sentidos de forma objetiva quando os próprios se auto-narram. As variações subjetivas não existem apenas em cenário contemporâneo - não foi criado a partir da virada do século - mas que atualmente se desenvolvem sobre novas lógicas e noções, um trabalho de se auto-identificar como pertencente a um grupo ou coletividade.

A internalização de normas e práticas, o *interconhecimento* promovido pelas relações predispostas pelo espaço-tempo, a familiaridade e afetividade desenvolvida, laços sanguíneos ou vínculos fortalecidos pelo tempo, são aspectos que operam a "*empatia"* do indivíduo de ver o outro como igual. A *empatia* que narro não provém de caráter teológico, muito menos de "dom" intrínseco do ser, mas como construção social que prediz a formação de comunidade, de laços afetivos, de internalização de consciência prática-discursiva.

Por meio das diferenciações de perspectivas e de narrativas, podemos diferenciar o *pertencimento* da *identidade*. A construção da cognoscitividade do indivíduo (GIDDENS, 2003), a internalização do que pré-existente nas interações sociais predispostas no espaço-tempo é desenvolvida pelo sujeito. Assim, "o indivíduo não apenas absorve papéis e atitudes, mas no mesmo movimento, assume o mundo dos outros como seu" (DA SILVA MOREIRA, 2022, pág. 22), é uma construção que se pode compreender como *pertencimento* e, agenciado pela subjetividade consciente, pode ser traduzida como *identidade.* Pertencer a um lugar é sobre a construção de vínculos, a integração do indivíduo na realidade que se encontra inserido, perante as instituições presentes e nos círculos de interação social. A *identidade* é narrada, é subjetivamente entendida e exteriorizada como discurso e prática, é, mediante a diversas variabilidades que podem ser encontradas no cenário social, como o indivíduo se entende.

O processo de socialização e a sociabilidade desenvolvida são condutores na construção de *identidade* e no fortalecimento da lógica de *pertencimento.* A interiorização da consciência coletiva pelo indivíduo e suas implicações, é um dualismo, pois, a forma que o sujeito percebe a realidade e sua biografia se faz a partir das práticas e discursos estabelecidos durante e pela representação. Ao mesmo tempo que, pelo monitoramento reflexivo da atividade, é vigiado e vigia de terceiros, enquanto tem, em certo nível, consciência das atividades que realiza na *rotinização* de sua vida social. O indivíduo apreende lógicas e signos existentes e se traduz por meio deles, "há uma interiorização da realidade objetiva da sociedade e ao mesmo tempo a formação de uma identidade coerente com ela" (DA SILVA MOREIRA, 2022, pág. 22).

Ora, por isso se torna possível pensar e descrever uma *identidade social.* A auto-identidade, como apresenta Anthony Giddens (2002), mesmo sendo *explicitada* e *narrada* a partir da consciência discursiva do sujeito, pela reflexividade do *eu,* ainda há estruturas e sistemas sociais que, por meio das interações sociais, envolve possíveis "categorizações" dos sujeitos. A "identidade social" é uma *categoria social* que corresponde a normas e lógicas internas a essas próprias interações sociais. Prerrogativas e obrigações da "identidade social" surgem quando conferidas ao sujeito, partindo de posições sociais que estes mesmos possuem. É possível elencar aspectos que, ao longo do curso biográfico, se relacionam como uma categoria de identidade social. Aspectos "biológicos e sociais de envelhecimento", gênero, "pigmentação da pele" foram e são usados com demasia para tal categorização. Porém, se "as relações sociais dizem respeito ao 'posicionamento' dos indivíduos dentro de um 'espaço social' de categorias e vínculos simbólicos" (GIDDENS, 2002, pág. 105), as formas de categorização da *identidade social* são determinadas a partir, e pelas próprias, interações sociais que os sujeitos desenvolvem no curso de suas vidas.

Assim, com a multiplicidade da realidade contemporânea, mediante as transformações sociais, a *identidade* também se altera. Essa não é dotada de solidez ou imutabilidade, ela está passiva de alteração a mesma medida que a consciência, no sentido prático-discursivo, se encontra frente às interações sociais. As mudanças sociais alteram a percepção da realidade, as constantes transformações e surgimento de lógicas e práticas sociais são condutores de rupturas e reflexões no entendimento de "ser" o que se é. Logo, a própria identidade construída "[...] precisa ser sempre de novo confirmada, principalmente através da confirmação explícita e afetiva que lhe é dada pelos outros significativos" (DA SILVA MOREIRA, 2022, pág. 23), ela se retroalimenta sobre o pertencimento afetivo-familiar desenvolvido nos espaços e pelas interações rotineiras.

Tendo isso exposto, as diferenças conceituais que trato aqui entre o que é *identidade* e o *pertencimento*, concluo a exposição do valor *coletivo* dado a esses conceitos. Assim, recebe mais destaque "[...] por ser a identidade um elemento chave de toda realidade subjetiva" (DA SILVA MOREIRA, 2022, pág. 23). O *coletivo* surge para a *identidade* como um aspecto de pertencer, do afetivo-familiar, dos laços sanguíneos, das redes de interconhecimento (WANDERLEY, 2009) valores construídos durante e pelas interações sociais rotineiras que permitem ver o outro como um igual.

3.1.2. Jovem ou Juventude

A partir da narrativa que se volta para a diferenciação da *identidade* e do *pertencimento,* e o valor discursivo que o primeiro possui, podemos iniciar a apresentação do conceito de *identidade juvenil*. Entre tantas formas e palavras que podem ser empregadas para se fazer descrever essa ideia, modos de se expressar e dar sentido ao valor de ser *jovem* ou de pertencer à juventude, como podemos pensá-la e como podemos traçar um tipo identitário.

Por se respaldar pelas ciências sociais, a atual pesquisa aborda a tal como "uma condição social e um tipo de representação" (DAYRELL, 2003, pág. 42), que perpassa por diversas condições presentes na realidade social, variáveis que podem surgir por meio das experiências subjetivas e/ou estruturas sistematizadas socialmente. Assim, partimos do pressuposto que há multiplicidade não apenas na forma de se construir a subjetividade *identitária,* mas também na própria lógica que cerca a discussão sobre o que é ser *jovem* em um espaço-tempo, onde pré-existem normas, signos e práticas que se alastram sistematicamente nas estruturas e nas instituições sociais, onde se constituem *formas* e *conteúdos* que estabelecem ordenamentos nas *experiências* e *expectativas* rotineiras. Que acabam por influenciar e serem influenciadas por disparidades sociais, como diferenças acerca de conceitos como raça, classe, laços sanguíneos-familiares, gênero, sexualidade e diversos outros aspectos que inferem na forma de expressar-se discursivamente e de forma prática a *identidade* subjetiva, como se estabelece vínculos de *pertencimento* e interações sociais cotidianas.

Pela frase anterior de Juarez Dayrell, podemos observar dois aspectos: "condição social" e "representação" na construção de *identidade* e possibilidade de *agência* no sentido da *juventude*. A condição juvenil apresentada pelo autor pode ser apreendida em dois sentidos, "refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional", que prediz construção espaço-temporal, seja nas *experiências* passadas, *expectativas* futuras, e na *consciências* presentes, que possuem caráter coletivo. "Mas também à sua situação, ou seja, o

modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais" (DAYRELL, 2007, pág. 1108), variações que inferem subjetivamente o indivíduo.

É sobre essa condição da identidade juvenil que podemos observar as influências das mudanças histórico-sociais. Seja por meio da *hibridação* dos sentidos dado às *experiências* compartilhadas pelas interações sociais (DUBET, 1994), as ressignificações do espaço-tempo (GIDDENS, 2002), dentre outros aspectos, gera uma nova estruturação nas condições vividas e experimentadas pela juventude. As novas lógicas presentes na realidade social que apresentam culturas de origens e manifestações díspares e heterogêneas, se traduzem nos modos de se consumir, de se apropriar e de se praticar sua juventude**,** são meios pela qual a consciência prática-discursiva pode descobrir a *identidade juvenil* subjetiva. Logo, "estas culturas, como expressões simbólicas da sua condição, manifestam-se na diversidade em que esta se constitui, ganhando visibilidade por meio dos mais diferentes estilos, que têm no corpo e seu visual uma das suas marcas distintivas" sendo expressões práticas e simbólicas "[...] da adesão a um determinado estilo, demarcando identidades individuais e coletivas, além de sinalizar um status social almejado" (DAYRELL, 2007, pág. 1110).

A condição se reside nas influências do espaço-tempo e na apropriação subjetiva da realidade social pelos *jovens*, e a "representação", como já posto sobre as práticas e o consumo, é o atrelamento do sentido subjetivo da manifestação objetiva. Nas pesquisas empíricas realizadas em grupos juvenis, há construções visíveis de comportamento e/ou no uso de adornos, que podem ser vestimentas, acessórios, estilo e etc., que esses *jovens* utilizam, como aponta o autor, para remeter uma identidade a um grupo. Juarez Dayrell apresenta como essas práticas simbólicas de apropriação servem para, além de uma validação identitária, uma "construção de auto-estima positiva", servindo como um meio de se promover círculos de interação social, como se apropriam dos espaços que perpassam e como se relacionam com estes, com outros grupos e entre si (DAYRELL, 2007, pág. 1110).

Mas, junto com a *hibridação* da contemporaneidade, a mesma *representação* ganha caráter fluido. As variações grupais, os círculos de interação e os espaços pelo qual estes percorrem e desenvolvem suas práticas, promovem a interconexão entre grupos e identidades distintas. Logo, "nessas diferentes expressões da condição juvenil, podemos constatar a presença de uma lógica baseada na reversibilidade, expressa no constante 'vaivém' presente em todas as dimensões da vida desses jovens" (DAYRELL, 2007, pág. 1113). Não que laços de pertencimento ou que a identidade discursiva não possa ser desenvolvida pelos jovens e compreendida por terceiros, mas a capacidade de fluidez nos círculos e na comunicação díspares que atores e agentes podem desenvolver entre as relações cotidianas é, decorrente do

cenário social atual, percebido. A rigidez dos processos de socialização promovidos por instituições bem delimitadas dá espaço, na sociedade contemporânea, para a heterogeneidade em que jovens ordenam e constroem suas respectivas identidades.

Influenciado por diversos aspectos e variedades vividas e sentidas na realidade social, encaro narrar a *juventude* como - mais que uma delimitação social, etária e biologia - um conceito intrínseco ao valor plural. Pois, "[...] entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um" (DAYRELL, 2003, pág. 42). Indicamos, desse modo, que definições gerais podem prejudicar a apreensão do sentido da juventude e a compreensão do mesmo. Esse é o sentido subjetivo que pode ser dado e administrado sobre o discurso da *identidade juvenil*.

Não obstante que haja sentidos conflitantes e de origens múltiplas que interpelam nas experiências vividas. A aproximação de diversos sentidos e noções podem influenciar de maneira divergente a construção subjetiva da identidade juvenil, até mesmo para uma definição da tal condição. Porém, a delimitação do *sentido da juventude* passível - a certa medida - é favorecida pelo espaço-tempo, nos compartilhamentos de lógicas e práticas predispostas pelas interações sociais, as influências das estruturas objetivas da realidade rotineira - *experiências (*DUBET, 1994), *expectativas* (WEBER, 2015) e *consciência* (GIDDENS, 2003). Observamos que os indivíduos:

> "[...] na vida cotidiana, entram em um conjunto de relações e processos que constituem um sistema de sentidos, que dizem quem ele é, quem é o mundo, quem são os outros. É o nível do grupo social, no qual os indivíduos se identificam pelas formas próprias de vivenciar e interpretar as relações e contradições, entre si e com a sociedade, o que produz uma cultura própria" (DAYRELL, 2003, pág. 43).

Em seu trabalho já citado, *Jovem como Sujeito Social* (2003), Dayrell apresenta as vivências reais de dois indivíduos que se configuram a partir de diversas ordens. Como já exposto, há multiplicidade no discurso identitário, nas instituições e estruturas sociais, hibridação de sentido e lógicas, diferenciações que perpassam por toda realidade e nas interações, influenciando o próprio discurso e experiências dos *jovens*. A leitura das entrevistas apresentadas pelo autor podem soar de modo pessimista e/ou um tanto quanto melancólica, porém, essas formas de se sentir e narrar, de maneira subjetiva, as *juventudes* está atrelada à vivência objetiva dos mesmos. A "não preparação", a "descrença de futuro", a "impossibilidade do vir-a-ser" está intrinsecamente ligada - como demonstra o autor nas linhas teóricas e empíricas - as *experiências* compartilhadas pelas interações que estes vivem ou ouvem, valores construídos de forma atemporal, por histórias e pelo presente vivido que se traduzem na possibilidade de espera futura (DAYRELL, 2003, pág. 49).

Ora, a ideia não é desenvolver o valor objetivo da *juventude*. Como fez Dayrell, partindo das análises e descrições das vivências e desdobramentos sociais, não pretendo trazer de forma narrada, articulada com os conceitos apresentados e do traçado lógico, os discursos de indivíduos. O panorama objetivo precisa ser evidenciado, pois, este influencia de forma categórica a apreensão da consciência e das experiências subjetivas, a *identidade juvenil* só pode surgir por meio do discurso dos indivíduos, se esses conceitos se apresentarem e forem articulados de modo objetivo.

O autor, por meio de suas pesquisas e análises, de método teórico e empírico, propõe argumentos a favor de se pôr o indivíduo "jovem" em um lugar de destaque, ao se pensar a realidade social e as interações sociais sobre uma operação sistemática, assim desenvolvo, não apenas o sentido subjetivo dado a *juventude*, como seu papel na realidade. Entre tantas possibilidades de ação e cenários de articulação, a persona juvenil recebe, assim, destaque pelo seu valor de estar passível de atuação. Podemos entender que, junto com construção e constituição de sentido subjetivo e objetivo, a *identidade social* de se pertencer a *juventude* possui a capacidade de agir na realidade social (DAYRELL, 2003).

Logo, podemos entender que a identidade e a capacidade do agir não estão puramente anexadas ao sentido subjetivo do indivíduo. Mediante aos recursos estruturados socialmente e a prática ordenada rotineiramente, a subjetividade e objetividade do *jovem* perpassam por *sistemas sociais* e pela *consciência coletiva,* como apresenta Giddens em sua teoria da estruturação (2003). Por meio da capacidade de reflexividade, podemos atrelar a subjetividade à identidade, que influencia a consciência individual sobre seus agenciamentos de práticas e discursos manifestados objetivamente. Esta é, nessa perspectiva teórica, "[...] a necessidade de estimular o indivíduo, em um mundo de transformação constante, a desenvolver suas capacidades criativas e de ajuste a situações mutantes" (GROPPO, 2016, pág. 388).

3.1.3. Identidade Juvenil ou Juventudes Localizadas

Partindo desses conceitos e critérios, que se contornam no que se compreende como *identidade* e *juventudes*, são questões que, para mim, no atual momento, se fazem importantes. Considerando a abordagem teórica já iniciada em torno do conceito *identidade,* enfatiza-se as diferenças entre as sociedades e as formas de as conceber. Ora, como já levantado sobre o atual cenário social contemporâneo, há mudanças institucionais e estruturais decorrentes do processo de modernidade (DUBET, 1994; GIDDENS, 1991, 2002, 2003; SETTON, 2011).

Desse modo é possível discorrer sobre a conceituação, que já vem sendo feita, da *identidade* da *juventude.* Mediante a explanação feita do momento experimentado da

sociedade moderna, junto das características múltiplas e da agência do sujeito na construção da *identidade*, traçar certa definição de uma *identidade juvenil* ou uma *juventude* pode ser complicada em meio à especificidades sociais e heterogêneas interações. Exalta-se, aqui, as pesquisas de Elisa Guaraná de Castro (2005; 2009a; 2009b; 2016), que concentra-se em grupos juvenis de espaços rurais, para poder elaborar, uma *categoria* a ser observada na realidade social objetiva.

A autora, em suas pesquisas em relação a *Juventude Rural no Brasil,* apresenta diversos sentidos que podem ser ministrados a partir do conceito de *juventude* como grupo e/ou identidades. Há delimitações físicas/biológicas, psicológicas e comportamentais, mas essas lógicas e características definidas a priori, buscam "a construção de um objeto" na elaboração de um paradigma. Ora, tal como Juarez Dayrell apresenta em seus trabalhos (2003; 2007), Elisa Guaraná de Castro se volta a conceitualização de *juventude* por um aspecto além de recorte populacional, "mas, sobretudo, a partir dos processos de interação social e as configurações em que está imersa" (2009a, pág. 182). Esta acaba por ser observada como uma categoria que se constrói socialmente, a partir dos *conhecimentos* disponíveis durante as interações, ordenados na consciência coletiva, se configurando de forma multifacetada sobre o modo que agenciam suas identidades, interesses e experimentam a realidade.

Do mesmo modo que a *identidade* é a *refletividade* do *eu*, articulada pela agência, a *juventude* é experimentada subjetivamente. Definições a priori do sentido de *juventude,* mesmo querendo construir um "objeto" e "paradigma" para análise, ainda se encontram estabelecidas por meio de construções sociais, atribuições que descrevem práticas e lógicas que predizem sentidos internos aos mesmos sujeitos ou coletividades que operam esses sentidos. Independe dos adjetivos que venham a serem empregados juntos a *juventude,* observa-se a capacidade reflexiva e as interações heterogêneas possíveis em seu processo de socialização e da prática da sociabilidade, "assim, se é um fato que juventude é uma experiência individual transitória, temos que analisar o que ela representa hoje como categoria analítica e principalmente como categoria social" (CASTRO, 2009b, pág. 43).

Nesse sentido, encara-se o motivo da pluralidade dada ao título, a lógica de *juventudes.* Torna-se mais do que cortes etários ou sentidos dados a priori, mas se percebe como uma categoria social marcada pela "transitoriedade", que ao mesmo tempo é "identificada em um espaço de subalternidade nas relações sociais" e "associado a futuro e à transformação social", onde, aqueles que são identificados como tal, estão "marcados" como "[...] pessoas incompletas, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados" (CASTRO, 2009b, pág. 43). Mas esses sujeitos,

em suas individualidades, se encontram imersos nas próprias experiências vivenciadas, mediadas pelas variáveis que se encontram estruturadas pelas interações e nas instituições sociais, "vivem o mesmo processo histórico e cultural". Enquanto isso, agenciam suas próprias *identidades*, articulam lógicas e práticas, que ordenam expectativas e sentidos estabelecidos no espaço-tempo compartilhado, signos e discursos que atribuem significado ao sujeito que é ou é considerado jovem (*Ibid.* pág. 45).

Partindo desse princípio, as *juventudes* são construídas de modo interno e externo, com os sujeitos agenciando *identidades* e consciência, ao passo que são concebidas e percebidas por terceiros a partir de lógicas e discursos pré-estabelecidos. É possível, por um lado, narrar um ou mais *categorias* que traduzem uma *identidade social juvenil*, isto quando observada na realidade objetiva, nos modos que as interações sociais se desenvolvem, percebendo os sistemas e estruturas, culturas e instituições, processos histórico-sociais. E, do outro, evidenciar características que melhor traduzem uma *consciência coletiva,* como as *experiências* são *compartilhadas* e os sentidos que as *identidades* possam ser *agenciadas* pelos sujeitos. Logo, dos dois modos, percebe-se as formas possíveis das *juventudes* podem corresponder às especificidades espaço-temporais.

Como já apresentado com os textos de Juarez Dayrell (2003; 2007), em suas pesquisas em espaços mais urbanizados, o foco permanece em Elisa Guaraná de Castro (2009a; 2009b), no estudo de grupos juvenis que se encontram em espaços rurais. A autora perceber as *juventudes* como "categoria analítica e principalmente como categoria social", utilizando da etnografia, de entrevistas e levantamentos de dados quantitativos e qualitativos, até mesmo se voltando à dados governamentais, focados em políticas públicas, para desenvolver suas pesquisas em torno da construção das *juventudes rurais.*

Desta forma, em sua pesquisa em um assentamento e um acampamento da Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, a autora enfatiza a construção e o agenciamento múltiplo da *identidade*. Elisa Guaraná de Castro (2009a; 2009b) observa como a construção do espaço geográfico, caracterizado por aspectos rurais e/ou urbanos, influencia o modo que os indivíduos percebem e se relacionam, seja entre si, com outros grupos, com si mesmo e com o espaço que compartilham. É percebido como esses jovens que frequentam espaços urbanos e rurais, acabam por serem identificados, de um lado, como "roceiro" e, e, de outro, "muito urbanos" (CASTRO, 2009a, pág. 194). Tal constatação não surge apenas para compreensão do agenciamento da *identidade*, mas como o "eu" personalizado ganha sentidos de uso, onde se internaliza práticas e lógicas compartilhadas pela consciência coletiva, em ambos os espaços, rurais e urbanos, e articula a medida das

experiências e expectativas existentes, compartilhadas pelas interações.

Volta-se, nesse momento, o que foi desenvolvido no capítulo anterior sobre o *continuum urbano-rural* (WANDERLEY, 2009). Ora, entrando em assuntos de movimentos sociais-políticos, Elisa Guaraná de Castro dá atenção às complexas formas de agência que podem ser mapeadas quando percebe-se a experiência das juventudes rurais. Seja por quais motivos e necessidades que podem se configurar o agenciamento das práticas e discursos, "as identidades estão permeadas pela circulação desses jovens em diferentes espaços percebidos como 'urbanos' e 'rurais' [...]" (CASTRO, 2009a, pág. 204). Essa configuração revela, para mais ou menos, a influência que essas lógicas e práticas podem ser internalizadas a partir desses espaços. Logo, a medida que esses círculos são apreendidos pelos sujeitos, a serem usados na *reflexividade* do "eu", no *agenciamento* de sua *identidade*, são ordenados e articuladas de acordo com o nível que o mesmo tem e conserva suas *redes de interconhecimento*, a *segurança* entre as partes, o *pertencimento* do sujeito para com a coletividade e vice-versa, junto com estruturas já estabelecidas.

A autora trabalha a questão das *juventudes* no meio *rural* além do acadêmico, evidencia aspectos político-governamentais e os movimentos sociais, algo que não tenho a pretensão de discutir no atual momento. Porém, do mesmo modo que foi feito no capítulo anterior, partindo do texto de Maria Nazareth de Baudel Wanderley (2009), não é possível deixar de evidenciar a compreensão da política na discussão aqui levantada. Ora, parafraseando Elisa Guaraná de Castro, "jovem da roça, juventude rural, jovem camponês são categorias aglutinadoras de atuação política" (CASTRO, 2009a, pág. 183).

Ao mesmo tempo, isto evidencia a problemática sobre as políticas públicas em torno das *juventudes rurais*. Pois, há a existência de "fronteiras invisíveis ainda intransponíveis para uma parcela importante da juventude rural" (CASTRO, 2016, pág. 200), que afetam a *reflexividade* no *agenciamento* da *identidade juvenil*. A autora não diminui as evidentes "barreiras" estruturais (econômicas, escolares, sociais e etc.) no mundo rural para o alcance da autonomia e nas possibilidades de expectativas de vida que possam vir a surgir para esse *jovem rural* . Mas esses sujeitos vivem um "enquadramento", pois, de um lado "sofrem com as imagens pejorativas do mundo rural e as consequências dessa desvalorização do mundo rural no espaço urbano", e "por outro, no meio rural, muitas vezes são deslegitimados por seus pais e adultos em geral, por serem muito urbanos" (CASTRO, 2009b, pág. 39). Sentidos esses que já se encontram estruturados, estabelecendo autoridades e hierarquias, seja entre as interações sociais, ou nas próprias práticas e discursos que são apreendidas pela consciência dos sujeitos.

3.2. SUBJETIVIDADE E OBJETIVIDADE NA ESTRUTURA SOCIAL

Essa seção fica reservada para desenvolver os contornos da *juventude* sobre óticas estruturadas em e por instituições e sistemas. Ora, no individual, tais aspectos influenciam de forma objetiva a subjetividade, desse modo, intercalar esses desdobramentos entre ambos os conceitos de objetividade e subjetividade, se faz necessário para elucidar instâncias e dimensões que interpelam as interações sociais e os sujeitos, que compartilham de um mesmo espaço-tempo. É preciso iniciar uma discussão da percepção da modernidade nas interações sociais, como as instituições atualmente são identificadas e agem nos sujeitos. Ao passo que, assim, compreende-se o sentido próprio que o espaço pode ser utilizado e apropriado. Promovendo consequências no agenciamento da *identidade* e na compreensão do *pertencimento.*

3.2.1. Desinstitucionalização ou Sociedade de Risco

No cenário moderno ainda há, emaranhado a consciência e a experiência, sistemas e estruturas, para além das instituições formais/burocráticas. Ora, as interiorização de lógicas e práticas se dá por meio do *monitoramento reflexivo da atividade* (GIDDENS, 2003), que permite certa adequação e regulação nas atividades realizadas a *durée* da vida cotidiana, enquanto monitoram a si e a terceiros, nos contextos que estes se movem. O monitoramento fortalece expectativas, seja como o outro irá se portar, mediante as interjeições produzidas pelas interações e por instituições, ou como o próprio agirá durante e perante as interações. O *monitoramento reflexivo da atividade* constitui e fortalece vínculos, estabelece redes de interconhecimento entre atores e agentes como coletividade, com o próprio espaço, além de estruturar experiências compartilhadas como *consciência prática-discursiva coletiva*. Sentidos que acabam por estabelecer *segurança* e confiança entre os atores e agentes.

O ordenamento do mundo objetivo é interiorizado a partir das experiências, da socialização e da sociabilidade desenvolvida cotidianamente. Para compreender o atual cenário moderno, Anthony Giddens, em As Consequências da Modernidade (1991), descreve certas estruturas que ganham destaque no ordenamento da realidade objetiva - que estabelece monitoramento reflexivo da atividade - e na formação de segurança e confiança entre os atores e agentes que compartilham o espaço-tempo. As relações de parentescos, a comunidade local e a tradição - junto com as cosmologias religiosas, que não recebe destaque no momento

- são condutores no estabelecimento de confiança e segurança entre os indivíduos, algo que, nessa perspectiva, é denominado pelo autor de *segurança ontológica*. Essa construção social permite o estabelecimento de expectativas durante as internações e vínculos de

pertencimento. A segurança promovida pelas relações presentes no espaço-tempo, age na subjetividade de modo afetivo-emocional e cognitivo, de acordo com a Teoria da Estruturação. Uma segurança e confiança que é produzida e interiorizada, desde do limiar da construção do indivíduo, assim "constitui o nexo original de onde emerge uma orientação afetiva-cognitiva combinada em relação aos outros, ao mundo dos objetos e à auto-identidade" (GIDDENS, 2002, pág. 41). Apresentando, desse modo, a relação entre confiança e segurança, com a compreensão de *pertencimento,* dos laços afetivo-familiares, e a formação subjetiva e discursiva da identidade individual.

Essa segurança desenvolvida pelos indivíduos, permite o estabelecimento de "continuidade" na vida social. A abordagem da Teoria da Estruturação permite pensarmos mais do que o *monitoramento reflexivo da atividade* agindo sobre as *experiências* compartilhadas e a formulação cognoscente. O *monitoramento* passa a ser entendido como o estabelecimento de "previsibilidade" nas rotinas sociais, como "familiaridade" entre vínculos de interação. Assim, promovendo ativamente a construção da consciência, em sentido prático e discursivo, no ator e/ou agente, assim, "ele vai criar uma consciência prática do que deve e do que não deve ser feito que é fundamental a sua segurança" (DAMIÃO, 2011, pág. 63). Um controle que funciona de forma subjetiva, pois não carece de valores previamente estabelecidos nas interações sociais, mas a uma formulação de adequação interna, de "respeito" a uma ordem afetiva, articulando lógicas e práticas compartilhadas.

Mas, esse *monitoramento* e essa *segurança*, operados pela *consciência* e *experiência*, ganham novos sentidos no cenário moderno. Ora, vários fatores são articulados por meio das interações sociais que constroem a subjetividade humana. Para além de predições que deem valor de sentido, positivo ou negativo, o objetivo é narrar os desdobramentos da modernidade nas interações sociais, por meio das abordagens teóricas levantadas. Seja pelo o que François Dubet (1994) chama de *Desinstitucionalização*, ou na *Sociedade de Risco*, apresentada por Anthony Giddens (1991), ambos os sentidos agem, por meio de instituições e sistemas, nos arrebatamentos nas vivências e na construção da juventude.

O conceito de *desinstitucionalização*, já trabalhado no primeiro capítulo, apresenta um cenário social onde as instituições não mais trazem toda a justificativa para a vida objetiva do indivíduo, em seu ordenamento subjetivo. Já na interpretação giddesiana, da realidade contemporânea, as instituições são abaladas na *sociedade do risco,* frente às mudanças sociais, pela lógica que se tem a pretensão de romper com as próprias lógicas. O *risco* como conceito não é "infortúnio" ou "perigo", acasos oriundos da vida social ou de origem natural, externos ao sujeito, mas perpassam por uma lógica fabricada pela sociedade moderna. Pois,

esse sentimento de *risco fabricado* mobiliza o sujeito em busca de novos sentidos, consequências já consideradas sobre possibilidades futuras, isto é, "[...] pressupõe uma sociedade que tenta ativamente romper com o seu passado" (GIDDENS, 1991, pág. 33).

Tanto na *Sociedade de Risco* e na *Desinstitucionalização*, o que se percebe é o rompimento ou diminuição das forças institucionais. Seja entre: os três sistemas presentes na Sociologia da Experiência, comunidade, competição, e cultural (DUBET, 1994, pág. 113). Ou, na Teoria da Estruturação, com os focos de confiança e *segurança ontológica*, sendo as relações de parentescos, a comunidade local, as cosmologias religiosas e a tradição (GIDDENS, 1991). Ambos predizem as consequências da modernidade na construção subjetiva e objetiva do sujeito, que desenvolve no agenciamento da *identidade* e a compreensão do *pertencimento*. Esses focos de segurança e a justaposição de sistemas sociais, articula o *monitoramento reflexivo da atividade*, respalda a *consciência coletiva* e desenvolve *experiências*. Mesmo em momento de ruptura e crise interna, esses sistemas e focos ainda existem, possuindo suas funções e forças na realidade objetiva.

Dessa forma, podemos observar uma multiplicidade sobre o ordenamento dessa *segurança ontológica.* O ato de se ver na coletividade e vê-la em si, deriva-se do processo de interiorização, por intermédio do *pertencimento*. No cenário contemporâneo, esse ordenamento cognoscente se transforma, as relações afetivo-familiares não abarcam - nem as instituições por si só - por completo o desenvolvimento das experiências, no estabelecimento de círculos de sociabilidade e a formação de identidade discursiva. De acordo com a teoria da estruturação:

> "as relações de parentescos que nas sociedades pré-modernas proporcionava um modo estável de organização das relações sociais, através do tempo e do espaço orientando os parentes a agir e se portar no lugar circundante, se alterou. O compromisso, dos parentes que antes cumpriam com uma gama de obrigações para com indivíduos que não precisavam, necessariamente, ter simpatia, está se afrouxando" (DAMIÃO, 2011, pág. 64)

Desse modo podemos perceber que, mesmo que esta confiança seja formadora e fortalecedora de laços e vínculos de interação, a *segurança ontológica* não é necessariamente pura.

Ora, ao considerar a *segurança* entre indivíduos, pode-se supor que tais se relacionem e se respeitem por puro respeito ou validade mútua. Mas, essa atribuição de sentido recíproco ou que fortalece segurança e molda expectativas, se desenvolve como lógica interna, uma interiorização de condutas e noções que podem ser recorridas e transpostas durante as relações sociais, um sentido de "mão única". A internalização, que produz um sentimento de conformidade e pertencimento, não se fixa puramente no estabelecimento de unidade e

coletividade pelas partes, “o fato é que não se trata especificamente da quantidade e qualidade do amor que destina”, as partes envolvidas nas interações nem precisam, exatamente, formar laços sanguíneos e afetivos tão ricos e estabilizados por familiaridade, “e nesse caso, trata-se da repetição, da presença constante, do hábito, da rotina” (NEITZEL, 2019, pág. 213).

O que promove a *segurança* é o tempo desprendido. O uso, a constância, a forma de se constituir relações duráveis e contínuas, são esses o caráter para o fortalecimento e a permanência da *segurança ontológica*. O rompimento espaço-temporal decorrente do *efeito colagem* (GIDDENS, 2003), que aproxima realidades diversas, mediante o avanço tecnológico-comunicativo, promove *desencaixe* à segurança ontológica estabelecida. Ora, "por desencaixe me refiro ao deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço" (GIDDENS, 1991 pág. 36). O desenvolvimento tecnológico rompe as lógicas internas de comunidades e/ou coletividades, não mais as *identidades* e vínculos se restringem ao que se encontra estabelecido de forma espacial, pelas relações que ocorrem no cenário e no tempo em que compartilham. O rompimento espaço-temporal fere a formação de vínculos contínuos, influencia o sentimento de pertencimento e na elaboração de identidade individual.

O que se entende pelo rompimento espaço-temporal é suas influências nas vivências. Com a heterogeneidade de valores articulados, em sistemas e por instituições díspares, a cognoscitividade opera em níveis não antes influenciados pela exposição de formas de se fazer e entender práticas e lógicas. Entre valores abstratos, podemos entender que o desenvolvimento de mudanças, mediante as interações e lógicas múltiplas, “consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz da informação renovada sobre essas próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente seu caráter" (GIDDENS, 1991, pág. 36).

Entre o rompimento desenvolvido pelas mudanças, aspectos positivos e negativos podem ser encontrados. Na *Teoria da Estruturação*, compreende-se o cenário contemporâneo como hiper institucionalizado, com multiplicidade de lógicas e signos estruturados, operados por instituições e sistemas de diversas frentes. O *Risco* é consequência fabricada na intenção de *avanço*, até mesmo provoca ruptura com os focos de confiança e *segurança ontológica*, são mecanismos que possibilitam o *desencaixe*, um afastamento do *pertencimento* e a mudança no agenciamento da *identidade*. Tal como o *efeito colagem* que rompem com lógicas espaço-temporais, a existência de sentidos abstratos formalizam o *desencaixe*. Exemplo é o conceito de *Sistemas Peritos,* que são "[...] sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos

hoje" (GIDDENS, 1991). Tais sistemas não se encontram imersos em relações famílias, cosmologias e tradições, focos de confiança e segurança previamente estabelecidos, mas como *sistemas* que, *estruturados* com suas próprias lógicas, normas e signos, perpassam por diversos *sistemas*, interações e coletividades.

Os *sistemas peritos* são mais do que um modo de se organizar áreas da vida social, estes operam e articulam práticas, lógicas e signos. Ora, o ordenamento cognitivo do sujeito, que na modernidade se encontra entre uma *segurança ontológica* e uma *sociedade de Risco*, se encontra imerso à *sistemas peritos*, que, organizados em conhecimentos, técnicas e saberes, rompem com lógicas e delimitações espaço-temporais. Logo, necessário se faz observar a influência do *efeito colagem*, do *desencaixe* e da busca pela *segurança ontológica*, no agenciamento da *identidade* subjetiva e da compreensão do *pertencimento*. O acesso à *sistemas peritos*, ao mesmo tempo que põe em crise relações de parentescos, cosmologia e tradição, os focos de segurança, estabelecem novas hierarquias, com funcionalidades lógicas e práticas, que, ordenadas e articuladas em instituições estruturadas na vida social do sujeito, agem na *cognoscitividade* e a *experiência* do mesmo.

Já na *Sociologia da Experiência*, observa-se a *Desinstitucionalização.* O enfraquecimento das forças institucionais, na interiorização de normas e lógicas, conduzidas pela *hibridação* de sentidos, compõem uma crise na cognoscitividade do indivíduo. A justaposição dos três sistemas elencados por François Dubet (1994), formula a experiência do sujeito frente às interações sociais. Em diversos níveis, os sistemas da *comunidade*, da *competição*, da *cultura*, influenciam para mais ao menos a depender da experiência do sujeito, como as redes de *interconhecimento*, os laços afetivo-familiares são estabelecidas, como os recursos privados e estruturas sociais são usadas e apropriadas pelos sujeitos e como se apropriam, consomem e entendem a própria cultura, tradição e conhecimentos prévios da comunidade ou coletividade que fazem parte. *Sistemas* e sentidos que perpassam por expectativas de comportamento, põe em crise experiências compartilhadas pelas redes de comunicação e novas tecnologias de informação e médias. Há a compreensão da existência do *monitoramento* sobre o sujeito, frente à *hibridação* de formas e conteúdos compartilhados.

Independente de como se narra a sociedade contemporânea, o que se pode compreender, com essas duas teorias analíticas, são as mudanças e os arrebatamentos que a heterogeneidade, promovida pelos avanços tecnológico-comunicativos, provocam nas interações sociais rotineiras. Pela *reflexividade*, que permite o indivíduo articular lógicas e práticas, pela sua própria cognoscitividade, agenciando práticas e discursos. Ou pelo *conflito* que proporciona uma ruptura sobre a alienação da experiência compartilhada pelas redes de

comunicação e informação. Ambas as teorias descritivas servem para exaltar a subjetividade e objetividade do sujeito no cenário contemporâneo, ilustrando a influência de instituições e sistemas sociais na estruturação da *consciência* e na *experimentação*.

Assim, o *conflito* ganha importância no texto. Derivado do mesmo processo da contemporaneidade, na *hibridação* de valores, a *desinstitucionalização* ocorrida pelo afrouxamento das forças institucionais, *conflito social* (DUBET, 1994) é decorrente da prática subjetiva contra a possibilidade de exclusão, onde este luta por ter autonomia sobre a forma discursiva e prática. É uma ação do indivíduo contra as forças que tentam alienar de suas próprias vivências, que surge decorrente da capacidade reflexiva, um desenvolvimento cognoscente. O conflito pode pôr em crítica a segurança ontológica, com suas experiências subjetivas e o modo que se põe em discurso sua identidade individual. Sem melhor forma de se dizer, "essa formação de si não é somente um processo constante de instrumentalização do sujeito para atuar no mundo material, mas, acima de tudo, um processo de constituição de seu espírito" (NEITZEL, 2019, pág. 211).

O desencaixe é a ruptura, o conflito é a crítica, a segurança ontológica é o pertencimento. A multiplicidade de formas institucionais distintas ou a fragilidade que essas mesmas formas podem ser encontradas na realidade objetiva, são formas de entender o processo subjetivo que ocorre na reflexão individual. Entre a busca pela segurança ontológica ou pelo "fazer e ser visto", respaldar suas experiências e sua subjetividade, é desenvolver uma reflexão em relação as interações sociais rotineiras, os vínculos de pertencimento, sobre sua própria identidade. Mesmo entre a heterogeneidade e disparidade de lógica e normas, de instituições e sistemas, a capacidade de reflexividade subjetiva age na construção de identidade e ressignifica o sentido objetivo, construído e socialmente internalizado. Mas, sendo intrínseco ao ser humano - em demasia na juventude pelo seu momento em específico - a capacidade reflexiva cognoscente se desenvolve pelo conhecimento e cuidado de si, compreendendo os significados de suas experiências, junto às formas e conteúdos compartilhados.

3.2.2. Ser Da Roça ou Estar Na Roça

Nesse momento se faz necessário entender o processo de *Sociedade do Risco* e *Desinstitucionalização* no contexto da zona rural. Dentro da proposta que apresento, a ideia é discutir a subjetividade e objetividade do ser, no contexto sócio-espacial, a *zona rural*, e entre as interações sociais por grupos e/ou coletividades, a *juventude*. Ora, a ideia é pôr esses conceitos para serem trabalhados em torno da lógica de relações familiares, laços afetivos e tradições, focos da *segurança ontológica.* Além de considerar os *sistemas* de comunidade e

cultura, para compreender suas influências nas experiências sociais. Que, por sua vez, encontram objetividade na *cognoscitividade* do sujeito, no agenciamento da *identidade* e na compreensão sobre o *pertencimento*.

Ora, evidente que as instituições e estruturas se encontram presentes nas *zonas rurais*. Diversas interações sociais - de dimensão micro e meso - se encontram estabelecidas e estruturadas pelo espaço-tempo, antecedem e fomentam a elaboração de normas e a interiorização de *conteúdos e formas*. Pode-se encontrar signos e práticas que são compartilhados pelas relações familiares, ordenados como foco na segurança e confiança, perpassando sistemas de experimentação social, que exaltam sentidos de laços e redes de *interconhecimento* (WANDERLEY, 2009) como consequência, de eficácia no *monitoramento reflexivo da atividade* (GIDDENS, 2003).

Porém, antes de focar no *pertencimento* e relações de familiaridade, apresento a institucionalização do caráter "urbano". No exemplo de ilustrar essa característica promovida por instituições sociais, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker (2008) afirma o caráter "urbanocêntrico" da educação formal, com lógicas, articuladas dentro da instituição escolar, que transpassa valores e signos que exalta o caráter urbano ou amplifica a dicotomia entre o urbano-rural. Mesmo que o foco não seja abordar uma instituição e sua constituição, essas possuem grande influência no ordenamento da vida social. Ela preexiste no espaço-tempo e articula interações sociais, agem sobre os processos de sociação e na promoção de sociabilidade, ainda mais levando em consideração o papel da escola, nos desdobramentos das experiências do jovem que se encontra inserido nesse espaço.

Para além de uma instituição que articula valores, abordo a conceituação de espaços que já predizem certos sentidos. Ao ponto de entender os espaços e as "zonas" geográficas no melhor jeito possível, narrar as mudanças contemporâneas e suas influências nas interações sociais, acredito que "é preciso superar o estereótipo que se faz do rural como sinônimo de agrícola, de atraso, de natural; ao passo que o urbano é visto como sinônimo de moderno, de progresso, de sede industrial e tecnológica" (SILVA, 2012, pág. 52), uma construção de lógica que prediz valores sobrepostos, uma dicotomia entre os espaços. Mais que diferentes, as descrições e características são hierarquicamente estabelecidas, onde o espaço rural perde espaço e valor quando é visto como atrasado e arcaico, no sentido inferior ao que é atual e inovador.

Não apenas no imaginário subjetivo que são articulados essas lógicas e signos, mas no próprio meio conceitual-analítico. No texto *As Redefinições do "Rural"*, como o título sugere, tem o foco de entender esse conceito que carrega tanta construção de valor e caráter, que se

manifesta intrinsecamente naqueles que pertencem ou operam sobre o mesmo. É apresentado que, entre as ciências humanas, "[...] temos autores que consideram o rural em processo de extinção e por isso mesmo destinado a ser somente um continuum do urbano [...]" (SILVA, 2012, pág. 50). Essa já foi apresentada no segundo capítulo, onde a passagem entre zonas rurais-urbanas são sentidas de forma amenizada e sobrepostas, como difíceis de delimitar onde começa um e termina o outro. Porém essa abordagem prediz outro sentido, aquele que o "rural", que se encontra inferiorizado a partir de lógicas e conceitos hierárquicos, perde espaço, se apequena sob o avanço e o crescimento necessário do urbano, que não há apenas *continuum* e amálgama entre espaços e conceitos, mas a vitória de um sobre o outro.

Nessa perspectiva dicotômica que estabelece valores hierarquizados entre a conceituação de zonas espaciais, me inclino, muito influenciado pelas pesquisas de Maria Nazareth de Baudel Wanderley (2009), em abdicar-la. Pois, em contrapartida, há um discurso teórico-metodológico que "identifica as transformações profundas por que passa a modernidade, mas entende que o rural não se 'perde' nesse processo, ao contrário, reafirma sua importância e particularidade" (SILVA, 2012, pág. 51). Mais do que um viés descritivo e analítico, esse pressuposto apreende as relações de transformação da contemporaneidade e observa suas influências nas mudanças nas interações sociais e nas lógicas e normas compartilhadas, tais aspectos que agem sobre a configuração de *experiências* compartilhadas e ordenamento da *consciência* discursiva-prática.

Entre características que Tânia Paula da Silva traz em seu texto, com o foco de desconstruir a lógica dicotômica entre urbano-rural, sobre um ser tecnológico, outro arcaico, um moderno, outro atrasado, condiz estritamente com o discurso atual do texto. Porém, mesmo auxiliando na ruptura da perspectiva que fortalecem hierarquias de valores e tipo, a pesquisa que realizo não se baseia a partir de uma ordem econômica ou o modo de operação e recursos desprendidos para efetivação na indústria. O que se faz necessário, com o discurso desenvolvido pela autora (2012), é a compreensão de que o atual "rural" condiz com uma ordem própria, que desenvolve interações e lógicas próprias, mas, ao mesmo tempo, se configura de forma hierarquizada, por intermédio de valores espaciais, seja interno ou externo, disparidades que influenciam o próprio discurso e desenvolvimento de experiências de atores e agentes que se encontram nesses espaços. E, junto a isso, prediz um entendimento analítico e metodológico, onde passa a existir uma pluralidade de "zonas urbanas e rurais", como apresentado por Paulo Roberto R. Alentejano (1997, pág. 43).

Mesmo que haja especificidades e ordenamentos próprios em lógicas e práticas locais, a modernidade trouxe efetivas mudanças na sociabilidade e socialização dos indivíduos. O

advento da informática e desenvolvimento tecnológicos, que mudaram o modo de se comunicar, transforma as interações sociais, a própria *autonomização de conteúdos*, afetando à *experiência* e *consciência* subjetiva, promovida pelo *efeito colagem*, que rompe as relações espaço-temporais (GIDDENS, 2003). Solange Prediger (2009) ao analisar as consequências das formas midiáticas televisivas na vida dos jovens rurais, descreve uma dupla identidade postural e no uso de signos - como já discutido por Dayrell (2003; 2007) sobre a multifacetada forma de pôr em discurso o que se é e como se vê - "isso mostra que a identidade do jovem rural é construída constantemente, sendo que no campo ele possui uma identidade e na cidade, outra" (PREDIGER, 2009, pág. 7). Talvez o jovem nem precise estar, fisicamente, em contatos constantes com zonas urbanas ou círculos de interação oriundos desses espaços. Porém, o que Prediger apresenta, é a influência midiática e a forma que jovens moldam suas identidades individuais "adequando-se" nos espaços.

Formações de múltiplas identidades se traduzem na forma que são dadas as interações rotineiras, a compreensão dos espaços, do discurso e prática, ordenados pela cognoscitividade. Sentidos e valores que podem ser postos na realidade social de diversas maneiras e podem ser discursivamente apreendidos em diversos significados. No trabalho de Solange Prediger, devido a multiplicidade de identidades possíveis a serem acessadas, observa que, ao mesmo tempo, a identidade rural do jovem pode ser "[...] caracteriza como sendo um indivíduo que valoriza o campo, a família e as pequenas práticas de lazer, as quais o torna unido aos amigos e aos valores rurais", e, de outro, seja física - com a circulação rotineira entre os espaços - ou virtualmente - mediante os avanços tecnológicos e midiáticos - "[...] o contato mantido com a realidade urbana e grupos sociais distintos fazem com que este jovem também forme outra identidade, na qual ele se identifica com práticas urbanas" (PREDIGER, 2009, pág. 9).

Pode-se tirar algumas reflexões. A primeira, se desdobra em torno do sentido da *identidade*. Como visto, a *identidade* é sentido subjetivo, é desenvolvida pela capacidade *reflexiva*, como o indivíduo se auto-interpreta, mediante suas interações e o espaço que compartilha, ordenando e articulando símbolos que prediz lógicas e sentidos, a própria agência da cognoscitividade (GIDDENS, 2003). Que, estabelecidos e desenvolvidos em círculos e espaços de interação, perpassam por valores compartilhados com grupos e redes de *interconhecimento* (WANDERLEY, 2009), onde são construídos como laços afetivo-familiares, que fortalecem a *segurança* entre as partes. Mas, no cenário moderno, há um rompimento espaço-temporal que age sobre a *consciência subjetiva* e na experimentação. As interações e espaços sociais, com suas *formas* e *conteúdos* pré-estabelecidos e compartilhados de forma rotineira, prediz influências significativas no desenvolvimento de

experiências sociais, nos *processos de socialização*, na promoção da sociabilidade e na internalização e exteriorização da consciência, em níveis práticos e discursivos, pelos atores e agentes.

A segunda se concentra na multiplicidade em torno da *experiência*. Pois, a *autonomização de conteúdos* de ordem heterogênea, possibilitada pelas mudanças contemporâneas, influencia o discurso e a prática, ordenada pela cognoscitividade, do indivíduo *jovem*. Logo, o *estar* na roça ou o *ser* na roça se configura de modo diverso - como em qualquer outro espaço objetivado. A *identidade,* o *pertencimento,* a *experiência,* a *cognoscitividade*, são influenciados, não só, pelas estruturas, sistemas e instituições pré-existentes, que ordenam e articulam práticas e lógicas - muitas vezes hierarquizados. Mas, também, como os próprios sujeitos consomem e desenvolvem suas interações, por meio das redes de *interconhecimento* existentes e pelos *recursos* oriundos de forma privada. Tais mecanismos podem facilitar novos acessos e apropriações. Seja nas estruturas organizadas e pré-estabelecidas no espaço-tempo, ou nos meios que possibilitam uma compreensão e adequação de práticas e lógicas pretendidas a serem internalizadas.

E, por fim, podemos observar uma estruturação sobre lógicas e práticas. Ora, no que até agora foi discutido, podemos observar um *sistema perito* (GIDDENS, 2003) que organiza, não só, lógicas e práticas em instituições, como na própria conceitualização do espaço em si, seja para zonas rurais ou urbanas. Ao ponto que, transformado pelas novas tecnologias, a *sociedade de Risco* surge como rompimento, a certos níveis, de sistemas de experimentação e dos focos de segurança ontológica. Mas, ao mesmo tempo, mediado pela segurança ontológica e pelo sentimento de pertencimento, formalizado nas relações familiares e interações sociais rotineiras, estabelecidas entre diversos níveis no *sistema* de *comunidade* e *cultural*, o sujeito juvenil desenvolve múltiplas percepções e agenciamentos, com o intuito de se apropria e articular as lógicas, práticas e signos que possui.

3.2.3. Juventude Rural ou Jovem e Roceiro

Volto-me a pensar objetivamente no processo de identificar, a partir de outros autores e pesquisas empíricas, a ideia de *jovem* e *rural*. Seguindo com o que foi desenvolvido até o momento, enfatiza-se a não dicotomia entre "espaços geográficos", enquanto exalta as interações sociais estabelecidas pelos sujeitos. Desse modo, têm-se os trabalhos etnográficos realizados por Elisa Guaraná de Castro (2005; 2009a; 2009b; 2016), já mencionado anteriormente, com foco em jovens na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Entre as características espaciais específicas onde foi feita a pesquisa, a autora apresenta que a região permitiu "um mergulho" entre "os universos rural e urbano", podendo-se observar que mesmo

próximos espacialmente, mostravam-se "distanciados pela reprodução da hierarquia" entre os espaços e valores construídos neles e por eles.

Mais do que isso, a existência, seja na zona rural ou urbana, de uma (ou mais) consciência(s) coletiva(s), que ordena lógicas e discursos, há o processo de apropriação e internalização. Seja na construção *multifacetada* da identidade, por conta dos círculos e vínculos estabelecidos (DAYRELL, 2003; 2007), no *efeito colagem,* que rompe lógicas espaço-temporais, influenciando a consciência individual (GIDDENS, 2002), na *hibridação* de sentidos (DUBET, 1994). E, mais especificamente no contexto trabalhado, as variadas formas da *identidade jovem* em espaços urbanos e rurais (PREDIGER, 2009). As pesquisas etnográficas de Elisa Guaraná de Castro formaliza e identifica, de modo empírico, o processo do agenciamento de *identidades* e na articulação de práticas e discursos de forma cognoscente. Pois, de acordo com a autora:

> "Morar no assentamento rural onde as relações são mais próximas, e frequentar outros espaços, considerados 'urbanos' ou 'rurais', implica constantes negociações quanto a percepções sobre essas diferentes realidades. Embora não utilizem o termo 'jovem rural', os que se autodenominam jovens constroem sua identidade em diálogo com imagens de um universo rural e espaços 'urbanos', em um 'bricolage' que configura auto-percepções sempre em movimento, através de um diálogo marcado pelo tempo e no espaço" (CASTRO, 2009a, pág. 191)

Logo, pode-se pensar em duas consciência coletiva operando no processo de socialização e na prática de sociabilidade do sujeito, enquanto há a operação de estruturas e instituições nas interações sociais. Nesse sentido, relembro o que foi desenvolvido no primeiro capítulo na compreensão da "ação" na Teoria da Estruturação. Pois, entre os adjetivos usados para descrever os indivíduos e os espaços - rural e urbano - se encontram articuladas e ordenados, de modo cognoscente nos sujeitos, discursos e lógicas dotadas de significados que, por serem reproduzidos e assimilados durante *à durée* da vida cotidiana, podem se constituir como um "fluxo de ação", ocorrendo consequências objetivas e subjetivas, agenciadas ou não, que podem ou não, sistematicamente realimentar-se (GIDDENS, 2003, pág. 9). Isto é, a dicotomia entre zona rural e urbana, as características postas, atrelando uma como "atrasado", outra como "moderna" (SILVA, 2012, pág. 52), produz e *cristaliza* (ELIAS, 1994), de modo intencional ou não, uma prerrogativa sobre os espaços e sujeitos que neles vivem e compartilham. E ambos os sentidos, *cristalizados* nas consciências coletivas, são articulados pelos *jovens* para o agenciamento de suas *identidades*.

Mas ainda há estruturas e instituições prévias, usadas e articuladas por sujeitos e grupos, agenciadas com propósitos e hierarquias. Não se abstrai a lógica que "as propriedades de sistemas sociais são, ao mesmo tempo, meio e fim das práticas que elas recursivamente

organizam" (GIDDENS, 2003, pág. 30), podendo se constituir de modo hierárquico e influenciando interações sociais e consciência prática-discursiva. Certas instituições, como Dulce Consuelo Andreatta Whitaker (2008) desenvolvem em relação à educação formal, podem acabar transpassando valores e signos "urbanocêntricos". Similarmente, Elisa Guaraná de Castro discorre partindo dessa mesma característica quando a vista que, mesmo exaltando-se a categoria *jovem rural* como sujeitos políticos, "este 'novo ator' é pouco conhecido e ainda muito negligenciado pelas pesquisas sobre o tema juventude. Juventude rural também não se apresenta como foco prioritário para as políticas públicas de juventude" (CASTRO, 2009a, pág. 183).

E é por meio desse processo, *cristalizado* em instituições e sistemas, mas, nem sempre, articulados pelo agenciamento do sujeito, que se pode observar, a visão *estigmatizante* do *rural* na pesquisa etnográfica de Elisa Guaraná de Castro (2009a). A autora utiliza o conceito de *estigma* de Erving Goffman (1988), para apresentar e enfatizar a reprodução da hierarquia entre valores e lógicas rural/urbano. Percebe-se nessas reproduções de valores, que perpassam por instituições e interações sociais, certos níveis de desvalorização, seja por residir em espaços rurais, refletindo e diferenciando-as, e considerando, também, o que tange às condições de vida dos sujeitos. Logo, o estigma que "marca quem mora nessas áreas rurais é manifestado pela classificação de morar mal, para quem é morador de áreas associadas ao meio rural, em oposição a morar bem, para quem reside nos centros urbanos" (CASTRO, 2009a, pág. 192).

Assim se identifica o cenário múltiplo e a *hibridação* de *conteúdos* (DUBET, 1994) que perpassam o *jovem*. De um lado há o *estigma* construído de "fora para dentro", isto é, do "urbano" para o "rural", pois os jovens, como constata Elisa Guaraná de Castro, "são estigmatizados em espaços urbanos através de identificações como o uso do termo roceiro", e, de maneira inversa, os mesmos sujeitos "são tratados como 'muito urbanos' para terem interesse pela terra" (CASTRO, 2009a, pág. 194). Tal descrição configura-se, ao mesmo tempo, uma dupla e única *consciência coletiva*, pois há lógicas e discursos ordenados pela cognoscitividade humana nos dois espaços, articulados durante e pelas interações, que, por sua vez, exalta e reafirma a dicotomia entre "zonas" e suas lógicas e práticas internas, enquanto exprimem seus próprios sentidos e significados à realidade externas.

Essa configuração serve para entendermos aspectos que podem ser descritos como crítica ou pertencimento. Ora, como já exposto, tanto com a *Sociedade de Risco,* de Anthony Giddens (1999; 2002; 2003) e no processo de *desinstitucionalização*, de François Dubet (1994), o que se percebe é a justaposição de sistemas e estruturas que interferem no respaldo

“completo” das instituições sociais para com esses indivíduos, que estão imersos a heterogêneas interações e influências.

É sobre essa justaposição que se revelam as *experiências* compartilhadas por esses *jovens rurais*. Entendendo que as “barreiras” entre o “mundo rural” e o “mundo urbano” são invisíveis e intransponíveis, experimentadas e construídas a partir das interações sociais. Elas se formalizam pela distância, não apenas física, mas “entre as possibilidades que o campo e a cidade oferece”, e, ao mesmo tempo, pelas “as construções identitárias, a partir de múltiplas trajetórias e referências’’ (CASTRO, 2016, pág. 200). O agenciamento das *identidades,* a cognitividade nas *experiências vividas*, estão permeados pela justaposição de *sistemas* e *focos de segurança* em diferentes círculos de interação e espaços sociais, que são percebidos como “urbanos” e “rurais”. E estes se encontram, internamente, configurados e ordenados “por relações de autoridade e hierarquia, tanto na família, quanto nas esferas coletivas de organização [no caso discutido] (no) assentamento e (nas) comunidades rurais" (CASTRO, 2009a, pág. 204).

Os exemplos, obtidos pela pesquisa etnográfica, apresentados por Elisa Guaraná de Castro (2005; 2009a; 2009b; 2016), ilustram bem o cenário de *justaposição* de sistemas e as consequências para com o *jovem rural*. As observações da autora descrevem as *experiências* de vida, em certos níveis, dos jovens em seus círculos e interações, na “desvalorização” e “estigma”, de ordem externa, ou na “subordinação”, de ordem interna. Tais observações podem dar a entender que haveria um abandono ou “abraçamento”, a preferência, seja por qualquer motivo, não é algo puramente anexado nas interações e experiências apresentadas pela autora. Pelo contrário, a circulação da juventude rural entre os espaços é desenvolvida por múltiplas razões, nem mesmo significa a “saída” ou preferência de um espaço ao outro. Tal como apresenta Maria de Nazareth Wanderley (2009), discutido no capítulo anterior - não só - os jovens conservam círculos e vínculos para obter “o melhor dos dois mundos”.

Logo, mesmo na justaposição de lógicas e práticas, a dicotomia entre esses espaços, a partir das análises e descrições feitas pelas autoras, são mais complexas que a pura crítica e aversão de uma para a outra. Pensar imigração e êxodo rural, como muito aborda Elisa Guaraná de Castro em seus textos, é para além da atração pela cidade por esses sujeitos. Então, se faz necessário evidenciar que, no cenário descrito, “a realidade cotidiana que atinge a pequena produção familiar recai fortemente sobre os ‘jovens rurais’” (CASTRO, 2009a, pág. 205). E, ao mesmo tempo, há as construções internas de hierarquia, marcadas fortemente pela autoridade paterna, “essas relações são reveladoras das construções e disputas de significados da categoria juventude rural, e da posição que os assim identificados ocupam na

hierarquia das relações sociais" (*Ibid.*).

Ser jovem no meio rural brasileiro implica, a partir dessa leitura, na justaposição de sistemas, de lógicas e discursos díspares ordenadas por consciências coletivas, no agenciamento de *identidades* múltiplas, na existência de posições hierárquicas, internas e externas, de valores, interações e atores, enfatizados pela forma que o indivíduo é e acaba sendo identificado. A falta de acesso a bens e serviços, na precariedade e carência, a certos níveis, pode não mais ser a realidade de toda a zona rural brasileira - levando em conta as grandes diversidades entre os espaços e pessoas que nela habitam. Mas, ainda se configura como um espaço de "reivindicações" e disputas, como "a educação do/no campo é um exemplo, como o é a centralidade da reforma agrária e da mudança de padrão de desenvolvimento nas reivindicações da juventude rural organizada" (CASTRO, 2016, pág. 205). E, também se faz os espaços de produção de conhecimento científico e acadêmico sobre o assunto.

As *juventudes,* imersas em questões de *ruralidades,* são para além de um *tipo* de identidade. Ora, como categoria, o *jovem rural* é objeto de pesquisa e sujeito aglutinado de sentidos políticos e culturais. Evidência, Elisa Guaraná de Castro, que esta categoria "está diretamente associada a uma determinada população rural no Brasil, que engloba pequenos produtores pauperizados e sem-terra, a chamada agricultura familiar, os assentados de reforma agrária, camponeses e os trabalhadores rurais assalariados" (CASTRO, 2009b, pág. 59;60). Precários são as análises do *jovem rural* para além desses recortes. Tal como ocorre em grandes centros, há sujeitos que encontram disparidades sociais, muito enfatizado pela autora sobre papéis de gêneros, sexualidade, mas há disparidades ligadas à recursos econômicos-financeiros, escolares, profissionais, raça e etc., variáveis sociais que influenciam as interações e estruturas sociais.

A própria *juventude rural* possui heterogeneidade em seu cerne, para além de interação e círculos formados em espaços díspares. Essa categoria social está ligada aos jovens filhos de grandes proprietários rurais ou similares, a grupos e coletividades que são associados ao mundo rural (indígenas, ribeirinhos, quebradeiras-de-coco, seringueiros - *exemplos da autora*).

> "A própria configuração da categoria juventude rural no Brasil, de certo modo, tem refletido uma percepção de mundo rural, ou, ainda, mundo não-urbano, que tende a reproduzir processos de homogeneização da categoria juventude, a partir de suas categorias sociais mais consolidadas: agricultura familiar e campesinato" (CASTRO, 2009b, pág. 60).

Definida por uma "identidade contrastiva", onde as relações hierárquicas entre as

lógicas e práticas da cidade e do campo, subordina a última à primeira. Por meio desse processo, respaldado por sistemas e instituições, o viés urbano torna-se referência ao nortear pesquisas para com o espaço e sujeitos, que elegem pesquisas voltadas para "o 'problema' da permanência ou a saída do campo".

Nesse sentido que se deve pensar, tal qual a "Escola do Campo", o *jovem rural*. Isto é, não apenas como adjetivo ou modo de evidenciar espaço vivido e histórico familiar, mas entendendo-o para além de visões exteriores, articuladas por sentidos e explicações de sentidos que acabam refletindo valores e lógicas a esses sujeitos. Como Elisa Guaraná de Castro (2005; 2009a; 2009b; 2016) desenvolve em suas pesquisas e textos, exaltar o *jovem rural* é entender essa categoria social imersa à suas próprias experiências sociais, possuindo suas próprias interações hierarquizadas, articulando lógicas e discursos de modo subjetivo, agenciando sua auto-identidade. Por fim, entender o *jovem rural* é o por como ator político e social na realidade social.

4. SOCIABILIDADE, CÍRCULO E REPRESENTAÇÃO

Este capítulo visa apresentar as interações sociais, utilizando da análise teórico metodológica, pela dimensão *micro*, no face-a-face, considerando os aspectos da modernidade e sentidos teóricos e conceituais que foram levantados até o momento. Ao partir do referencial bibliográfico, quero descrever e elencar conceitos que podem possibilitar uma maior compreensão do processo de socialização e no desenvolvimento da sociabilidade. Não é pretendido por a *agência* do indivíduo propriamente dita, mas compreender como esta pode ser mensurada e ordenada pela prática e pelo discurso compartilhado pela coletividade, por meio da abstração e do traçado teórico-lógico feito.

É possível observar, desse modo, a importância das relações *micro* para as interações sociais. Além de influenciar as experiências vividas e a consciência subjetiva, o jeito pelo qual são operadas as representações, as atividades e as lógicas, compartilhadas durante o espaço-tempo, de forma constante, cotidiana e rotineira, são essenciais para se compreender o próprio *agenciamento* e formação da *identidade*.

Intensifica-se ao discutir em torno das lógicas que norteiam o trabalho, a *zona rural* e a *juventude.* Mais do que descrever formas e práticas de interação, a prerrogativa é apresentar as possíveis formações de *equipes*, as *representações* estabelecidas entre sujeitos em *co-presença*, compreendendo as características do espaço-tempo, a *região* e *cenários* que estes desenvolvem suas atividades e se apropriam ou internalizam símbolos e lógicas. Logo, utilizarei da teoria de Erving Goffman (2002), me valendo da lógica e abstração conceitual, para discorrer sobre a interação face-a-face - relações na dimensão micro. Considerando, e correlacionando com os outros capítulos, aspectos sócio-espaciais, como a dimensão da *zona rural,* onde conserva-se aproximação física e afetiva, e o imaginário da *juventude,* como assimilam atividades, constroem ordenamentos e desenvolvem suas práticas e discursos. Para, assim, discutir a influência das estruturas sociais existentes nos indivíduos e as possíveis alterações subjetivas que se encontram em constante construção.

4.1. ROTINIZAÇÃO E EXPERIÊNCIA

A partir do que foi descrito e apresentado nos capítulos anteriores, certos sentidos foram expostos no *processo de sociação* (SIMMEL, 2006) e a prática da sociabilidade

desenvolvida pela experiência (DUBET, 1994) e fortalecida pela rotinização da vida prática (GIDDENS, 2003). Mas esses sentidos se desdobram de forma empírica sobre vários aspectos da vida do indivíduo, manifestada aqui na ideia do *jovem.* Logo, nesse momento, me volto precisamente na questão da influência da socialização e sociabilidade, as interações predispostas no espaço social, na experiência desenvolvida e compartilhada pelos jovens na rotinização da vida prática, de forma mais objetiva.

4.1.1. Socialização Deslocada

Dois pontos são centrais para a realização dessa pesquisa sobre interações sociais, as variáveis jovem - como grupo e dotado de sentidos próprios - e *zona rural* - como espaço objetivado, dotado de especificidades e qualidades teórica-funcionais. Ora, tendo isso em mente, podemos propor um aspecto de suma importância, o modo que tais indivíduos sentem e se relacionam com terceiros no espaço-tempo compartilhado.

Antes de aproximar a abordagem teórica com as interações sociais em dimensão micro (sujeito-sujeito), evidencia-se o conceito de *região*. Em *A Representação do Eu na Vida Cotidiana* (2002), Erving Goffman descreve aspectos da vivência social para compreender o processo de formação e de desenvolvimento das interações interpessoais rotineiras nos mais íntimos detalhes. Entre os diversos conceitos que podem operar sobre ordem subjetiva e objetiva da vida do sujeito, a *região* surge aqui com importância central. Ela não apenas delimita variáveis que podem ser feitas e levantadas durante a conceituação do objeto, mas devido a possibilidade de aproximar os conceitos teóricos, dotados de certa abstração, para formas empíricas e objetivas.

Ora, entre o processo de socialização e o desenvolvimento da sociabilidade, as restrições espaço-temporais estão postas. Tendo isso em mente, pode-se delimitar as influências de variáveis na promoção da vida e na interposição da consciência individual. Assim, tomo a expor que "uma região pode ser definida como qualquer lugar que seja limitado de algum modo por uma barreira à percepção" (GOFFMAN, 2002, pág. 101). Não apenas de modo conceitual ou passível a restringir um espaço objetivado ou grupo em um contexto social, servindo como método restritivo, mas entendendo as influências predispostas e compartilhadas pelas relações cotidianas ordenadas sobre os próprios sentidos de espaço-tempo.

Porém, as restrições espaço-temporais não podem ser entendidas e exemplificadas por contextos ou delimitações objetivas. Seja na *Teoria da Estruturação* ou na *Sociologia da Experiência*, os conceitos de espaço e tempo já foram entendidos como dotados de qualidades que extrapolam suas próprias limitações, isso quando postas no caráter subjetivo e nos

diversos modos que as interações sociais podem se desenrolar. Assim, a restrição dada pelo conceito goffmaniano é de caráter objetivo quando posto em um cenário específico ou articulado durante uma interação social. Isto é, perpassa pelo modo em que as relações interpessoais são compreendidas e desenvolvidas em um cenário social, sentida pela experiência vivida e compartilhada, enquanto retroalimenta, a consciência coletiva.

Delimitações espaciais e temporais não restringe a *região* por si, mas, quando posta sobre essa abordagem, a *região* possui limitações intrínsecas a valores e lógicas subjetivas dos indivíduos que ali se encontram. Seguindo esse raciocínio, Goffman descreve que:

> "A impressão e a compreensão criadas pela representação tenderão a saturar a região e a duração do tempo de modo que qualquer indivíduo colocado nesta multiplicidade espaço-temporal estará em condições de observar a representação e ser guiado pela definição da situação que a encenação alimenta" (GOFFMAN, 2002, pág. 101).

É um caráter totalmente posto na forma que o indivíduo se encontra mediante o processo de socialização ao passo que desenvolve suas relações e atividades no cerne da vida social.

Logo, a *região* porta-se de maneira mais ampla. Pois, dentro dessa explicação, o *jovem* que compartilha de um espaço, utilizando os recursos disponíveis no mesmo, se articulando com grupos e coletividades que faz ou não parte, por intermédio dos grupos de interação, se encontra numa *região* limitada por esses mesmos aspectos e sobre suas lógicas internas. Ademais, se faz presente as experiências vividas e compartilhadas por atores e agentes que se desenvolvem em outros grupos de interação e outros espaços, levando a considerar podem haver sujeitos de outras gerações, possuindo construções díspares de consciência individual, em sentido giddesiano.

A *região* implica que os *grupos* e os indivíduos não são apenas o que e como se desdobram fisicamente no tempo e espaço, mas o que se traz de casa. Devido às redes *de interconhecimento* (WANDERLEY, 2009) entre indivíduos e grupos dentro de uma zona mais rural - exaltando suas qualidades intrínsecas - é possível pressupor uma grande familiaridade e, até mesmo, laços sanguíneos estabelecidos previamente.

O parentesco surge de modo importante para ser desenvolvido pela interação social na *região.* Seja como ator ou a plateia - utilizando dos termos goffmanianos - pode ser presumido que, ao serem iniciadas as interações sociais, a primeira impressão já foi dada - claro, havendo o interconhecimento e familiaridade entre as partes. Logo, antes da interação objetiva face-a-face, quando a *região* surge para ser observada e analisada, antevêem o que se sabe do indivíduo e suas ligações de parentesco ou familiaridade com o mesmo. Assim, presumindo

que grande partes dos sujeitos se reconhecem previamente das interações, não chega haver nada de mais perguntas voltadas para questões e ligações de parentesco, isto é, o - talvez - famoso - para moradores e visitantes de zonas rurais - "você é filho de quem?", pergunta que pode se traduzir como sendo de fato o interesse de saber "quem *você* é". Tais modos de se fazer conhecer, ou melhor, reconhecer, podem ser entendidos numa tentativa do locutor saber de onde o "desconhecido" vem e qual é o grau de notoriedade que este possui, talvez até influenciando sua ligação intrínseca a este.

Aqueles que não precisam ser reconhecidos possuem outro modo de circular e adentrar nos espaços e grupos. Aqueles que possuem um grande reconhecimento entre os grupos e indivíduos, interpelam entre os *círculos* de interação pela facilidade do *interconhecimento* dos sujeitos (WANDERLEY, 2009). A aproximação que se tem entre os indivíduos e a fama predisposta entre eles é medida quando, no interior dos *círculos,* tal indivíduo - se assim quiser prosseguir - tem a facilidade de cumprimentar todos aqueles presentes no recinto de modo familiar e, acabará, sendo recebido como igual. Tal reconhecimento enfatiza a familiaridade entre as partes e os vínculos de pertencimento e de ordem afetiva, levando a considerar que aqueles que se cumprimentam com tanto entusiasmo e dedicação se encontram estabelecidos, de modo consciente, como iguais mediante ao espaço e nas relações estabelecidas no momento em que se encontram.

E o reconhecimento não surge apenas de forma prática na vivência, na facilidade de aproximação ou na tentativa de se fazer se conhecer, mas no que se é sabido sobre tal. Pois, na tentativa de se saber "quem *você* é", a resposta se atrela ao seu parentesco reconhecido por aquele que questiona. Devido a rede de interconhecimento promovido pelas interações rotineiras, operadas por *regiões*, sendo guiadas por uma consciência prática e discursiva, o sujeito que acaba de ser conhecido, pode atrelar-se com aquilo que é, previamente, reconhecido por compartilhar familiares e laços consanguíneos.

Nesse mesmo sentido podemos ver que o interconhecimento e o compartilhamento de práticas e discursos - junto a laços sanguíneos e familiares - também possui valor prático. Pois, dentro de uma conversação o discurso proferido pode se manifestar de forma subjetiva. Porém, o caráter prático da vida social ganha forma quando, pelo interconhecimento*,* interações podem ser observadas tomando proporções díspares, fortalecendo ou não laços entre atores e agentes que compartilham dos mesmos círculos e grupos de interações. Logo, o modo que foi feito o reconhecimento entre os sujeitos, devido a interações e *experiências* prévias, doravante das relações com outros que compartilham afetividade, familiaridade, ou laços consanguíneos, se traduzem na forma que essa interação pode se desenvolver. Assim, o

interconhecimento, fortalecido pela aproximação espacial e pela familiaridade e experiência social, estabelece em certos níveis, de maneira prévia, o que um pode achar do outro.

É nisso que se concerne a *região*. Utilizo esse conceito goffmaniano para apresentar algo além do que é visto e compreendido no espaço-tempo. A *região* não se limita e conhece restrições como um espaço geográfico ou construtos físicos onde se desenrolam as interações. Nela se consiste tudo que é perceptível à capacidade cognoscente do indivíduo, daquele que vive e compartilha experiências sociais de modo rotineiro. A *região* sofre influências do processo da *hibridação* de sentidos, da heterogeneidade de valores, lógicas e signos presentes na modernidade, que desenvolve na e pela *experiência social* subjetiva (DUBET, 1994). É desprendida do espaço-tempo, estando passível de sofrer o *efeito colagem,* que aproxima e põe a comparar signos, práticas e normas, podendo até mesmo promover inconsistência entre aquilo que já se encontra estabelecido, o que estrutura as lógicas e normas que são compartilhadas pelas interações rotineiras (GIDDENS, 2002).

Entre o *conflito* juvenil que provoca a cisão ou o fortalecimento de vínculos, na abordagem de François Dubet (1994), ou da busca pela *segurança ontológica* que regressa o indivíduo ao que se é conhecido, na Teoria da Estruturação (GIDDENS, 2002; 2003), a *região* não é só o produto das interações, espaço onde a consciência coletiva ganha sentido prático-discursivo, nem onde a pura experiência se desenrola, mediante a socialização e sociabilidade. A *região* é algo que pode ganhar múltiplo sentido, ainda mais ao se considerar a ordem sistêmica que se observa e se analisa algum aspecto específico e/ou categoria social. Agentes e/ou grupos sociais, articulando recursos e estruturas, podem manipular a *região*, elaborando e concedendo a ela sentidos próprios, por meio da subjetividade cognoscente do indivíduo. Ora, pois, sendo o lugar onde se desenrola a interação de modo limitado, agora sim tendo um valor físico, dotados de caráter espaço-temporal, "o controle da região da fachada é uma medida de divisão do público" (GOFFMAN, 2002, pág. 128). Logo, aqueles imersos à interação, junto a tudo que a convém - lógicas, normas, signos, tipo, papéis, etc. - podem ser operadas de modo a expressar um sentido - talvez escolhido e formado por apenas uma minoria dentro do grupo maior - àquele que se presta atenção.

4.1.2. Sociabilidade Circular

As interações sociais não podem ser definidas apenas por sistemáticas formas de captar conscientemente lógicas, normas e práticas. Junto de definições de sentido espaço-temporais, as interações se constroem em coletividade, operando sobre um ou mais círculos durante a vida do indivíduo. E essa prática da sociabilidade desenvolvida em *ordem coletiva* é o ponto desta seção.

Dessa forma, volto precisamente à definição do conceito - equipe - e sua manifestação objetiva, a forma que se desenrola na prática da sociabilidade cotidiana. Assim, usando das palavras do autor já articulado, esse conceito serve "para me referir a qualquer grupo de indivíduos que cooperem na encenação de uma rotina particular" (GOFFMAN, 2002, pág. 78). Não sendo atrelados por puro compartilhamento de tempo e espaço vivido, mas por uma ordem que sistematiza a consciência discursiva-prática de forma coletiva.

Logo, essa "encenação" possui significados frente às interações. Presente nas vivências coletivas, na prática da sociabilidade rotineira, a "encenação" não é puramente atrelada à falsidade intrínseca dos indivíduos que ali se encontram. Ela significa que tal prática coletiva existe sobre uma ordem que se estende para além do momento vivido em tempo presente. Existe, de forma articulada com as próprias experiências subjetivas, uma interiorização de normas, signos e práticas ordinárias de experiências atreladas à própria coletividade e a *região* em que se encontra. Que passam a predizer expectativas coletiva de comportamento, junto a uma postura individual já estabelecida na encenação que será ou está sendo realizada.

A *encenação*, dessa forma, não pode ser entendida como pura realização cínica do indivíduo. Muito mesmo sendo algo que antecede o próprio ato em si, como uma condução sem freio, onde o indivíduo apenas observa a ação sendo realizada como um espectador da própria vida, inerte às transformações e as ações de terceiros. Mas, o que apresento com os conceitos expostos, é que há papéis estabelecidos em grupos e círculos sociais que escancaram necessidades óbvias para a realização da própria sociabilidade. "Acontece frequentemente que a representação sirva principalmente para expressar características da tarefa que é representada e não as do ator" (GOFFMAN, 2002, pág. 76). Essas tarefas não são apenas importantes para aquele que as executa, mas para todos que ali desenvolvem suas práticas sociais cotidianas. Pois a expressão da tarefa não é compreendida por mera ação realizada, sendo esta de forma consciente ou não - podendo ser entendida como agência do sujeito (GIDDENS, 2003). Mas ela, a *encenação*, se encontra imersa a uma construção coletiva, posta dentro de um cenário, sistematizado por terceiros que encenam suas próprias "tarefas" de representação. Logo, a partir desse momento, é possível elaborar - não de forma pura e plena - a ação individual da ação coletiva. A "tarefa" incrustada na "encenação", conferida ao indivíduo por meio do "papel" frente à representação, é uma prática orientada por uma instância coletiva, compõem uma ação coletiva que o ator se encontra participando

É assim que se pode entender o *ator*. Dotado de qualidades que o conferem a *encenação* do papel dentro de uma representação, orientada por uma prática coletiva. Mais do

que uma representação cínica, mais do que ato encenado derivado de necessidades ou práticas sociais cotidianas, incrustados em papéis, desempenhados de forma - às vezes nem tão - claras e específicas. Necessário, se faz, evidenciar, por meio do arcabouço teórico, que o ator, "presumivelmente interioriza ou incorpora os padrões que procura manter em presença de outros, de tal modo que sua consciência exige que proceda de maneira socialmente adequada" (GOFFMAN, 2002, pág. 79). Tal representação é a manifestação da consciência prática, operando sobre as *expectativas* de papéis que devem ser executados, se ordenando mediante as experiências compartilhadas, que são vividas e experimentadas pelo próprio ator e pela equipe.

De forma categórica, para exemplificar sentidos que podem ser tomados quando articulado o conceito goffmaniano, entendo que:

> "Uma equipe, por conseguinte, pode ser definida como um conjunto de indivíduos cuja íntima cooperação é necessária, para ser mantida uma determinada definição projetada da situação. Uma equipe é um grupo, mas não um grupo em relação a uma estrutura ou organização social, e sim em relação a uma interação, ou série de interações, na qual é mantida a definição apropriada da situação" (GOFFMAN, 2002, pág. 99)

Assim, tal abrangência do termo serve para ilustrar a elaboração e a construção dos círculos sociais desenvolvidos por jovens na vivência cotidiana. Dentro de cenários e espaços que estes indivíduos se relacionam, promovendo suas práticas sociais, existem papéis que são desempenhados pelos mesmos. Papéis que tomam diversos sentidos em sistemas e em *regiões* diferentes, seja como aluno dentro de uma instituição de ensino, ou religioso que participa e compõem uma congregação, ou sua posição diante outro que ali se encontram, até mesmo a reciprocidade entre aqueles que são vistos como amigos ou amigas dentro de um círculo de interação.

De qualquer modo que se venha a denominar a prática social coletiva, sendo fechada dentro de um grupo/espaço ou articulada entre mais de um, se há, em certos níveis, uma reciprocidade entre os membros. Ora, talvez não tão idílica como posta por certas descrições estruturalistas, mas podemos entender que "há por conseguinte, um vínculo de dependência recíproca unindo os membros da mesma equipe aos outros' (GOFFMAN, 2002, pág. 80). Essa reciprocidade não é por pura vontade incrustada na encenação, mas nas expectativas e experiências construídas e estabelecidas em conjunto, mediante a práticas rotineiras.

Logo, cada *equipe* pode estabelecer um ordenamento de práticas que prediz reciprocidade. O conceito de equipe não exprime um grupo institucional, hierarquicamente estruturado, mesmo podendo existir posições entre os sujeitos. Lembrando que há até mesmo

recursos que podem ser desprendidos individualmente por cada membro, acarretando disparidades de ordem econômica ou educacional - posições que influenciam diretamente as encenações e os papéis desenvolvidos pelos atores.

Mas, o que se faz presente na atual discussão é a articulação interna dessas *equipes* para além da institucionalização, como interações sociais praticadas de modo rotineiro. Entendemos, assim, que "onde as condições sociais dos funcionários e sua linha de conduta tendem a dividir uma organização, as equipes de representação tendem a unificar as divisões" (GOFFMAN, 2002, pág. 81). Não que papéis e disparidades internas não existem ou não são fortalecidas pelas interações dentro das equipes. Mas, enfatiza-se que, a organização coletiva desses indivíduos, durante a prática da sociabilidade cotidiana, na encenação de seus papéis e na realização de suas tarefas específicas, não são diretamente ordenadas de forma cognoscente de modo burocrático ou hierarquizado.

Veja-se, assim, o poder dos vínculos afetivo-familiares. Tais vínculos, estruturados pelo interconhecimento e proximidade entre sujeitos, estabelecem, na promoção de papéis e encenações individuais, reciprocidade entre os atores, unificação coletiva e, até mesmo, podendo inferir na subjetividade dos indivíduos, em descrições pessoais sobre a própria identidade, mediante ao grupo que se faz parte. As *equipes* não são estabelecidas por ordens institucionais e burocráticas - nesse sentido de análise - mas por aproximação, e familiaridade, se fortalecendo mediante essas mesmas lógicas. Assim, a *auto-identidade* do indivíduo, posta de modo discursivo, pode se basear no pertencimento dado por papéis e tarefas específicas durante a *encenação*, disponíveis nas *equipes* e círculos, que promovem a sociabilidade dos mesmos. Podemos dizer, deste modo, que "o privilégio da familiaridade [...] é antes um relacionamento formal, automaticamente ampliado e recebido, tão logo o indivíduo tome lugar na equipe" (GOFFMAN, 2002, pág. 81). Não se é familiar por ter um papel durante as encenações, mas se tem um papel derivado a familiaridade que previamente está estabelecida no espaço e nas interações cotidianas.

É uma medida que não apenas se unifica pela reciprocidade dos membros, nem por pura aproximação que o espaço-tempo proporciona, é conduzida pela familiaridade contida nos laços e vínculos estabelecidos, intensificados pelas encenações rotineiras de práticas conhecidas. Sim, inegável é a capacidade contida na equipe de se atingir um objetivo específico, não estritamente alinhado às necessidades grupais/políticas de ordem burocrática/institucional, isso se encontra presente nas descrições de Erving Goffman. O autor traz exemplos de indivíduos que fazem uso de *equipes* para alcançar interesses - talvez nem tanto - coletivos. Tal qual a participação política, às vezes voltada para a candidatura de um

indivíduo, que faz parte e possui renome dentro do grupo em particular.

Sendo de uma instância ou momento de curto ou longo prazo, o movimento provocado pelo trabalho grupal é atrelado não só como objetivo coletivo, mas o modo que o coletivo articula o próprio meio ou caminho de o atingir. Pois, sendo definida a "linha de ação escolhida em conjunto", "deve-se notar que, assim como um membro da equipe tem de aguardar a palavra oficial antes de tomar sua posição, do mesmo modo a palavra oficial deve ser acessível a ele, a fim de que desempenhe sua parte na equipe e se sinta participante dela" (GOFFMAN, 2002, pág. 86). Esse é um movimento que atrela a consciência prática do indivíduo à consciência discursiva passível de ser acessível, não apenas por um membro da coletividade, mas por todos aqueles que ali se encontram, servindo para melhor aproveitamento do movimento escolhido - às vezes de forma nem tão democrática, levando a entender a posição de lideranças presentes - pela *equipe*.

Dessa forma podemos entender não apenas o apelo de se usar a coletividade para atingir um objetivo, junto com todas as influências internas - papel atrelado, tarefa a ser desprendida, familiaridade para reciprocidade prática, acessibilidade da consciência prática-discursiva de forma coletiva e, até mesmo, objetivos estabelecidos de modo grupal. O uso da própria *região* de fachada, o controle do cenário sendo passível de manipulação por um ou mais membros, permite influenciar e obter vantagem durante a encenação, nas tomadas de "linhas de ação". Pois, sendo o *cenário* os *recursos* presentes nos espaços sociais, a *região de fachada* sendo o espaço em si executado, "julga-se muitas vezes que o controle do cenário é uma vantagem durante a interação" (GOFFMAN, 2002, pág. 90). Assim, aquele que detém o poder de controle dos recursos objetivados no próprio espaço, possuirá um *papel* a desempenhar, de modo determinante, para a permanência e fortalecimento da *equipe,* que se configuram como um círculo social dentro do espaço. Junto a isso, no modo que este se encontra e se articula com os recursos predispostos no mesmo.

No mais, a partir de toda explanação feita até o momento, podemos observar que a *região* não é pura e plena delimitação geográfica, mas se constrói como objeto de análise a partir das *representações* das *equipes,* que operam sobre o desenvolvimento da sociabilidade dos indivíduos, articulando *papéis* durante a *encenação* dos *atores*. Logo o passado, por meio das experiências vividas e compartilhadas, junto às expectativas, logicas, normas e signos presentes na *consciência coletiva*, age como *região* ativa no desenvolvimento da *representação* deslocada no tempo.

4.2. CO-PRESENÇA E CONSCIÊNCIA

Seguindo a abordagem teórica e a linha de raciocínio que conduz esse capítulo, com o foco nas relações propriamente dita nos espaços, pelos grupos sociais. Analisarei, continuando com o arcabouço teórico de Erving Goffman, as encenações que jovens desenvolvem em momentos de co-presença rotineiramente. Assim, *cenário, fachada, representação, aparência*, são alguns dos conceitos que melhor influenciam nas relações interpessoais, onde dois ou mais atores e agentes se encontram, não apenas em tempo e espaço compartilhados, mas imersos à uma interação social que os liga - *co-presença.* E que, necessariamente, precisam, acessar sua consciência, em ordem prática e discursiva, para que a encenação desenrole na *região* em que se encontrem.

O *cenário* onde a encenação se desenrola é composto por recursos passíveis de serem usados de forma que contribuem para a interação social. Não apenas restrito a equipamentos ou estrutura físicas, os recursos provenientes dos cenários transcendem alguns sentidos, ao mesmo passo que se faz a *região*. Sendo mais que um espaço objetivado, os cenários competem a própria consciência, ao passo que é por meio desta que o indivíduo pode compreender os mecanismos ali presentes, tendo um entendimento dos signos e das lógicas que são aplicadas para seu funcionamento. Feita tal descrição, podemos ver que a própria encenação pode conter elementos do *cenário* que são indispensáveis para seu funcionamento, ou melhor, para haver veracidade no ator em si e que a "plateia", aqueles que se encontram à observar a interação, consiga enxergar autenticidade nela. Desse processo evidencia "o termo 'fachada pessoal' como relativo aos outros itens de equipamento expressivo, aqueles que de modo mais íntimo identificamos com o próprio ator, e que naturalmente esperamos que o sigam onde quer que vá" (GOFFMAN, 2002, pág. 31), sendo algo de grande significado ou apenas algo que remeta a uma identidade trazida, em conjunto, com sua encenação, durante a interação social.

Fácil é encontrá-los durante as interações. Alguns mais simples, mascarados em meio aos rotineiros tratos que acabam se perdendo. Outros mais evidentes, que escancaram aspirações que se tem ou pretende exibir em sua vivência. Tais aspectos visuais servem para pôr em evidência um sujeito, em meio ao cenário público, como analisa Dayrell ao pesquisar jovens que usam roupas ou adornos que remetem a um grupo específico, podendo servir como "construção de auto-estima positiva" (DAYRELL, 2007, pág. 1110). É preciso enfatizar que, mesmo imerso à formas de *representação* e de *papéis* a serem desempenhados durante a interação social, a construção de *fachada pessoal* e *aparência* podem ter sido ordenados de forma subjetiva, a partir de vontades individuais, sendo, nesse sentido, autênticas ou

puramente intrínsecas a expor um sentido, mediante a postura e apresentação de possuir certos *recursos* de ordem privada.

Sendo ou não derivado de qualidades visuais intrínsecas às vivências individuais e passadas - oriundas dos laços ou vínculos familiares - tais posturas que se desenvolvem como *fachadas pessoais,* originário de um processo que se constitui pela autenticidade. Entendendo que a "fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação" (GOFFMAN, 2002, pág. 29). Definir tal encenação como cínica ou dotada de convencimento, por parte do próprio ator, é apenas um modo de se entender a capacidade da consciência discursiva do indivíduo, de como este explica sua própria prática e identidade, mediante uma linha de pensamento lógica. Assim, o foco a respeito da *fachada pessoal* justifica-se por ser uma forma subjetiva do indivíduo a se expressar, um meio de participar e se assumir como parte de grupos, de adotar uma identidade visual que é compartilhada pelo mesmo.

Tal análise, que não busca exclusivamente o discurso proferido pelo indivíduo em si. Essa abstração permite ilustrar um panorama teórico maior, pois, dentro de um cenário que dá-se ênfase na subjetividade juvenil, tais discursos sobre o motivo que os leva a se portar e articular uma "fachada" que remete a uma classe ou grupo, não necessariamente sendo ativa desse mesmo. Os significados subjetivos, dado por cada sujeito, podem estar imersos a diversas variáveis, afinidades espaciais ou gostos que se originam de modo exterior, como o tipo de botas e adornos que, mesmo remetendo a valores considerados rurais e/ou sertanejos, provém de outras comunidades, onde as semelhanças e diferenças, em certas medidas, de zona rural para zona rural, sejam tão diversas quanto de zona rural para zona urbana. Isto, a *fachada pessoal* ganhando forma a partir do que se origina de fora, possuindo raízes exteriores ao grupo ou coletividade, pode denotar, não só o alcance dos meios de comunicação e mídias pelo *efeito colagem* (GIDDENS, 2003) na experimentação do indivíduo, de forma subjetiva, nos grupos e equipes que este mantém interações sociais rotineiras.

Dessa forma, remetendo a participação em grupos de interações sociais. Além de atuarem para reforçar *pertencimento* e, possivelmente, poder se observar uma identidade, que é compartilhada pelos indivíduos que compõem a *equipe*, por meio - não apenas - de uma *fachada pessoal*, essas *representações* de *papéis* ganham outro sentido, agora mais objetivo, em frente de categorias subjetivas do indivíduo. Podemos entender quando o autor afirma que, decorrente da prática na interação social, "vemos muitas vezes que a fachada pessoal do ator é empregada não tanto porque lhe permite apresentar-se como gostaria de aparecer, mas porque

sua aparência e maneiras podem contribuir para uma encenação de maior alcance" (GOFFMAN, 2002, pág. 76).

Ora, mas não é apenas pela pura fachada trazida que o indivíduo faz seu uso. As *representações* consistem como força motriz, não só na interação, mas no interior do jovem, pois, sendo o conceito de *fachada* usada para se "[...] referir a toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência" (GOFFMAN, 2002, pág. 29), não apenas diz respeito na experiência que desenvolve mediante a sociabilidade cotidiana, mas como internamente, mediante o ordenamento de sua consciência discursiva, se elabora um modo de se portar em momento de co-presença. Porém, necessário entender que esse efeito se mínima quando o indivíduo está sozinho, ele "pode manter privadamente padrões de comportamento nos quais pessoalmente não acredita, mantendo-os por uma viva crença de que uma plateia invisível está presente, a qual punirá os desvios desses padrões" (GOFFMAN, 2002, pág. 80). Não de forma física ou com repreensões de ordem prática, mas, pode-se compreender, de modo abstrato, que existe uma consciência prática-discursiva que estabelece modos de conduta passíveis de ser ou não usados pelos indivíduos que compartilham do mesmo respaldo de representação.

Mediante essa elaboração coletiva de uma consciência representativa, o nível de proximidade nivela o desenvolvimento da mesma de forma subjetiva. Os *grupos* de interação se conectam de modo objetivo em vários espaços e momentos da vida social, isso permite estruturar e fortalecer suas interações sociais. Os círculos de interação se intensificam à medida que os vínculos e laços que ali se estabelecem se tornam mais fortes. Se percebe, em certo nível, uma construção e perpetuação de modos de consciência devido aos círculos formados e fortalecidos durante as trajetórias e experiências sociais articuladas coletivamente.

É preciso compreender que práticas de encenação em equipes se encontram inseridas em um espaço-tempo, desenvolvidas mediante um ordenamento cognoscente, podendo ser apreendidas de forma sistematizada, a depender do modo que são observadas. Entre o sujeito que remete qualidades mais presentes em sua *fachada pessoal*, sendo mais sertanejo, ou sendo mais "rústico" - como apresentado por Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2009), sendo uma característica associada a zonas mais rurais. Se não pela fachada, mas pelos papéis desenvolvidos durante a representação, entre o sujeito que possui fortes laços e familiaridade para com o grupo, ou aquele que nem mesmo participa das interações que se desenrolam nos espaços sociais. Seja qual for as características dos personagens que compartilham do espaço-tempo em *co-presença*, só se diferenciam quando apreendidos dentro de um cenário,

onde suas encenações, atreladas às suas experiências, à sua fachada pessoal, ao interconhecimento das partes, à laços familiares-afetivos, só assim, por um amálgama de variações, que o papel do sujeito pode ser realmente lido e observado.

Constrói-se, nesse processo de amálgama, um respaldo que produz reciprocidade entre os indivíduos durante a encenação. Pois, "quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles" (GOFFMAN, 2002, pág. 25). Só a fim de ser levado a "sério", ser anexado como igual perante terceiros, que um sujeito, que antes era visto e se via como "excluído" da encenação, passa a ser assimilado como parte do grupo. Ao contrário também se faz, pois, sem a empatia grupal, sem o respaldo coletivo - que pode ser oriundo de formas díspares - pode acabar sendo desqualificado, onde sua *representação* e *fachada pessoal* não é mais levada a "sério", podendo perder seu *papel* na *encenação* durantes interações sociais, acabando sendo suprimido pelos outros no grupo.

Nessa perspectiva, podemos entender que, mesmo passível de ser concebida e assimilada, o uso da consciência coletiva, a nível prático, no desenvolvimento da sociabilidade, precisa da reciprocidade, da aprovação mediante ao interconhecimento perante ao grupo e equipe que se quer participar ou encenar.

As variáveis sociais, de ordem coletiva e de equipes disponíveis, são derivadas da sociabilidade e da socialização. As representações presentes dentro de uma fachada não são únicas, mesmo sendo compartilhadas, acessíveis umas às outras em nível cognoscente, com suas lógicas e normas internas. Cada um dos indivíduos possui suas experiências subjetivas e ordenamentos internos, mas operam de modo coletivo para o funcionamento de uma atividade social, a *encenação*. Logo, as disparidades sociais que podem ser encontradas - raça, classe, gênero e etc. - "pode-se chamar de 'aparência' aqueles estímulos que funcionam no momento para nos revelar o status social do ator", junto com a *fachada pessoal*, a *aparência* se objetifica nas interações quando evidencia uma prática prévia, não apenas um símbolo que quer se ostentar ou grupo que quer remeter sua identidade visual, mas a uma classe econômica ou lugar de vantagem - ou desvantagem - que este se encontra. Por outro lado, "[...] chamemos de 'maneira' os estímulos que funcionam no momento para nos informar sobre o papel de interação que o ator espera desempenhar na situação que se aproxima" (GOFFMAN, 2002, pág. 31). Tal mecanismo é utilizado para denotar, de maneira clara, quais encenações específicas participam, evidenciando círculos de interação. A *maneira* não é apenas uma identidade visual que se traz consigo, mas uma expectativa de ter sua encenação validada pelo interconhecimento, fortalecendo reciprocidade e familiaridade pelo seu próprio grupo, como

algo socialmente vantajoso.

Mas tais conceitos que exprimem razões e lógicas práticas, não existem apenas por incidência de grupos e aproximação. Ora, subjetivamente narrado, o ator e/ou o agente pode ter, até certo nível, uma consciência de sua prática de modo discursivo (GIDDENS, 2003), esse pode argumentar a favor ou contra das encenações que observa de modo rotineiro. O mesmo pode ocorrer com as "maneiras" e as "aparências" trazidas na *representação* e nas *fachadas pessoais* que jovem articulam, de modo individual ou coletivo, porém, apenas mediante a uma consciência acessível pela capacidade cognoscível, que se pode ordená-la de modo a se fazer legível, em seu sentido prático e/ou discursivo. Isto é, uma prática, uma lógica, quaisquer aspectos que pode ser ordenado e operado pela atividade física e cognoscente do indivíduo, prediz uma ordem passível de ser entendida e legível a ela.

Isto é uma dialética do processo cognitivo. Tal *fachada,* elaborada durante o processo de representação social, não possui, de modo puro, originalidade, ela é produzida pelo processo de experimentação social, durante a socialização e do desenvolvimento conjunto da sociabilidade. O jovem não estabelece, por pura idealização, uma fachada que pode ser tomada e usada durante a representação, este é guiado por sua experiência, no processo de sociação em que se encontra inserido, sua cognoscitividade, agindo de forma subjetiva em sua sociabilidade. Porém, entende-se que "desde que as fachadas tendem a ser selecionadas e não criadas, podemos esperar que surjam dificuldades quando os que realizam uma dada tarefa são obrigados a selecionar, para si, uma fachada adequada dentre muitas diferentes" (GOFFMAN, 2002, pág. 34), não é por puro enquadramento do indivíduo perante o papel que pode e deve ser executado nas equipes ou circuitos, mas um processo de compreensão, de assimilação, de desenvolvimento - podendo ser provocado reflexão, mediante a cognoscitividade e *hibridação* de sentidos promovidos - mas, antes de tudo, precisa ser passível de ser entendido e interiorizado pelo indivíduo que tomara a representação para si.

É nesse processo que se destaca os tipos que podem ser empregados no convívio social. Conforme reforçado por Goffman, mas também é sabido pelos indivíduos em sua vivência prática, a *representação* de um indivíduo soa de modo idealizada nas interações, perante o que se pode compreender na consciência coletiva estabelecida num espaço-tempo, levando a entender que "um dos modos pelos quais uma representação é 'socializada', moldada e modificada para se ajustar à compreensão e às expectativas da sociedade em que é apresentada" (GOFFMAN, 2002, pág. 40).

Não há a intenção de negar a vontade a originalidade subjetiva do indivíduo em frente ao coletivo, o sentido objetivo dado pelo corpo social. Mas, não se pode observar tais aspectos

da socialização e da promoção da sociabilidade como puras interpretações e vontades intrínsecas às experiências individuais que nada são emaranhadas com lógicas e práticas previamente estabelecidas pelas mesmas relações em que tal indivíduo irá inserir-se. Precisa evidenciar que o desenvolvimento social na qual - em especial - o jovem se encontra (lembrando que o processo de socialização não se finda em si) é um movimento de produção social, pela experiência e pelo que se encontra disponível a ser usado pelo indivíduo, e, não podendo expor de modo melhor:

> "Além do fato de que práticas diferentes podem empregar a mesma fachada, deve-se observar que uma determinada fachada social tende a se tornar institucionalizada em termos das expectativas estereotipadas abstratas às quais dá lugar e tende a receber um sentido e uma estabilidade à parte das tarefas específicas que no momento são realizadas em seu nome. A fachada torna-se portanto uma 'representação coletiva' e um fato, por direito próprio" (GOFFMAN, 2002, pág. 34)

Ela se auto-justifica num processo de internalização da consciência prática-discursiva, tal representação coletiva só existe sobre uma consciência coletiva, que opera lógicas, discurso e normas. Nessa ótica que se pode presumir a importância de especificidades espaço-temporais para a pesquisa, pois apenas integrando e analisando tais *fachadas*, *representações*, modos de se produzir e operar *círculos* e *grupos,* dentro de um desenvolvimento *experimentado por sujeitos cognoscitivos,* pode se aproximar um entender as práticas e discursos, em sentido subjetivo e objetivos, dos sujeitos. Tendo a considerar, em todo caminhar da pesquisa, que "uma condição, uma posição ou um lugar social não são coisas materiais que são possuídas e, em seguida, exibidas: são um modelo de conduta apropriada, coerente, adequada e bem articulada" (GOFFMAN, 2002, pág. 74), que é orientada e assimilada por e pela consciência individual, que existe e é reproduzida em nível coletivo, possuindo significado compartilhado.

No mais, se torna evidente que a abordagem utilizada nesta pesquisa não apresenta de fato uma construção da tal *identidade subjetiva*, já que a consciência discursiva individual não é acessada apenas pela metodologia utilizada, teórico-analítica. Porém, em meio a limitações que qualquer abordagem teórica-metodológica podem existir, considero que o modo que a pesquisa foi levada, com base em toda explanação feita, em conjunto com embasamento teórico, é possível pressupor uma certa construção de *identidade subjetiva* quando os *círculos,* aparelhados com as *representações* e as *experiências vividas*, se manifestando sobre a *consciência prática,* operam na promoção de sociabilidade dos jovens em um cenário(s) e grupo(s) específico. Já que, como já exposto no capítulo anterior, a própria i*dentidade subjetiva* não manifesta-se puramente, mas pode receber sentidos múltiplos, dada pela forma

que for narrada, possuindo caráter *híbrido* na vivência desenvolvida pelas interações sociais estabelecidas no espaço-tempo.

4.3. REPRESENTAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS

Para finalizar o capítulo, tenho a intenção de traçar um paralelo entre as *representações*, desenvolvidas em *co-presença*, em *regiões* e por *equipes* (GOFFMAN, 2002) e o desenvolvimento de identificações que podem ser operadas pela coletividade sobre um sujeito ou um grupo específico, que são ordenados e articulados por meio de estruturas pré-estabelecidas de forma hierarquizada. Isto é, têm-se a pretensão de discutir os contornos do *monitoramento reflexivo da atividade* (GIDDENS, 2003) sob a *juventude rural*, enquanto esta é identificada a partir de lógicas compartilhadas por relações internos (meios rurais onde vivem) e externos (meios urbanos onde circulam) (CASTRO, 2009b; 2016). Constituindo-se, assim, uma *carreira moral*, onde o sujeito é identificado socialmente, sem considerar descrições próprias do que se define que é (GOFFMAN, 1974).

Para assim, descrever as consequências da hibridação e heterogeneidade na modernidade, no agenciamento da identidade e na consciência prática-discursiva do *jovem rural*, considerando o *conflito* (DUBET, 1994) e a *segurança ontológica* (GIDDENS, 1991). Que, articuladas pela reflexividade, são ponto chaves para se pensar os processos de socialização e a prática da sociabilidade, produzindo efeito nas formas que seguem suas vidas, nas interações sociais cotidianas.

4.3.1. Entre Carreira e Hierarquia

Ao observar o *jovem rural* como categoria social de análise, surgem questões que complexificam as interações sociais estabelecidas. Ora, seguindo as análises e reflexões feitas por Elisa Guaraná de Castro (2005; 2009a; 2009b; 2016), observa-se que a juventude se desenha a partir de contextos díspares, porém, se encontra imersa e evidencia-se por interações sociais marcadas por figuras e símbolos de autoridades e estruturas hierárquicas. Por meio disso, exalta-se, já antes apresentado, o conceito de *monitoramento reflexivo da atividade* (GIDDENS, 2003).

Como a organização cognoscente do discurso e da prática pela consciência, que pode-se estruturar de modo coletivo, analisa-se a *rotinização* como influência de tal processo. De acordo com Anthony Giddens (2003) pode-se observar recursos e estruturas que auxiliam os sujeitos a lembrar e utilizar práticas e discursos para seguir a *durée* da vida cotidiana. No contexto apresentado por Elisa Guaraná de Castro (2005; 2009a; 2009b; 2016), as *equipes* de *representação* em que os jovens fazem parte dispõe de uma grande familiaridade entre as

partes, ocorrendo frequentemente. Logo, a *rotinização*, além de fortalecer e promover a *segurança ontológica*, torna-se "a principal condição da efetiva monitoração reflexiva pelos seres humanos de suas atividades" (GIDDENS, 2003, pág. 123).

As situações de *co-presença* estabelecidas nas *representações* rotineiras âncora a *integração social*. O *monitoramento reflexivo da atividade* permite compreender, em certos níveis, discursos e práticas, que servem como condições da reprodução do próprio sistema que compartilham. Mas isto não implica em formas coercitivas direitas sobre o sujeito ou coletividade, nem mesmo em *agenciamentos* de alterar reproduções estruturais. Os *cenários* e *representações* rotineiras, onde há a monitoração mútua entre atores e sujeitos, junto à legitimidade dada a *tradição*, possibilita o fortalecimento da própria *monitoração*. A *tradição* ordena e articula, na consciência coletiva, *práticas* e *discursos* prévios, para além de experiências espaço-temporais, ela "representa a ordem moral 'do que se passou antes' na continuidade da vida cotidiana" (GIDDENS, 2003, pág. 235).

É nesse sentido que, a partir da legitimação, de reproduções estruturais, de ordenamentos de lógicas e discursos, podemos nos aproximar, teoricamente, com os dados empíricos de Elisa Guaraná de Castro (2009a, 2009b, 2016). Como apresentado no capítulo anterior, as *juventudes* podem ser atributos à "experiências individuais transitórias", que se encontram imersas à multiplicidade e *hibridação* de sentidos, lógicas e práticas, no agenciamento de suas identidades individuais. Logo, como categoria social, variam de acordo com as *representações* desenvolvidas pelas *equipes* nos *cenários* que estes compartilham. E, para a autora, "juventude é percebida assim, como uma categoria social que, via de regra, relega aqueles assim identificados a um espaço de subordinação nas relações sociais. Paradoxalmente jovem é associado ao 'futuro' e à 'transformação social'" (CASTRO, 2009a, pág. 184).

Há um contraste entre os sentidos que essa categoria social pode receber a partir das interações sociais que desenvolvem. As formas e recortes que a *juventude* pode ser concebida, acentuam significados sociais que se possa descrever ou delimitar os sujeitos identificados como tal. Elisa Guaraná de Castro (2009a), entre outros sentidos possíveis a serem dados à esta categoria, apresenta que muitos trabalhos ilustra a "juventude" como "agente" de transformação social, sendo o "jovem", percebido como ator social, passa a ser adjetivado como uma "juventude revolucionária". Porém, ao acompanhar os diferentes contextos sociais na Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, a autora observa que a inserção do *jovem* em espaços rurais implica analisar agenciamentos de identidades. Considerando-os como categorias sociais em espaços de disputas, perpassam relações de

hierarquia e autoridade, reproduzidas por estruturas, "onde o jovem ocupa um papel privilegiado nos discursos, mas não nas práticas" (CASTRO, 2009a, pág. 205). Tal descrição reflete a ideia de *legitimação* e *hierarquia*, pois, imerso às lógicas e práticas articuladas e predispostas na consciência coletiva, ordenam-se sentidos que conservam o "controle" e a "autoridade" durante e pela *representação* nas interações sociais. A autora exalta que:

> "Apesar de os filhos serem citados pelos assentados como muito responsáveis, principalmente quando os temas são trabalho e estudo, existem inúmeros mecanismos de controle. Dessa maneira, reforça-se a imagem de jovem trabalhador(a) e estudioso(a) no discurso, mas, na prática, não há confiança para que ele, e principalmente ela, possam circular autonomamente" (CASTRO, 2009a, pág. 193)

Volto-me a indicar três aspectos, a partir de toda explanação feita até o momento, sobre o tema. Primeiramente, o *monitoramento reflexivo da atividade* e a *estruturação* da *consciência coletiva* (GIDDENS, 1999; 2002; 2003) se encontram estabelecidos, articulada de forma subjetiva pelo sujeito e estruturada objetivamente, para todos aqueles que compartilham o espaço-tempo, em *representações* desenvolvidas à *durée* da vida cotidiana, pelas interações sociais. O segundo se constitui, tal como Juarez Dayrell (2003; 2007) e Elisa Guaraná de Castro (2005; 2009a; 2009b; 2016) apresentam em suas pesquisas empíricas, as *juventudes* em seus diferentes contextos sócio-espaciais, onde há lógicas que exprimem sentidos hierárquicos em relação a categoria do sujeito "jovem", onde este é visto como "despreparado" ou se encontra "subordinado" nas relações sociais. Por fim a questão espacial, pois, tendo o foco nas características e lógicas que perpassam pelas *ruralidades* (WANDERLEY, 2009), exalta-se o ponto que ser *jovem* em espaços rurais acaba sendo, para o sujeito, uma experiência marcada pela existência de hierarquias que o põe em lugar de submissão (CASTRO, 2005).

Por isso, volto-me à juventude *rural*. Esta categoria social está permeada pela "bricolage" (CASTRO, 2009a), derivado pelo *continuum* urbano-rural (WANDERLEY, 2009), que ordena e articula suas próprias estruturas lógicas e práticas que estabelecem hierarquias sócio-espaciais. Enquanto que, internamente, a *juventude rural* se encontra marcada pela existência da "autoridade paterna", em âmbito familiar, e hierarquias políticas e sociais em outros espaços e círculos de interação (CASTRO, 2009a).

Por meio desse processo que estabelece controles e hierarquias, enfatiza-se "dilemas" e consequências nas e pelas interações sociais. Servindo como base para sua tese de doutorado, *Entre Ficar e Sair* (2005), Elisa Guaraná de Castro, observa os processos de permanência e migração, por partes da juventude, marcadas por vigilância e controle, para com esses sujeitos identificados como *jovens*. O que a autora observa, por meio das

etnografias, são relações estabelecidas por autoridade e ordenadas em hierarquias. A primeira fica marcada nos vínculos familiares, ganhando forma na figura paterna. Já em outros círculos de sociabilidade, dados como exemplos pela autora, os assentamentos e comunidades rurais, se constituem como espaços de organização coletiva e, em grande parte, política (CASTRO, 2005).

O controle descrito pela autora é exercido em dois níveis sob a *juventude*. Em primeiro, a autoridade paterna não se limita nas interações familiares, no que se entende como "dentro de casa". Esta capacidade de controle, no contexto das relações em meios rurais, ultrapassa *equipes* e *cenários* de interação por meio das *redes de interconhecimento*, estabelecendo-se "mecanismos de vigilância e controle sobre os jovens através das relações familiares e demais redes sociais [...] que se estendem para os espaços que frequentam" (CASTRO, 2009a, pág. 193). E essas constatações da existência de controle e autoridade, se intensificam, tal como a autora apresenta, se for posto o recorte de gênero.

O segundo, percebido pelos dados etnográficos da autora, é o *político*. Ora, compreende-se o papel político que o sujeito possa ou poderia ter, da importância dada a categoria social da *juventude rural* como espaço de disputa política, acadêmica e social. Logo, é necessário exaltar que "os jovens entrevistados afirmaram que são tratados com descaso por parte dos adultos em determinados espaços, principalmente nos espaços de decisão política do assentamento, como assembléias e reuniões de associação" (CASTRO, 2009a, pág. 193). Ao mesmo tempo que há um discurso sobre o jovem ser um "ator de mudança", na prática se observa ao contrário, "o hiato entre o discurso e a prática é revelador da configuração social" (*Idem*).

Diante desse contexto apresentado pela autora, as experiências são vividas e compartilhadas por esses sujeitos. Essas relações entre "ficar e sair", construções de autoridade e estruturas de hierarquia, servem para ilustrar e revelar a realidade que perpassa aqueles que são identificados como *juventude rural*. O pertencimento, redes de interconhecimento, vínculos familiares-afetivos, as equipes e cenários de representação, ao mesmo tempo que reforça a socialização e a sociabilidade dos sujeitos, conserva autoridades, hierarquias e o monitoramento. Logo, tem-se a busca em alcançar a autonomia pela "saída" de casa e do assentamento (CASTRO, 2009a).

Porém, isso não é assim tão fácil. Observa-se, como apresentado nos capítulos anteriores, a hierarquia entre o rural e urbano, construções que perpassam por sentidos estigmatizantes. "Sair" não é um trabalho tão fácil quando se carrega no corpo, na forma de se andar, falar, qualquer característica passível a identificação, onde é atribuído ao sujeito

valores depreciativos ou, em certas perspectivas, podem ser vistos como vexatório. Logo, “essa hierarquia se expressa também em práticas que estigmatizam ser do campo, que apareceu com frequência nas falas dos jovens entrevistados, mais frequentemente das jovens” (CASTRO, 2016, pág. 205).

Nesse sentido, para além do *estigma* como conceito que prediz identificação, aproximo essas descrições com o que se entende por *carreira.* Ora, utilizando ainda os textos de Erving Goffman, “o conceito de carreira permite que andemos do público para o íntimo, e vice-versa, entre o eu e sua sociedade significativa, sem precisar depender manifestamente de dados a respeito do que a pessoa diz que imagina ser” (GOFFMAN, 1974, pág. 112). Mas, como está sendo feito o uso dos dados de Elisa Guaraná de Castro, não será esquecida as descrições dos sujeitos sobre si mesmos e das interações sociais que experimentaram.

Logo, a *juventude* passível a ser identificada, formaliza-se, em certa medida, por *estigmas,* círculos e *equipes* de interação, dentro e fora do meio rural, imprimindo uma *carreira moral* ao sujeito. O exercício feito, como afirma o autor, se configura no estudo institucional do “eu”, têm-se como interesse principal “a sequência regular de mudanças que a carreira provoca no eu da pessoa e em seu esquema de imagens para julgar a si mesma e aos outros” (GOFFMAN, 1974, pág. 112). A forma que o *jovem rural* é denominado como “roceiro”, em círculos de interação em espaços mais urbanos, como modo depreciativo. Ou, dentro de espaços rurais, são descritos como “muito urbanos”, deslegitima o sujeito frente a atuação política e social, nos espaços voltados para este fim, como descreve Elisa Guaraná de Castro, em suas pesquisas etnográficas (CASTRO, 2009a, pág. 194).

O conceito de *carreira moral* não permite apenas ilustrar uma descrição e identificação social do sujeito, deixando de lado, até certo nível, questões que perpassam sua subjetividade e agência. Serve também para evidenciar as experiências desenvolvidas à *durée* da vida social. A *carreira moral* implica no uso de *fachadas* e *cenários* durante as representações, na tentativa de imprimir veracidade ao papel, no desenvolvimento das interações nas equipes. Esse conceito permite, até mesmo, observar como as redes de *interconhecimento* (WANDERLEY, 2009) e a *segurança* entre os sujeitos (GIDDENS, 1991) possibilitaram respaldo social frente a essas próprias interações, nas estruturas hierárquicas e no *monitoramento.* Tem-se em mente que “um aspecto importante de qualquer carreira é a interpretação que a pessoa constrói quando olha retrospectivamente para o seu progresso” (GOFFMAN, 1974, pág. 125).

Seja como “pré-paciente”, como o autor usa em seu texto sobre "Manicômios e instituições totais”, as experiências vividas se traduzem por suas capacidades cognoscentes.

Isto é, em retrospectiva, o *estigma* e a *identificação social* são feitas a partir de como os sujeitos observam e descrevem os outros e a si mesmos. No contexto da *juventude rural,* aqueles que se apropriam de sentidos rurais, da vida no campo, agenciando sua *fachada* à ser identificado como tal, talvez não sintam o peso do *estigma* "roceiro". Muito provavelmente, fortalecidos por laços afetivos-familiares, se vê cada vez mais inserido na realidade rural, rompendo com a lógica que prediz subordinação frente às hierarquias sociais. Isso se acentua quando o jovem, mostrando possuir "responsabilidade", se encontrando "casado", tendo "filhos" ou "inseridos no mercado de trabalho", passa a não ser mais identificado como pertencente à *juventude* (CASTRO, 2009b, pág. 44).

Do outro lado, esse mesmo *jovem rural*, possuindo recursos e vontades internas, pode encontrar um meio de se "desligar", parcialmente ou não, de sentidos que a ele possam ser atribuídos. Pois, para alcançar autonomia frente às relações de autoridade paterna, se apropria e internaliza signos e práticas oriundos de outros espaços e círculos sociais. Desprende-se e oculta o que antes era visto como características *estigmatizantes*, numa tentativa de agenciar sua *identidade* e sua consciência prática-discursiva, para alcançar objetivos e interesses específicos (CASTRO, 2009b).

No mais, seja no agenciamento ou consequência do processo de socialização e prática de sociabilidade, a construção da categoria de *jovem rural* perpassa a identificação interna e externa. Pode-se perceber uma disputa entre *representações,* derivada nas estruturas de hierarquia, do monitoramento, pela busca por autonomia e agenciamento de sua vida e identidade. As *representações* disputadas fazem parte de uma complexa rede multifacetada de interações, estruturas e significados. E, enfatiza-se que "para essa 'disputa', os espaços onde os jovens atuam, enquanto coletivos organizados, contribuem para a construção dessas representações que podem, inclusive, se opor às representações dos adultos" (CASTRO, 2009b, pág. 46). Nesse sentido se exalta - não apenas - o *jovem rural* como categoria de disputa política e social - e acadêmica.

4.3.2. Entre Conflito e Segurança

Entre ordenamentos e interiorização de valores, previamente estabelecidos e agenciados, para melhor se adequar ou alcançar objetivos e interesses específicos, há certas consequências na vivência juvenil. No primeiro capítulo, um dos conceitos é a ideia do *conflito* presente na Sociologia da Experiência (DUBET, 1994). Esse aspecto traduz um cenário de atrito entre as partes durante a *representação*, já que o processo de *hibridação* de formas e conteúdos na sociedade contemporânea provoca ressignificações por meio da subjetividade individual. Intensificando-se no indivíduo juvenil, já que estes se encontram

imersos nas transformações sociais, de modo mais intenso. O *conflito* para François Dubet (1994) se configura como a busca pela autonomia e autenticidade, que se agrava pela experiência compartilhada, fortalecida e desenvolvida pela tecnologia e comunicação de massa. Pode-se pensar o *conflito* como sendo gerado pela "insatisfação", em certos níveis, pelo *status quo* vigente.

Mas, é preciso ter em mente que, o *conflito* não pode ser entendido apenas pela vontade subjetiva de se romper com aquilo que lhe cerca. Há, em contrapartida, a possibilidade desse mesmo mecanismo auxiliar na inserção e fortalecimento dos *sistemas* de experimentação. Na tentativa do indivíduo em se adequar a tantos *cenários* e *representações*, que perpassam por sua vivência, o *conflito* pode proporcionar uma maior adequação ou apropriação do sujeito pelas lógicas e práticas ordenadas. Os sistemas, seja a comunidade, a competição (mercado) e a cultura, presente no texto de François Dubet (1994, pág. 113), influenciam o jovem, em certos níveis, a agir de forma a conformar suas expectativas e de experimentar a realidade social. Ao mesmo tempo que potencializa as variações de entendimento subjetivo, atrela o comportamento a um cenário ou grupo.

Logo, a modernidade proporciona, pela capacidade de *reflexividade* do sujeito, um afastamento ou uma aproximação de lógicas e práticas, desenvolvidas durante as *representações*. Além do *conflito*, a *segurança ontológica* é a contrapartida do *desencaixe.* Ora, o *conflito* produz crises, o *desencaixe* é a ruptura, a *segurança ontológica* é a apropriação do pertencimento, da exaltação dos focos de confiança, das relações familiares, da tradição, dos sistemas de comunidade e cultura (GIDDENS, 1991). Sendo a *segurança ontológica,* proporcionada a nível interno, inconsciente ao sujeito, e em um movimento que atrela o sujeito às interações sociais, ao sentido de dar continuidade às práticas e lógicas desenvolvidas na vida social, produz sentimento de *pertencimento*, de fortalecimento de vínculos. A *Sociedade de Risco,* que afasta o sujeito dos focos de confiança e segurança, põe em crise a *Segurança Ontológica.* Logo, nesse cenário marcado por uma lógica fabricada que ambiciona o futuro, "[...] as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz da informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente seu caráter" (GIDDENS, 1991, p. 36). E o *desencaixe*, a ruptura com os focos de segurança, é o desprendimento do espaço-tempo produzido pelo *efeito colagem* (2002), derivados dos meios de comunicação e informação da modernidade.

É nisso que consiste essa seção, a compreensão da influência da sociedade moderna para a *representação.* Ora, seja pelo *conflito*, pelo *desencaixe* ou pela *segurança ontológica,* todos esses conceitos implicam em uma transformação no *status quo* de socialização e

sociabilidade do sujeito. De um lado, tem-se a compreensão da importância do *pertencimento, do interconhecimento* e das *relações de familiaridade,* para dar sentido e seguir com as práticas e lógicas durante a vida social (GIDDENS, 2003). Do outro, a ruptura espaço-temporal, a *desinstitucionalização*, a *sociedade de Risco* e os *sistemas peritos* que põe em crise lógicas internas, compartilhadas por aproximação e interação rotineiras. Ambos influenciam o agenciamento sobre a *identidade*, a *experimentação* e a *consciência* subjetiva.

As *identidades* que variam entre os espaços, as *fachadas pessoais*, que se apropriam de signos e símbolos, desenvolvidas nos *cenários*, que variam durante as *representações*, são ordenados, compreendidos e articulados por meio da cognoscitividade do sujeito. A *segurança ontológica* se faz fundamental no emocional e, a certo nível, cognitivo do sujeito (GIDDENS, 2002, pág. 41). O *jovem* está imerso a práticas e discursos pré-existentes na coletividade, que faz parte por meio de redes de interconhecimento, de relações de parentescos, de lógicas de pertencimento, objetivados no espaço-tempo compartilhado. Onde a zona rural, com características sócio-espaciais, possui suas próprias *regiões* e cenários, apreendidos e articulados por suas *equipes* durante as *representações* (GOFFMAN, 2002). Ao mesmo tempo que, devido às transformações da modernidade, a *juventude* passa a se encontrar em um momento oportuno para pôr em crise e crítica sua própria consciência, pela reflexividade, em um movimento de tomar agência de sua própria prática e discurso.

A modernidade, com suas consequências do *conflito* e *desencaixe*, se desenvolve com variáveis que permitem à juventude *agência* de mudança. O *pertencimento*, a *identidade*, a *consciência*, entre outros aspectos sociais, presentes de forma prática-discursiva nas interações, são dimensões que agem de forma objetiva, mas se atrelam ao "ser" de forma subjetiva. O *monitoramento reflexivo da atividade* (GIDDENS, 2003) se objetiva na regulação e reprodução de aspectos rotineiros da vida social, que, como estabelecidos previamente, atuam sobre a *reflexividade subjetiva* do ator e do possível agente. O *conflito* (DUBET, 1994) surge pela busca da autenticidade e autonomia. Assim, "os casos de desconfirmação da realidade subjetiva, como conflitos familiares sérios, podem levar a crises de identidade" (DA SILVA MOREIRA, 2022, pág. 23), que promove, a certos níveis, um rompimento da própria consciência desenvolvida a partir do coletivo.

Temos aqui algo que até mesmo pode traduzir o sentido da juventude de forma objetiva. Ora, entre as diversas variedades que o ser juvenil pode ser compreendido, o *conflito* talvez seja o mais socialmente atribuído. Entre a criança e o adulto, o jovem se traduz como aquele momento da vida que se evidencia a rebeldia como básico, como algo intrínseco à sua vivência e necessário para a experiência de vida. Juarez Dayrell (2003; 2007), em seu trabalho

com jovens em centro urbanos, observa a descrição da juventude como atribuída a "um momento de crise e distanciamento da família" (2003, pág. 49). Tal distanciamento reflete na *fachada pessoal* dos jovens - como o autor ilustra sobre o uso de vestimentas e acessórios que evidenciam um grupo e/ou coletividade - nas equipes de representação e, por consequência, na *identidade* que este agencia.

Mas tal processo de ruptura ou crise não se restringe apenas à instituição familiar. O *conflito* que se desenvolve - com ênfase na juventude - perpassa por diversos níveis e sistemas sociais. O processo de *desinstitucionalização* (DUBET, 1994) carece as forças institucionais de justificar, de modo pleno, a vida social. Os sistemas, os focos de *segurança ontológica* se encontram em crise, pois, há o *risco* que ambiciona o *futuro* e se afasta do que está previamente estabelecido, da *tradição*, junto a multiplicidade de sentidos ministrados pela subjetividade do sujeito. Em ambos os casos, as instituições, por si só, não bastam para explicar a realidade da vida social. Logo, o indivíduo juvenil se encontrava imerso a outros círculos sociais e interações díspares, há *hibridação* dos sentidos, *identidades* múltiplas. Essa mudança de contexto - que antes era mais institucionalizada, coesa, interiorizada e homogênea - pode ser "entendida como uma mutação de uma modalidade de ação institucional consagrada pela modernidade, resultado de um esgotamento do seu programa institucional" (DAYRELL, 2007, pág. 1115).

Logo, os *jovens*, por si só, não se encontram no momento geracional de serem rebeldes. Mas, entre possíveis outros motivos, deriva-se de um processo contemporâneo frente às mudanças institucionais. Ora, a *desinstitucionalização* faz parte da socialização, num processo de internalizar o que é coletivamente compartilhado e, depois, pôr em *conflito*, pela *reflexividade*, que é mediada por suas experiências. Porém, as estruturas e sistemas estabelecidos socialmente, ainda conservam suas forças frente às interações cotidianas.

O que perpassa o indivíduo são construções prévias que estabelecem lógicas e vínculos que ganham objetividade nas interações. A disponibilidade de recursos que o indivíduo possui, entrelaça o jovem a possibilidade de uma inserção mais cômoda. Entre as variáveis que um indivíduo pode se encontrar, o *conflito* promove rompantes, como também pode fortalecer laços sociais. Logo, aspectos como o gênero, a raça, classe social, "são dimensões que vão interferir na produção de cada um deles como sujeito social, independentemente da ação de cada um" (DAYRELL, 2003, pág. 43). Ao passo que são compreendidos e entendidos perante as redes de *interconhecimento* e *equipes* presentes nos momentos das representações.

São variáveis que implicam diretamente na construção da própria *identidade* do

indivíduo. O *conflito* auxilia o indivíduo a desenvolver uma descrição sobre o que é "ser" e o que é "ser no espaço", produção discursiva subjetiva que tende a romper ou fortalecer laços. Porém, existem variáveis sócio-histórico-culturais que expressam, visualmente em seu corpo, marcas vivas com diversos significados, seja por evidências de modo físico ou comportamentais, características que exprimem origem, a pertencer a um grupo ou espaço. Essa *identidade visual* auxilia o *conflito* juvenil, seja para buscar incansavelmente se desassociar de suas origens e vivências, com o desejo de não mais trazer no corpo as marcas e/ou trejeitos que expressam valores. Ou, em abraçar tais aspectos e se aceitar, valendo de suas origens, numa busca pela *segurança ontológica*, exaltando sua *identidade* subjetiva, com seu *pertencimento* afetivo-espacial.

É nesse sentido que a zona rural surge, com suas próprias lógicas e signos, internos e externos, que, por um lado, são compartilhados pela coletividade, e, do outro, sofrem rompimento espaço-temporal. *Sistemas peritos* perpassam por instituições validando valores e lógicas (GIDDENS, 1991; SILVA, 2012; WHITAKER, 2008). A mídia e redes de comunicação influenciam a fachada pessoal, disseminam signos e lógicas sobre espaços e coletividades (DAYRELL, 2003; PREDIGER, 2009; WANDERLEY, 2009). Enquanto as relações familiares, o *pertencimento* e o *interconhecimento*, são postos em crise na *sociedade de Risco* e na *Desinstitucionalização*, é produzida *identidades* que variam entre espaços, *equipes* e momentos de sociabilidade e *representação*. Esses são apenas mecanismos que, estruturados nas interações sociais e em sistemas que perpassam a vida social em diversos níveis, influenciam o indivíduo. A modernidade proporciona à juventude a possibilidade de crise, que pode levar ao *conflito*, à ruptura para o *desencaixe*, ao medo para a *segurança ontológica*.

No mais, esses desdobramentos da modernidade são ordenados a partir da *representação* e das *regiões* que os sujeitos se encontram em *co-presença*. O que pretendi trazer, nesse momento, são as consequências do atual cenário social, como são estruturadas e sistematizadas as interações sociais, seja no face-a-face (dimensão micro), entre equipes e/ou coletividades, relação entre gerações (dimensão meso) e entre instituições e sistemas (dimensão macro). Mas, essas consequências, que podem vir a surgir nas interações juvenis, entre o *conflito* e a *alienação*, entre o *desencaixe* e a *segurança ontológica*, só são percebidas, e objetivamente constituídas, quando observadas nas *representações* de forma micro, nos *cenários* que são elaboradas, nas *regiões* que são articuladas e assimiladas, pelos *equipes* construídos e pelas *fachadas* organizadas e usadas.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa teve como objeto de estudo as interações sociais. Foi derivada das análises iniciadas na pesquisa voltada para a educação em uma escola pública em uma zona rural (LOBO, 2022). As categorias *juventude* e *ruralidade* serviram como recorte para se analisar as interações sociais. Por meio da articulação teórica-metodológica, foi possível desenvolver três frentes principais para a realização deste trabalho. O primeiro seria o modo pelo qual a sociológica compreende e teoriza o cenário contemporâneo, existente perante as interações sociais e sua influência nos processos de socialização do indivíduo e o desenvolvimento de sua sociabilidade. Junto a isso, há o entendimento da importância do espaço, onde os indivíduos se encontram para tais processos e atividades, sendo abordados a partir de conceitos de rural(s) e ruralidade(s), pela teorização das ciências sociais. E, assim, entender e abordar o conceito de *juventude* dentro da bibliografia utilizada. A partir disso foi possível transcorrer sobre as influências espaço-temporais e suas implicações na juventude, na realização de práticas sociais e na internalização de lógicas compartilhadas pelas e nas interações sociais.

Estando presente em todo momento, o entendimento e a conceitualização do processo e do desenvolvimento social que perpassa o indivíduo, por meio da interação, foi o passo inicial da pesquisa. Trouxe, no primeiro capítulo, uma explanação da sociologia clássica para compreender não apenas a conceitualização das interações sociais naquele momento, mas elucidar o desenvolvimento da própria sociologia como campo de estudo para entender meu próprio objeto. Assim, pude traçar um raciocínio lógico, não apenas do modo pelo qual se dão os processos de socialização e o desenvolvimento da sociabilidade de modo individual e coletivo, quanto de entender o "como" e "por que" autores contemporâneos abordam tais processos sociais das formas que o fazem. Logo, foi tratado como a socialização e a sociabilidade agem nas experiências sociais compartilhadas. Como a interiorização de expectativas, de lógicas e práticas se constituem e estabelecem ordenamentos cognoscentes. Assim, tendo variáveis predispostas pelo espaço-tempo, são compartilhadas e articuladas por meio de estruturas e sistemas sociais, ganham um sentido coletivo (DUBET, 1994; GIDDENS, 1991, 2002, 2003; SIMMEL, 2006).

Se tratando de algo tão vasto como socialização e sociabilidade, o segundo capítulo permite expor e conceituar a primeira variável de recorte feito pela pesquisa, o espacial. Mais do que dissertar sobre estrutura e conceitos abstratos, a ideia é desenvolver uma narrativa que correlacione o espaço, que possui aspectos e características rurais, com as interações sociais

que ocorrem em seu interior. Entendo, também, que a ideia e construção do espaço social, a forma que se relaciona com este e se entende perante a este, são produtos sociais, desenvolvidos pelas interações, perpassando instituições e estruturas pré-existentes, produzidos por processos histórico-sociais. Por fim, pondo a discussão o próprio entendimento e uso do espaço pelo indivíduo, que transpassa por lógicas de compreensão, pois, a conscientização e a reflexão das interações e atividades, predispostas no espaço-tempo, são necessárias para compreender práticas e discurso que perpassam por e nelas mesmas (WANDERLEY, 2009).

Assim, o terceiro capítulo aborda o recorte *juventude*. Mais que um momento de vivência ou estágio biológico, a *juventude* como categoria social serve, não só para delimitar um grupo, mas para entender mudanças geracionais causadas por transformações espaço-temporais. Ora, foi possível ilustrar o modo que os *jovens* estabelecem vínculos e identidade subjetiva, que são articuladas essencialmente com as experiências e expectativas que desenvolvem nas interações. É um momento, não de descobrimento romântico, nem de rebeldia banal, mas um processo subjetivo em que o indivíduo opera e articula lógicas e práticas, que se encontram estabelecidas nas interações que fazem parte. Logo, é mais do que um recorte grupal, mas um entendimento que tal momento é precioso para o desenvolvimento cognitivo do indivíduo, onde este pode se encontrar imerso à multiplicidade de sentidos. Mas a internalização de práticas e lógicas ainda podem sofrer alterações externas e internas, promovendo reflexão de normas e lógicas pré-existentes, atuando à nível prático ou discursivo na consciência subjetiva (CASTRO, 2009a, 2009b, 2016; DAYRELL, 2003, 2007; DUBET, 1994; GIDDENS, 2002, 2003).

Ao me debruçar sobre a socialização e a sociabilidade juvenil, articulo os conceitos e abordagens teóricas já levantadas, para desenvolver, por meio da *metodologia de análise teórica*, o modo que se pode operar as *representações* dos sujeitos. Tais descrições servem para ilustrar o comportamento que os indivíduos podem desenvolver por meio das suas experiências sociais, articulando lógicas e práticas de modo coletivo, estabelecendo vínculos e laços contínuos. O uso dos recursos durante a representação servem como fortalecimento dos vínculos e das interações, seja por necessidade ou vontade individual, que agem de modo a ordenar e consolidar práticas e lógicas. Os papéis desempenhados em uma interação, as representações usadas evidenciam mais que uma prática social estabelecida, mas uma lógica internalizada e compartilhada entre as partes que compõem a encenação. A aproximação possibilita compreender o outro como igual, familiar, que merece respeito ou, pelo menos, espaço para representar. Como o papel representado pelo sujeito é validado coletivamente,

passando veracidade e sendo levado a sério por terceiros (GOFFMAN, 2002).

Nesse sentido, exalta-se características das interações derivadas das transformações histórico-sociais. A *hibridação* dos processos de socialização, a *experiência* vivida pela sociabilidade, a capacidade subjetiva de ordenar e articular múltiplos sentidos, a *desinstitucionalização* (DUBET, 1994) o *desencaixe* (GIDDENS, 1991) e o efeito colagem (GIDDENS, 2003), são aspectos, presente na *modernidade*, que causam significativas mudanças nas interações sociais e como elas são analisadas e teorizadas. Esses conceitos servem para descrever o cenário em que os sujeitos e coletividades se encontram. A capacidade *cognoscitiva* do indivíduo articula e ordena discurso e prática em sua *consciência individual*, que se encontrar imersas a lógicas e signos, regulada e operada pelo *monitoramento reflexivo da atividade,* de forma coletiva compartilhada no espaço-tempo experimentado (GIDDENS, 2003).

Pode-se entender, ao correlacionar a Teoria da Estruturação (GIDDENS, 1991; 2002; 2003) e Sociologia da Experiência (DUBET, 1994), que a consciência discursiva-prática surge como um modo de se operar e ordenar a experiência, a expectativa e o *agenciamento* na vida social. A capacidade *cognoscente* do indivíduo é o que permite o mesmo de estabelecer ligações sobre o que ocorre ao seu redor, ordenando lógicas e práticas, compreendendo signos e internalizando normas. Tais experiências vividas e compartilhadas pelos indivíduos e coletividades, só são apreendidas como causadoras de significados quando ministradas pela própria consciência subjetiva. A compreensão da experiência vivida sendo dotada de qualidades positivas ou negativas só estarão passíveis de serem postas quando o indivíduo, a partir de sua capacidade *reflexiva*, ministrar suas experiências de modo que as entenda por completo, pondo em comparação com outros conhecimentos e informações adquiridos pelas interações e experiências.

Em momento algum tenho a pretensão de afastar a experiência como consequência ou condutor de arrebatamentos da vida social. Mas a compreensão das influências desenvolvidas pela experiência individual só surgem, mediadas pelo próprio indivíduo, quando ele possui consciência delas próprias. Isto é, semelhante à capacidade discursiva, só se pode operar e pôr em palavras o que é sentido, quando se sabe a palavra que expresse seu sentimento, esse não perde a capacidade de sentir por não conhecer a palavra, mas, apenas poderá ser compreendido por terceiros, quando puder expressar de forma a se fazer compreender. Desse jeito a consciência opera a experiência, pois, só quando o indivíduo compreende o que foi vivido, a influência do espaço, das relações construídas, do afeto, da familiaridade, que este pode compreender a influência em si, em sua construção cognoscente.

A construção da empatia é construída a partir de uma lógica de reconhecimento entre os atores/agentes que compartilham o espaço. Perante os *papéis* desenvolvidos durante as interações sociais, há a validação e o reconhecimento dentro das *equipes* de *representações* (GOFFMAN, 2002). Esse reconhecimento, e até mesmo *fachadas* e *maneiras* compartilhadas, entre atores e agentes, possibilita a identificação do grupo, um processo que assegura a *consciência* e transmite, entre seus pares, um sinal de igualdade, mediante certos espaços e valores estabelecidos, que fortalecem a empatia e a *segurança* entre as partes.

E, assim, posso induzir que tem que se ter em mente que a compreensão de uma *consciência coletiva* e/ou *subjetiva* só existe por aproximação teórica-metodológica de análise abstrata. Não se pode ter, não foi presumido e nem tendo a intenção de ser, evidenciar uma *consciência subjetiva* em seu sentido puro.

A consciência subjetiva que elabora o discurso e a prática sobre a identidade, recebe entendimento político. Ora, pela posição presente nos textos de Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2009), em relação ao papel político de se entender e dizer ser sertanejo ou roceiro, para além de fachadas pessoais, é o aproveitamento da identidade como instrumento subjetivo de exibição e evidenciação de autonomia e da reflexividade presente no indivíduo. A *fachada* (GOFFMAN, 2002) e o *discurso* elaborados pela consciência e agência, pode ser entendido como caráter político, identitário e social, pois, o mesmo ocorre quando grupos marginalizados articulam e ordenam narrativas próprias, elaboradas a partir de suas experiências (JESUS, 2021).

Essa comparação e descrição de grupos e espaços com específicas características, servem para ilustrar que a identidade e a consciência subjetiva são ordenadas por experiências vividas, expectativas internalizadas e sociabilidade desenvolvidas. Mas, quando articuladas em conjunto, por meio da *reflexividade* tais mecanismos servem para a conscientização da "auto-identidade", na elaboração discursiva da vida social, no *agenciamento* frente a estruturas e sistemas sociais (GIDDENS, 2003). Logo, ganham sentido objetivo quando ministrados pelos sujeitos e coletividades, em consonância com suas atividades e *representações* sociais, a exemplo dos jovens nas pesquisas de Juarez Dayrell (2003; 2005), e em contexto de disputa e cenários políticos, mas precisamente nas descrições de Elisa Guaraná de Castro (2005; 2009a; 2009b; 2016).

Assim, podemos entender as fortes inferências que a vida social articulada de modo cotidiano faz, não apenas no desdobramento da vida prática, mas na internalização de lógicas compartilhadas no espaço. A pesquisa não teve o intuito de negligência a subjetividade em favor da força das estruturas e da presença de práticas e lógicas previamente estabelecidas,

mas sim elucidar que, mesmo o indivíduo estabelecendo grupos díspares, mesmo que haja variáveis internas em sua vivência que configurem em certas vantagens ou desvantagens sociais, tais aspectos só serão assim estabelecidos mediante uma consciência subjetiva. Isto é, o jovem só poderá se ver como participante de um grupo ou como o excluído do mesmo quando, dotado de experiências que o remetem à isso, compreenda seu papel e expresse, de modo discursivo, tal questão. Ora, a ideia aqui proposta não é entender o que um indivíduo, possuidor de distintas variáveis sociais, pode ou não fazer, quais experiências podem ou não serem articuladas, quais expectativas podem ou não ser suplantadas em seus empreendimentos futuros, mas ilustrar um quadro que expõe o jovem como constituído de características que remete às práticas, lógicas e o discurso presente nas interações e nos grupos que estabelece relações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALENTEJANO, P. R. R. AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE NO BRASIL DO SÉCULO XXI. Revista de Políticas Públicas, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 303–325, 2015. Disponível em: http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3749.

_____. Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRRJ, 1997.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS,2005. xiii, 380f. 2v.: il. Orientador: Moacir Palmeira. Tese (Doutorado) ± UFRJ/PPGAS/ Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2005

_____. JUVENTUDE RURAL, DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. Revista de Ciências Sociais, nº 45, Julho/Dezembro de 2016, p. 193-212.

_____. JUVENTUDE RURAL NO BRASIL: processos de exclusão e a construção de um ator político. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud (Vol. 7 no. 1 ene-jun 2009a)

_____. Os jovens estão indo embora? : juventude rural e a construção de um ator político / Elisa Guaraná de Castro... [et al.]. - Rio de Janeiro: Mauad X ; Seropédica, RJ : EDUR, 2009b.

DAMIÃO, Abraão Pustrelo. Confiança e Segurança Ontológica na Sociedade de Risco. Revista Levs - Revista Virtual do Laboratório de Estudos da Violência e Segurança , v. 7, p. 61-71, 2011

DA SILVA MOREIRA, A. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE DE PETER BERGER E THOMAS LUCKMANN. Caminhos - Revista de Ciências da Religião, Goiânia, Brasil, v. 20, n. 1, p. 12–28, 2022. DOI: 10.18224/cam.v20i1.12212.

DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Educação & Sociedade. 2007, 28. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313704022.

_____. O Jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n.24, p. 40-52, set./dez. 2003.

DUBET, François. A sociologia da experiência. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Sociologia. RODRIGUES, José Albertino (Org.). 3° ed. São Paulo: Ática, 1984.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Volume 1: Uma história dos costumes. 2° ed. Rio de Janeiro: Renato Janine Ribeiro, 1994.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Trad. Raul Fiker. 1° ed. Unesp, 1991.

_____. A Constituição da Sociedade. 2° ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOFFMAN, Erving. A Representação do Eu na Vida Cotidiana. Petrópolis, Editora Vozes. 10° edição, 2002.

_____. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GROPPO, L. A. SENTIDOS DE JUVENTUDE NA SOCIOLOGIA E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL CONTEMPORANEO. Revista de Políticas Públicas, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 383–402, 2016. DOI: 10.18764/2178-2865.v20n1p383-402. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5062.

JESUS, E. C. C. A LITERATURA PERIFÉRICA E A IDENTIDADE MARGINAL (1990 – 2000): UMA REFLEXÃO HISTÓRICA, SOCIAL E DE CLASSE. Monografia (Graduação). UNIRIO, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2021.

LOBO, S. Estudar na Zona Rural: Manifestações sociais e institucionais sob a percepção do discente. Monografia (Graduação). UFF, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.

NEITZEL, Odair. As velhas novas perspectivas educativas frente à crise ética. Educar em Revista [online]. 2019, v. 35, n. 77, pp. 205-222. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.63019>. Epub31 Out 2019. ISSN 1984-0411. https://doi.org/10.1590/0104-4060.63019.

PREDIGER, S. Estado da Arte da Situação do Jovem Rural: a construção de identidades. Revista Anagrama (USP) , v. 1, p. 13, 2009.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. Tempo Social [online]. 2005, v. 17, n. 2 [Acessado 8 Janeiro 2024], pp. 335-350. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000200015>. Epub 09 Jan 2006. ISSN 1809-4554. https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000200015.

_____. Teorias da socialização: um estudo sobre as relações entre indivíduo e sociedade. Educação e Pesquisa [online]. 2011, v. 37, n. 4 [Acessado 8 Janeiro 2024], pp. 711-724. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022011000400003>. Epub 15 Dez 2011.

SILVA, T. P. da. AS REDEFINIÇÕES DO “RURAL”: BREVE ABORDAGEM. REVISTA NERA, [S. l.], n. 4, p. 50–55, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i4.1480.

SILVA, R. M. Dias da. O conceito de experiência social em François Dubet: Possibilidades analíticas. Mediações: revista de ciências sociais, v. 14, n. 1, p. 275-290, jan./jun. 2009.

SIMMEL, G. A Metrópole e A Vida Mental. 2ª ed. In: VELHO, A. G. O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. P.11-25.

_____. Questões Fundamentais da Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

WANDERLEY, M. de N. B. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade / Maria de Nazareth Baudel Wanderley. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.). Weber – Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13. São Paulo: Ática, 1999, p. 79-127.

_____. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 1. 4° ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

_____. Metodologia das Ciências Sociais. 4° ed. São Paulo: CORTEZ EDITORA, 2001.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. O Rural-Urbano e a Escola Brasileira: ensaio de interpretação sociológica. Retratos de Assentamentos, n.11, 2008. P.283-293.